

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARCELA MENDES SALES

**SAÚDE, SOFRIMENTO MENTAL E TRABALHO: Um estudo sobre
as determinações do sofrimento mental dos trabalhadores**

Juiz de Fora
2019

MARCELA MENDES SALES

**SAÚDE, SOFRIMENTO MENTAL E TRABALHO: Um estudo sobre
as determinações do sofrimento mental dos trabalhadores**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração em Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mendes Sales, Marcela.

SAÚDE, SOFRIMENTO MENTAL E TRABALHO : Um estudo sobre as determinações do sofrimento mental dos trabalhadores / Marcela Mendes Sales. -- 2019.

120 p.

Orientador: Marco José de Oliveira Duarte

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2019.

1. Trabalho. 2. Saúde. 3. Sofrimento Mental. 4. Economia Política. 5. Trabalhador . I. de Oliveira Duarte, Marco José , orient.
II. Título.

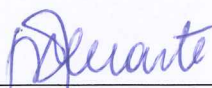
MARCELA MENDES SALES

**SAÚDE, SOFRIMENTO MENTAL E TRABALHO: Um estudo sobre
as determinações do sofrimento mental dos trabalhadores**

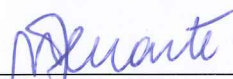
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração em Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 02 de setembro de 2019.

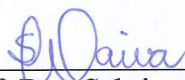
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



p/ Prof. Dr. Nilson Berencheim Netto
Universidade Federal de Uberlândia



Prof. Dra. Sabrina Pereira Paiva
Universidade Federal de Juiz de Fora

O medo

Em verdade temos medo.

Nascemos escuro.

As existências são poucas:

Carteiro, ditador, soldado.

Nosso destino, incompleto.

E fomos educados para o medo.

Cheiramos flores de medo.

Vestimos pano de medo.

De medo, vermelhos rios

Vadeamos.

Somos apenas uns homens

E a natureza traiu-nos.

Há as arvores, as fábricas,

Doenças galopantes, fomes (...)

(Carlos Drummond de Andrade)

Tendes que ouvir-me

Errante, fui cantando
entre as uvas
da Europa
e sob o vento,
sob o vento da Ásia.

O melhor das vidas
e da vida,
a doçura terrestre,
a paz pura,
fui recolhendo, errante,
recolhendo.

Com meu canto
ergui na boca
o melhor duma terra
e de outra terra:
a liberdade do vento,
a paz entre as uvas.

Pareciam os homens
inimigos,
mas a mesma noite
os cobria
e só uma claridade
os despertava:
a claridade do mundo.

Entrei nas casas quando
comiam à mesa,
vinham das fábricas,

riam ou choravam.

Eram todos iguais.

Todos tinham olhos
para a luz, procuravam
os caminhos.

Todos tinham boca,
entoavam cantos
à primavera.

Todos.

Por isso
procurei entre as uvas
e o vento
o melhor dos homens.
Agora tendes que ouvir-me.
(Pablo Neruda)

La posibilidad de una clase de hegemonizar
la sociedad depende, entre otras cosas, de su
capacidad de construir un proyecto histórico,
que contempla la organización y el desarrollo
del conjunto de las actividades sociales y no
sólo la satisfacción de sus intereses
económicocorporativos particulares
(Asa Laurell)

Às mulheres da minha vida, que me fizeram ser forte e a ter ódio de classe. À minha querida avó, Lindaura (in memoriam) e minha mãe Eliene.

AGRADECIMENTOS

Em minha jornada nunca me faltou apoio e afeto. Sempre estiveram ao meu lado os melhores amigos e a melhor família que alguém poderia ter. Por onde passei levei comigo, mesmo em situações difíceis, aprendizado, novas questões e reflexões. O Curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF foi um desses lugares. Portanto, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF pela oportunidade e pelo incentivo financeiro com a bolsa disponibilizada ao longo de um ano. Também agradeço a todos os professores que estiveram nesta jornada comigo. Destaco aqui a professora Dra. Marina Barbosa, que iniciou a minha orientação. A professora Dra. Sabrina Paiva, além de contribuir teoricamente e na organização do meu projeto, me acalmou no momento em que estava quase desistindo e ainda aceitou prontamente o convite para compor a banca de defesa do mestrado.

O meu agradecimento especial ao professor Dr. Marco José Duarte, meu querido orientador, que se tornou um amigo, me ajudou a organizar o objetivo desta pesquisa e a colocá-lo no papel. Graças a sua amizade consegui seguir com o mestrado certa do que queria, com vontade, mais segura e mais tranquila. Com ele tudo ficou mais leve e ao mesmo tempo intenso, o melhor professor, orientador e amigo que alguém poderia ter, sou muito sortuda. Obrigada por compartilhar comigo seu conhecimento e experiência militante.

Agradeço ao amigo, camarada e professor convidado da banca de qualificação e agora de defesa do mestrado, Nilson B. Netto. Obrigada por ter acompanhado esta minha jornada acadêmica e pelas revisões, contribuição teórica e pelo imenso carinho que tem por mim.

Esta dissertação tem também o apoio de vários outros amigos queridos, que se esforçaram em contribuir seja com boas referências, revisões e dicas ou com o carinho necessário nas horas em que fiquei triste ou me sentindo sem forças para continuar. Agradeço ao amigo e camarada Bruno Pedersoli, pelas referências e longas conversas. A Tiacuã Fazendeiro, minha amiga, minha médica e camarada, que me salva sempre, principalmente quando adoço. A minha amiga Sheila Diniz, pelo carinho de sempre, pelas longas conversas e pelas revisões maravilhosas. A minha amiga Flávia Ribeiro, amiga irmã que está sempre ao meu lado, contribuindo teoricamente e me dando a força emocional para seguir. A minha amiga querida que conheci no mestrado, minha colega de sala e minha professora de dança Lailah Garbero que me fez voltar para a dança, este

retorno a arte me inspirou muito para finalizar esta dissertação. A Adriana Sleutjes por todo o apoio e maravilhosos conselhos. Ao camarada Arnaldo pela grande amizade. Agradeço aos meus irmãos queridos que não me deixam esquecer que tenho família e que estarão sempre ao meu lado, Flávia e Henrique. Ao meu pai Walseir Sales que, ao seu modo, esteve sempre ao meu lado nesta jornada. A minha tia Sônia pela luta ao lado da minha mãe e avó pela minha educação. Agradeço também a todos os colegas da minha turma de mestrado, todos contribuíram de alguma forma nesta caminhada.

Um agradecimento todo especial aos camaradas diretores do sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga, principalmente, aos camaradas Hélio Madalena, Magela, Antônio Leão, Bolinha e Du, com eles aprendi muito. Esse trabalho só se concretizou porque morei em Ipatinga por 4 anos e militei junto dos camaradas metalúrgicos da cidade. Também agradeço a Intersindical, a todos os camaradas desta organização, são eles que me dão esperança e força para seguir neste caminho teórico e militante.

Agradeço ao meu companheiro Marco Túlio de Melo Vieira, este trabalho só se concretizou porque ele esteve ao meu lado em todos os minutos, contribuindo teoricamente, revisando, debatendo os textos e autores e me dando muito amor e café. Sem a sua presença em minha vida tudo seria mais difícil. Todos os dias confirmo que eu pra mim é muito pouco. Agradeço aos meus sogros Maria Terezinha de Melo Vieira e Atháide Vieira pelo carinho e incentivo, principalmente, a minha sogra querida que tanto cuidou de mim e do meu companheiro nesse período de tanto estudo.

Agradeço a minha avó Lindaura que faleceu muito cedo, com apenas 57 anos, mulher negra, trabalhadora e que tanto sofreu nessa sociedade projetada para o ódio e adoecimento da classe trabalhadora. Minha avó era uma mulher que como tantas outras buscou na cidade grande uma forma de sobreviver e sustentar seus filhos, sozinha e marcada pela violência doméstica. Cresci ao lado dela, ela nunca me deixou só, lutou para manter seus filhos e sua neta, eu, com muito amor e dedicação.

Por fim, o agradecimento mais importante, o amor da minha vida, a pessoa que me inspira, que me faz lutar pelo que acredito, que me traz segurança, que assim como a minha avó, nunca me deixou só. Minha mãe maravilhosa e poderosa, Eliene Mendes Aguiar, minha melhor amiga e maior incentivadora. Este trabalho existe porque ela existe. Mãe, obrigada por ter se dedicado tanto para me permitir viver tudo isso. Seguimos juntas sempre, uma fortalecendo a outra.

RESUMO

SALES, Marcela Mendes. **SAÚDE, SOFRIMENTO MENTAL E TRABALHO: Um estudo sobre as determinações do sofrimento mental dos trabalhadores.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019.

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o modo de produção capitalista e as causas de sofrimento mental nesta sociedade. Para isto, foi desenvolvido um estudo sobre a história da relação de trabalho no interior da sociedade capitalista, priorizando as formas de organização do trabalho desde o início do século XX e as lutas desencadeadas pelos trabalhadores em cada um destes momentos. O estudo realiza o esforço em abordar o tema a partir do método da crítica da economia política como apontado por Marx e Engels. Para aprofundamento do objeto, escolhemos a metodologia de pesquisa qualitativa baseando-se em um estudo teórico-bibliográfico, recorrendo a autores que investigaram a relação saúde e adoecimento a partir de uma análise crítica da sociedade capitalista. Portanto, na análise de revisão sistemática dos autores, no processo de pesquisa para a dissertação de mestrado, estudou-se: As análises de Louis Le Guillant que, após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu, na contramão da psiquiatria de sua época, a Psicopatologia do Trabalho, valorizando a história dos pacientes e, principalmente, sua relação com o trabalho; A partir da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, sua análise sobre a organização do trabalho e como os trabalhadores criam mecanismos de defesa para suportar o cotidiano do trabalho, e, em particular, nos estudos sobre sofrimento mental relacionado ao trabalho; As contribuições de Asa Laurell e os determinantes sociais da doença; O estudo do Modelo Operário Italiano (MOI), que se tornou uma referência para pensar e abordar as questões do adoecimento no ambiente de trabalho; E, por fim, a Clínica da Atividade de Yves Clot, que em sua abordagem insere as contribuições do Modelo Operário Italiano, a Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant e teóricos da psicologia soviética como Vigotski. Como resultado do estudo, ressalta-se a importância desse tema, tanto pela necessidade ainda de aprofundar as pesquisas no campo da saúde e sofrimento mental relacionado ao trabalho tendo em vista a superação da sociedade capitalista, como pela contribuição do mesmo não apenas para área do serviço social mas para os saberes científicos que comprometidos ético-politicamente tomam o trabalho, a saúde e o sofrimento mental dos trabalhadores em tempos sombrios de não garantias de direitos, inclusive de trabalho e saúde, visto que esses estão estreitamente ligados às condições de vida da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Trabalho; Saúde; Sofrimento Mental; Economia Política; Trabalhador.

ABSTRACT

SALES, Marcelo Mendes. **HEALTH, MENTAL SUFFERING AND LABOR: an assessment about the determinations of workers mental suffering.** Dissertation (Masters in Social Work) – Federal University of Juiz de Fora, Social Work Faculty, Social Work, Post-Graduation Program, 2019.

This research aims to assess the relation between the capitalism mode of production and the causes of mental suffering in this society. A research was conducted about the history of labor relations in the capitalist society, highlighting the different manners of work management since the beginning of the 20th century and the workers struggles in each of these moments. The theme was assessed according to the critique of political economy, as conducted by Marx and Engels. The qualitative research methodology was based in a theoretical-bibliographic study in order to better understand the object, according to authors who have a critical stance against the capitalist society. Therefore, the following authors were studied: Louis Le Guillant assessments, developed after the II World War, where he develops, contrary to the main psychiatric theories of his time, the Labor Psychopathology, giving value to patients life experience, specially their work history; Christophe Dejours' Labor Psychodynamics and his assessment of work management and how workers create different defense mechanisms to bear their daily lives; Asa Laurell and the social determinants of illness; the Italian Workers Model (IWM), which became a reference in the discussion about health in the workplace finally, Yves Clot's Clinic of Activity, which gathers contributions from the Italian Workers Model, Le Guillant's the Labor Psychopathology and Soviet psychology. As a result of the assessment, the importance of the theme was highlighted, both for the need to widen the studies about health, mental suffering and work relations, aiming at the suppression of capitalist society, and for the contributions made to different fields of study, especially those compromised with the workers, since nowadays they face attacks that worsen workers' life and work conditions.

Keywords: Work; Health; Mental Suffering; Political Economy; Worker

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFL – American Federation of Labor

AVC – Acidente Vascular Cerebral

CESIT – Centro de Estudos Sindicais em Economia do Trabalho

CTRS – Centros de Tratamento e Readaptação Social

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

FIAT – Fábrica Italiana Automobilística de Turim

GM – General Motors Corporation

IWW – International Workers of the World

LER – Lesões por Esforço Repetitivos

MAC – Maximum Allowable Concentrations

MOI – Modelo Operário Italiano

OAB – Advogados do Brasil

OCT – Organização Científica do Trabalho

PCF – Partido Comunista Francês

PCI – Partido Comunista Italiano

PDT – Psicodinâmica do Trabalho

SINDIPA – Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região

SMED – Single Minute Exchange Die

SMRT – Saúde Mental Relacionada ao Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I. O FUNDAMENTO DO TRABALHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	29
1.1. TRABALHO COMO ATIVIDADE FUNDANTE DO GÊNERO HUMANO.....	29
1.2. A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO	32
1.3. GÊNESE DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	34
1.4. MERCADORIA, VALOR E CAPITAL	35
1.5. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	40
1.5.1 A Era de Ouro do Capitalismo.....	44
1.5.2. Modelo Japonês: O Toyotismo.....	52
CAPÍTULO 2. SOFRIMENTO MENTAL E TRABALHO	59
2.1. PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO	62
2.2. CONTRIBUIÇÕES DE LOUIS LE GUILLANT À PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO	63
2.3. APONTAMENTOS SOBRE A NEUROSE DAS TELEFONISTAS ANALISADA POR LE GUILLANT	72
2.4. PSICODINÂMICA DO TRABALHO	77
CAPÍTULO 3. TRABALHO E SAÚDE	86
3.1. PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SAÚDE	86
3.2. EXPERIÊNCIA DAS LUTAS POR SAÚDE NA ITÁLIA: O MODELO OPERÁRIO ITALIANO.	93
3.3. CLÍNICA DA ATIVIDADE: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

A escolha do tema trabalho e sofrimento mental surge no período em que morei na cidade de Ipatinga. Lá vivi por 4 anos em função de uma tarefa militante. Eu e outros companheiros de organização mudamos de Belo Horizonte para essa cidade com o objetivo de apoiar a luta sindical dos metalúrgicos da região. Esta vivência aguçou meu interesse pelo campo da saúde mental relacionada ao trabalho.

Foram muitas conversas com os trabalhadores, muitos encontros e trocas de informações que me levaram a perceber o quão pouco sabemos sobre seu cotidiano. Os metalúrgicos me fizeram entender todo o ciclo do que é viver em uma cidade industrial, que gira em torno de uma única empresa, a USIMINAS.

Ipatinga surge como município em 1964, deixando de ser um vilarejo ligado à cidade de Coronel Fabriciano. Torna-se uma cidade em função da implantação da Siderúrgica USIMINAS, que chega na cidade em 1958. O antigo vilarejo recebeu trabalhadores de várias regiões do Brasil, que migraram em busca de emprego, ficando a região conhecida como Vale do Aço. A cidade ascende como um polo metalúrgico e a população que a constituiu era basicamente de trabalhadores dessa empresa.

Portanto, é formado, assim, um cotidiano marcado pelas relações estabelecidas entre a usina e seus trabalhadores. Conforme destaca Chrysostomo, é instituído, desde o começo da industrialização do Vale do Aço, “um controle quase absoluto das empresas no processo de construção dessa região, e a sua capacidade de criar, sob seus auspícios, um território cujas regras eram fixadas a partir de seus interesses” (CHRYSOSTOMO, 2008, p. 123). As discrepâncias das relações hierárquicas são nítidas, denunciando as condições de trabalho e vida da população¹.

Os boletins do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região – SINDIPA, na atual diretoria, que se elegeu em 2013, constantemente denunciam as péssimas condições de moradia, salários baixos entre outros problemas que acarretam em uma vida pouco ou nada saudável². Essa vivência intensa, em uma cidade metalúrgica, demonstrou de forma bastante clara que estar saudável é viver de forma saudável. Na

¹ Basta caminhar pela cidade para ver trabalhadores de diferentes uniformes. Cada cor e empresa representam uma posição de trabalho, chefe da Usiminas, chefe das empresas terceirizadas, trabalhador do RH das empresas, trabalhador de chão de fábrica, terceirizado ou da Usiminas. Cada empresa também simboliza uma posição social. O tema dos uniformes dos trabalhadores e a hierarquia social na cidade de Ipatinga foi muito bem pesquisado por Rita de Cássia Pereira Farias em sua Tese de Doutorado em Antropologia realizada pela UNICAMP, em 2010, intitulada, *Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho*.

² Ver em <http://www.sindipa.org.br/noticias.php> - acesso em 26 de junho de 2018.

vida da classe trabalhadora, o que ocorre é o oposto, pois ela é submetida a relações desumanas de trabalho e de vida cotidianamente.

Contudo, sabemos que o trabalho ocupa um espaço fundamental nas relações cotidianas do homem. Com o desenvolvimento dos meios de prover a satisfação das necessidades humanas, tem início a divisão social do trabalho. Nas sociedades em que predominam interesses conflitantes entre classes, há uma divisão social do trabalho desigual, como também dos produtos do trabalho. Assim é a sociedade capitalista, na qual o trabalho se submete aos interesses de uma classe dominante, satisfazendo somente a alguns, estando acima dos interesses coletivos. Nesse tipo de sociedade todas as esferas da vida estão submetidas à divisão do trabalho especificamente capitalista, sendo o trabalho um “processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2008, p. 219).

O trabalho no capitalismo possui um sentido determinado, a valorização do valor e a produção incessante do lucro. O ser humano não proprietário dos meios de produção, para sobreviver, é constrangido a se sujeitar às exigências da burguesia, oferecendo a sua única propriedade, sua única mercadoria, que é a força de trabalho, em troca de salário, que é o que vai lhe permitir acessar o necessário à manutenção de sua vida. E assim, a humanidade foi subjugada pelos interesses de uma pequena parcela da população, aquela proprietária privada dos meios de produção. As esferas da vida estão agora submetidas à divisão sócio-técnica do trabalho especificamente capitalista. O trabalho é estranhado, alheio aos homens, um sacrifício necessário para a vida nesta sociedade. Os trabalhadores sobrevivem em meio a péssimas condições de moradia, de transporte etc., além de encararem, no cotidiano da produção, ambientes insalubres, degradantes e desumanos. Desde o surgimento do capital, os trabalhadores lutam incessantemente por melhores condições de vida e trabalho.

Com o desenvolvimento do capitalismo e com o surgimento das grandes indústrias, o modo de produção alcançou escalas nunca antes vistas. Paralelo ao crescimento do capital, as condições de vida dos trabalhadores se deterioram. O desenvolvimento do capital não é sinônimo de melhores condições de vida para a classe trabalhadora (MARX, 2008B). E por se tratar de uma sociedade em que o trabalho é desumano, degradante etc., é que as lutas tomaram fôlego em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Desta forma, em meio ao enfrentamento com o capital, surgem as primeiras organizações próprias dos trabalhadores. No começo, ainda muito incipientes, foram se

desenvolvendo e se ampliando à medida em que cresciam as lutas. As primeiras revoltas se dirigiam contra as máquinas, acreditando ingenuamente que elas eram as causas da miséria. Em seguida, têm início as primeiras tentativas de organização. É ainda no começo do século XIX, com o movimento cartista, que se colocam mais nitidamente as questões diretamente relacionadas às condições de trabalho (ENGELS, 2007). No entanto, serão os sindicatos que levarão adiante esta luta, ao trazerem para o centro dos combates questões como a redução da jornada de trabalho, melhorias das condições de higiene e segurança dentro das fábricas. Já fora do ambiente de trabalho, a luta se travava por melhores condições de moradia, saúde, etc.

Entretanto, sob o capitalismo, a saúde possui um discurso reduzido a fatores isolados e dissociados da vida em sociedade. As causas do adoecimento são estreitadas a análises pontuais, reduzidas ao mero acaso. A pesquisadora mexicana Asa Laurell, médica e socióloga, trouxe para o campo da saúde uma contribuição importante para se analisar a doença, trata-se das determinações sociais do adoecimento. Laurell (1982) ressalta que a saúde está diretamente relacionada com a forma como se vive, tendo as relações de trabalho como eixo central para se compreender os fatores que levam ao adoecimento.

Sendo assim, tendo como pressuposto a dinâmica do modo de produção capitalista e as consequências na vida dos trabalhadores, é que o presente estudo tratará da questão da saúde do trabalhador, em especial, o sofrimento mental³. Este estudo buscou analisar a produção teórica acerca do tema, utilizando autores que tratam do assunto a partir de uma análise crítica e tendo como eixo central de estudo as relações de trabalho submetidas ao modo de produção capitalista. Portanto, esta dissertação se empenhou em apresentar um estudo teórico sobre o tema para que sirva de subsídio para futuros estudos empíricos.

Na França, o psiquiatra Louis Le Guillant, desenvolveu estudos sobre a saúde mental dos trabalhadores, ao analisar as condições a que estavam submetidas as telefonistas, empregadas domésticas e condutores de trem. O pesquisador criticou, em seus estudos, a forma como o trabalho era organizado, uma vez que este impactava na

³ Embora os autores estudados utilizem termos como saúde mental, distúrbios mentais e outros, optamos pelo termo sofrimento mental por compreendermos que este termo condiz com nosso esforço em abordar os impactos do modo de produção capitalista não apenas na saúde, mas também no que está relacionado aos sentimentos e sensações ligados ao desconforto e mal-estar gerados por esta sociedade. Os termos saúde mental, doença mental ou distúrbio mental são próprios da clínica psiquiátrica, na qual se ancora a visão dominante da medicina, seu modelo biomédico, ao qual tentaremos nos contrapor ao longo do nosso estudo.

saúde mental dos trabalhadores. o pesquisador francês Christophe Dejours, no campo da Psicopatologia do Trabalho, recuperou conceitos da psicanálise para uma abordagem crítica ao modelo organizacional, relacionando-o com os fatores que levam ao sofrimento mental dos trabalhadores, que ficou conhecida como Psicodinâmica do Trabalho. Buscamos nas contribuições de Asa Laurel, que, no século passado, mais precisamente em um período de crise econômica e reestruturação produtiva, produziu uma abordagem sobre os fatores do adoecimento, relacionando-os às suas determinações sociais (LAURELL, 1982). Já no campo da saúde e movimento dos trabalhadores, a experiência italiana no pós-Segunda Guerra Mundial, tornou-se referência, ao introduzir na luta dos trabalhadores a problemática da saúde e adoecimento. Este processo ficou conhecido como Modelo Operário Italiano - MOI, que uniu médicos, técnicos, trabalhadores e sindicatos no enfrentamento às condições de trabalho impostas pelas fábricas (PAIVA; VASCONCELOS, 2011). Paralelo a este movimento, Já no período da reestruturação produtiva, no final do século passado, Yves Clot, tendo como referência o MOI, os trabalhos de Le Guillant e um conjunto de psicólogos, entre os quais o soviético Lev S. Vigotsky, desenvolveu a sua contribuição ao estudo das condições de trabalho que têm repercussões na saúde mental, com a assim chamada Clínica da Atividade.

A pesquisa buscou, portanto, criticar a questão do sofrimento mental nos marcos da sociedade capitalista. Para isto, os autores acima citados foram escolhidos por serem referências no campo crítico aos estudos hegemônicos sobre a saúde e o sofrimento mental relacionado ao trabalho. Embora existam vários estudos sobre o tema, nas mais diversas áreas, como na psicologia, na sociologia, na enfermagem e na medicina do trabalho, há poucas análises no interior do serviço social. Trata-se de um tema relevante na atual conjuntura, em que o sofrimento mental tem crescido, como uma das expressões acirradas da questão social na atual ordem do capital. Para o serviço social é fundamental ter clareza sobre os fundamentos deste fenômeno e conhecimento sobre os autores que discutem os determinantes sociais do processo de sofrimento mental a partir da crítica ao modo de produção capitalista.

Portanto, o objetivo geral deste estudo consiste em realizar uma análise teórica sobre a relação saúde, sofrimento mental e trabalho, utilizando um arcabouço teórico crítico ao modo de produção capitalista, fundamentado no método da crítica da economia política. Dessa forma, pesquisamos criticamente o desenvolvimento do modo de produção capitalista e as suas expressões na vida cotidiana dos trabalhadores, para

então analisar a relação da sua luta e, por fim, compreender como o trabalho pode afetar a saúde e produzir sofrimento mental.

A questão central que norteou este trabalho foi o sofrimento mental dos trabalhadores e sua relação com o modo de produção capitalista, tendo como base o antagonismo entre o capital e o trabalho, que se modifica ao longo da história, mas permanece inalterado em sua essência. Portanto, os objetivos específicos deste trabalho foram, a) analisar a evolução histórica da organização do trabalho na sociedade capitalista a partir do início do século XX, com o surgimento do taylorismo, passando pelo fordismo até o toyotismo nos dias atuais; b) pesquisar a produção teórica de Louis Le Guillant com a formulação da Psicopatologia do Trabalho e Christophe Dejours com a Psicodinâmica do Trabalho; c) Aprofundar a relação trabalho e sofrimento mental na sociedade capitalista levando em consideração os determinantes sociais do processo de adoecimento como apontado por Asa Lauerell e as contribuições do Modelo Operário Italiano e do pesquisador Yves Clot com a formulação da Clínica da Atividade.

Sendo assim, a presente dissertação recorreu aos escritos teóricos do psiquiatra Louis Le Guillant que se destacou no âmbito da Psicopatologia do Trabalho com “suas observações sobre o papel do trabalho na reestruturação psíquica e reintegração social dos pacientes psiquiátricos hospitalizados” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 45). Sobre os estudos do autor, há traduzido para o português apenas uma coletânea de textos intitulada, *Escritos de Louis Le Guillant*, organizada por Maria Elizabeth Antunes Lima. Nesta, é possível encontrar os principais trabalhos do autor, com destaque para seus estudos sobre as telefonistas, feitos na década de 1950 e sua investigação sobre as condições das empregadas domésticas em Paris.

Nestes trabalhos, o autor desenvolveu o seu método de investigação, valorizando a história do paciente, sua

Trajetória de vida e trabalho - com detalhamento sobre as condições de trabalho e, com especial atenção, para as exigências de rendimento (produção). Também deveriam ser investigados os modos pelos quais o controle é exercido sobre o trabalhador e seu desempenho e ainda *como* esse controle é vivenciado subjetivamente por cada trabalhador” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 48).

Le Guillant procurou enfatizar a relação entre o adoecimento psíquico e as condições reais de vida e de trabalho dos indivíduos. Trouxe para o debate uma visão crítica a respeito das determinações do sofrimento mental. Sua análise se constrói a

partir de fundamentos teóricos marxistas, que o leva a formular seus estudos relacionando a saúde mental com a realidade social. Seu artigo sobre o trabalho das telefonistas, escrito há mais de 50 anos é ainda muito atual. Os avanços tecnológicos e as mudanças no processo produtivo não eliminaram as características opressivas sofridas por essa categoria e tantas outras. Os dramas das empregadas domésticas estudados pelo autor também permanecem atuais, as contradições das relações empregado e patrão, dominador e dominado, estão presentes em nosso cotidiano. Da mesma forma, os trabalhadores de hoje continuam sofrendo com a fadiga causada pela intensificação dos ritmos de trabalho. Le Guillant foi pioneiro ao relacionar a saúde mental com o trabalho, como destaca Codo (2006) no posfácio a coletânea de artigos do autor.

Antes de Le Guillant, a psicologia e a psicopatologia eram ciências das necessidades biológicas, lidavam apenas com o animal do homem, as nossas necessidades biológicas. Karl Marx, em pleno O capital, crítica a esta ciência como sendo a “ciência da vulgar necessidade”, porque ignora o modo como o homem constrói a si mesmo. Ignorava, antes de Le Guillant. O homem se diferencia do animal através do trabalho, e este mesmo estava ausente do universo de determinações psi. Depois de Le Guillant, pode-se ignorar o papel do trabalho no desenvolvimento da psicopatologia, apenas por ignorância ou por viés ideológico (CODO, 2006, p. 350).

Buscamos em Christophe Dejours, psiquiatra francês, que iniciou suas pesquisas da década de 1980, ressaltar suas análises sobre os mecanismos desenvolvidos pelos trabalhadores para resistir as consequências danosas que o processo produtivo engendra sobre a sua estrutura psíquica, principalmente, decorrentes do que ele aponta como a forma de organização do trabalho. Em sua obra, o autor observa estas consequências em várias categorias profissionais procurando identificar como se desenrola, no próprio interior do processo produtivo, este embate entre trabalhadores e a organização do trabalho capitalista. Sobre o medo, presente em todos os locais de trabalho, afirma, “as consequências do medo [no trabalho] são, em primeiro lugar, a perda do prazer de trabalhar e, em seguida, o desaparecimento da confiança nos colegas. Além disso, o medo dá lugar à agressividade, ao ódio, ao rancor etc. O medo faz sofrer” (DEJOURS, 2006a, p.30). É necessário, portanto, que os trabalhadores se defendam deste medo, construindo suas estratégias de defesa, das quais o autor destaca as ideologias defensivas, que por sua vez voltam sua ação sobre a personalidade do coletivo que a utiliza.

Assim, junto com as novas formas de dominação no processo de trabalho surgem novas patologias, que se disseminam à medida em que estas novas formas tomam conta não só do trabalho, mas também do cotidiano. Neste contexto, ganham destaque as chamadas patologias de sobrecarga, fruto dos ritmos impostos pelas exigências cada vez maiores de produtividade, que segundo o autor, “é a forma pela qual a organização do trabalho atinge o funcionamento psíquico e nós podemos demonstrá-lo. Existe um aumento de imposições de ritmo, de produção, de produtividade e de qualidade e é a soma dessas imposições que terminam por paralisar o funcionamento psíquico” (DEJOURS, 2001, p. 160).

Dejours (2006b) chama atenção, também, para o assédio, comum no ambiente de trabalho, ressaltando que este não é uma novidade nestes espaços. No entanto, com a desagregação dos laços de solidariedade entre os trabalhadores, estes se veem sozinhos perante o chefe assediador, se sentindo não apenas humilhado, mas também traído e abandonado por seus colegas. Por isso o assédio se torna tão potente e capaz de causar danos profundos (DEJOURS, 2006b).

Desta forma, várias descompensações podem surgir em meio a essa trama de opressões. Recentemente, Dejours (2010) vem se debruçando sobre a mais brutal delas, o suicídio no local de trabalho, uma forma patente de se expor o desmoronamento de qualquer sentimento de solidariedade, ajuda mútua, cooperação, crescimento da sensação de abandono e solidão. Este isolamento é fruto, segundo o autor, das mudanças no processo produtivo advindas com a disseminação do toyotismo, dos métodos de avaliação pessoal, das técnicas de qualidade total e da terceirização e precarização das condições de trabalho (DEJOURS, 2010) e que estão presentes não apenas no trabalho fabril, mas também nos serviços e na administração pública.

Ao analisar a questão da saúde na sociedade capitalista, é mister investigar as relações sociais vigentes. Asa Laurell, em seus estudos sobre os fatores que levam ao adoecimento, a partir dos anos de 1980, no México, deparou-se com o modo pelo qual o trabalho impacta a saúde dos seres humanos. Estudos realizados pela autora, como, *El desgaste obrero no México (1983)*, *La salud-enfermedad como proceso social (1982)*, *Trabajo e salud em Sicartsa (1987)*, *La construcción teórico-metodológica de la investigación sobre la salud de los trabajadores (1993)*, entre outros, apontam como o modo de produção capitalista interfere nos fatores do adoecimento. Assim, Laurell e Marquez afirmam,

En efecto, dicha conceptualización no sólo nos permite constatar la determinación social del proceso biopsíquico humano, sino nos explica la esencia social de este proceso, al mismo tiempo que nos pone en condiciones de ir revelando sus elementos concretos y conocer sus determinaciones. Entender la enfermedad como manifestación singular de un proceso general resuelve los dilemas casualistas, ya que pone en el centro no tal o cual entidad gnoseológica, sino el proceso mismo que puede expresarse bajo formas distintas en diferentes momentos (LAURELL; MARQUEZ, 1983, p. 17).

O trabalho, na forma capitalista, ao longo de seu desenvolvimento, resultou em mudanças nos padrões de adoecimento dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que eliminou doenças, aumentando a expectativa de vida, produziu outras, principalmente, as ligadas à organização da produção.

O capital se expande com a exploração do trabalhador, sugando toda a sua vida. Laurell (1982), tendo esta relação como seu pressuposto, descreve a saúde do trabalhador trazendo à tona os padrões de desgaste, que podem ou não levar ao adoecimento. Os riscos aos quais os trabalhadores estão submetidos são diversos, tanto físicos, como calor, ruído, contato com produtos químicos, entre outros, que podem resultar em doenças como o câncer, lesões por esforços repetitivos (LER), distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) etc., quanto mentais, como pressão, trabalho em turno, assédio e jornadas extensas, que podem causar estresse, depressão, fadiga, a síndrome do esgotamento profissional ou síndrome de burnout, transtornos do sono, entre outros.

Desta forma, Laurell e Marquez (1983) apontam que há uma profunda relação entre a saúde e o trabalho, que não se limita aos fatores externos e ambientais. Sendo o trabalho, elemento central na vida dos seres humanos. As autoras destacam a importância em lutar, não apenas contra a doença em si, mas sobretudo, em “establecer el control obrero colectivo sobre las condiciones desgastantes” (LAURELL; MARQUEZ, 1983, p. 18) e reconhecer que o capital, ao extrair a mais valia dos trabalhadores, extrai também toda a sua energia vital.

Estudos importantes sobre saúde do trabalhador, em conjunto com sindicatos, foram realizados pela pesquisadora no México. Neles, a autora investiga a condição de trabalho em fábricas, como a metalúrgica Sicartsa. Entre os relatos sobre a degradante condição de trabalho, destaca-se a luta em contrapor a lógica do capital em comprar a saúde dos trabalhadores, pois saúde não se recupera no mercado. Laurell (1982) explicita como este modo de produção expõe o trabalhador a vários fatores que levam

ao sofrimento e adoecimento, sendo físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e organizacionais. O trabalhador contemporâneo se vê em um complexo organizacional produtivo que lhe exige esforço, comprometimento, dedicação e toda a sua energia vital para manter a engrenagem do capital funcionando.

No entanto, a classe trabalhadora nunca esteve parada, ao longo da história protagonizou diversas lutas em busca de melhores condições de vida e trabalho. Destacamos, nesta dissertação, a experiência dos trabalhadores italianos, com o Modelo Operário Italiano – MOI. Este foi de suma importância para os estudos da saúde, pois se ergue, sobre o modelo, a possibilidade de limitar e combater as atrocidades da organização do trabalho no capitalismo.

Na Itália, na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, período em que o país se reerguia da derrota sofrida, houve um crescimento do número de trabalhadores nas indústrias de aproximadamente 2,4 milhões. Este aumento se deu através da migração de trabalhadores das atividades agrícolas e do sul empobrecido. Há, então, uma concentração do trabalho nos grandes centros fabris do norte do país, nos anos de 1950 e 1960, período em que se disseminou o modelo Fordista/Taylorista de organização da produção (LAURELL, 1984). O número de acidentes de trabalho era alarmante. Entre 1953 e 1962 os acidentes na indústria aumentaram 80%, em 1964 contabilizou-se 1 acidente a cada 20 segundos (PAIVA, 2012). Também aumentaram as doenças relacionadas ao trabalho que, entre 1960 e 1968 cresceram 113% (LAURELL, 1984). Neste contexto, iniciaram-se as lutas que dariam origem ao MOI.

A classe trabalhadora italiana retoma suas mobilizações que foram interrompidas durante o período fascista. Estas lutas tiveram como característica central a mobilização no interior das fábricas, dando início, segundo Laurell, a *“planteamientos de unidad de clase y democracia de base como fundamentales en una política obrera ofensiva por una parte, y de la lucha contra la organización capitalista del trabajo, por la otra”* (LAURELL, 1984, p.7) e o retorno ao campo teórico marxista na análise sobre o processo de produção e suas consequências objetivas e subjetivas para os trabalhadores.

A origem do MOI se dá a partir do trabalho conjunto de operários e profissionais da saúde reunidos em torno do Centro de Luta Contra a Nocividade do Trabalho, coordenado por Ivar Oddone, que possuía como eixo um método de conhecimento voltado para a ação. A partir das lutas massivas da classe trabalhadora italiana no fim dos anos de 1960, surgem as condições para a disseminação das experiências do modelo

operário italiano. É neste contexto que se inspiram diversos pensadores para abordar a questão da saúde física e mental dos trabalhadores.

Inspirado na Psicopatologia do Trabalho de Louis Le Guillant, o filósofo e psicólogo francês Yves Clot estudou a saúde mental relacionada ao trabalho, tendo como base as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista. Criou a corrente designada *Clínica da Atividade*. Suas obras proeminentes como, *Função psicológica do trabalho* e *Trabalho e poder de agir*, tratam da relação entre atividade e subjetividade.

No centro de suas formulações encontra-se a categoria atividade, como meio de analisar os impactos do trabalho na subjetividade. Estes impactos se dão através de numerosos conflitos que “constituem uma série de obstáculos que deixa os sujeitos diante de dilemas intransponíveis, fontes de sofrimentos desconhecidos ou negados. Esses conflitos se deslocam nas metamorfoses sociais do trabalho, mas não desaparecem” (CLOT, 2007, p. 13). Ao relacionar a subjetividade com a atividade, Clot a define como uma “atividade sobre a atividade. É a minha atividade ou a atividade do meu colega como objeto de pensamento” (CLOT, 2010, p. 225).

Inspirado nas práticas de Ivar Oddone, Clot (2006) busca uma nova maneira de fazer a Psicologia do Trabalho, mudando os seus protagonistas, como na proposta do Modelo Operário Italiano, de ter os trabalhadores como os principais agentes, ao invés do pesquisador. Dessa forma, a Clínica da Atividade “não é apenas para conhecer, mas é um dispositivo de ação e do conhecimento para a ação, para a transformação” (CLOT, 2006, p. 102). O autor reafirma

Como podemos fazer na organização do trabalho, não para dizer o que seria necessário dizer para os trabalhadores, produzindo conhecimento sobre a sua atividade, mas como fazer para que os trabalhadores com quem nós trabalhamos, façam a demonstração no vivo, como diz Toquelles, que são capazes de transformar a situação (CLOT, 2010, 222).

Segundo a Clínica da Atividade, o sofrimento desenvolvido em torno do processo de trabalho ocorre pela amputação do poder de agir, o trabalhador é limitado em sua atividade e assim tem seu desenvolvimento impedido. O autor busca fornecer um aporte para que os próprios trabalhadores desenvolvam a sua interpretação sobre o ambiente de trabalho. Visa, portanto, estimular o trabalhador a retomar o poder sobre a situação. Seligmann-Silva sintetiza a teoria de Clot da seguinte forma:

A história de trabalho de cada homem ou mulher representa experiência acumulada que marca a unidade biopsíquica e contribui como suporte e como memória à atividade significativa ao longo da trajetória de vida laboral. Em outras palavras, em cada nova fase da vida de trabalho, respeitar e tomar em conta essa história é garantir desenvolvimento continuado e transformador de experiências adquiridas e ao mesmo tempo é fonte de vitalidade - em suma, representa o trabalho saudável. (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 144).

Na sociedade hodierna, o ambiente de trabalho é um local de sofrimento, o trabalhador se frustra cotidianamente no exercício de seu trabalho. Acumulam-se, assim, experiências que ao longo da vida transformam-se em quadros de adoecimento. Clot examina os elementos do processo de produção capitalista e como os impactos do medo do desemprego, da flexibilização e das metas impossíveis impedem “uma atividade favorecedora da subjetividade” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p.52).

Tendo em vista os diferentes autores que trataram o tema do sofrimento mental relacionado ao trabalho e à organização social do modo de produção capitalista, o estudo pretende criticar a visão dominante sobre as causas do sofrimento mental. Portanto, além de reconhecer as contribuições do campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho - SMRT, faz-se necessário recorrer aos fundamentos do materialismo histórico dialético, cujo principal expoente é o militante e pensador Karl Marx e Friedrich Engels em suas críticas à economia política.

Segundo Karl Marx, o trabalho na sociedade moderna não é sinônimo de uma atividade capaz de produzir no ser humano suas qualidades mais elevadas. O capital e sua produção necessitam de um trabalhador desprovido de sua personalidade e de sua singularidade, como simples força de trabalho servindo a fins indiferentes e estranhos a seus conhecimentos e necessidades. Dessa forma, a única motivação para o trabalho é o recebimento do salário e o que com ele se pode comprar, seja para satisfazer o estômago ou ao espírito (MARX, 2008a).

A forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho que tomam corpo nessa forma, não tem absolutamente nenhuma conexão com o seu caráter físico nem com as relações materiais que derivam deste caráter. O que há é uma relação social concreta estabelecida entre os homens, mas que assume, aos seus olhos, a forma fantástica de uma relação entre coisas. Por isto, no intuito de encontrar uma analogia a este fenômeno, devemos recorrer às regiões nebulosas do mundo religioso, onde os produtos do cérebro humano aparecem como seres independentes, dotados de vida própria, e se relacionam tanto entre si quanto com a raça humana. Assim acontece no mundo das mercadorias com os produtos das mãos dos homens. A isso eu chamo o fetichismo que se adere aos produtos do trabalho tão logo são

produzidos como mercadorias, e que é inseparável, por conseguinte, deste sistema de produção de mercadorias. (MARX, 2008a, p. 81).

É nesta forma de organização social em que o trabalho se torna uma fonte que propicia o desencadeamento de doenças e sofrimento. Ao longo da história do capitalismo, o processo de trabalho assumiu diferentes formas, todas possuindo uma característica em comum, a exploração dos trabalhadores, elemento essencial desse modo de produção e reprodução da vida.

Desta forma, este trabalho teve como base teórica o método exposto por Marx em suas obras. Portanto, cabe ressaltá-lo e expor, particularmente, quando o autor busca analisar a sociedade do ponto de vista da economia política, que consiste na chave para a sua real compreensão (MARX, 1982). Em primeiro lugar, parece ser correto começar pelo que há de mais real e concreto, o pressuposto efetivo de toda a sociedade, no caso, a população, sujeito de todo o processo econômico.

Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Este supõe troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. (MARX, 2011, p. 54).

No entanto, Marx aponta que esse caminho seria falso, por levar a uma abstração, a uma representação caótica do todo que carece de seus elementos fundantes mais profundos. É necessário decompor este aparente início através de uma operação do pensamento, da análise desta realidade, buscando determinações cada vez mais precisas. Prosseguindo assim, vamos encontrando conceitos abstratos cada vez mais simples até alcançar aqueles mais abstratos e, por isso mesmo, mais gerais ou universais (é importante lembrar que abstrato equivale justamente ao mais simples, pouco determinado). Segundo Marx, “daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 2011, p. 54). Procedendo desta forma, realiza-se o processo de síntese, reproduzindo as determinações do concreto no pensamento, assim “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da

diversidade” (MARX, 2011, p. 54). A realidade só pode ser compreendida através de um contínuo esforço, uma vez que se encontra em constante movimento. Sendo assim, “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento)” (NETTO, 2011, p. 21). Portanto, como esclarece Netto, “conhecer teoricamente é (*para usar uma expressão cara ao professor Florestan Fernandes*) saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas” (NETTO, 2011, p. 53).

O fato do ser humano nascer já inserido em uma rotina, que assume como dada, faz o elemento “unidade vital de particularidade e genericidade” (HELLER, 2008, p. 35) não ser elevado à consciência, mas sim a uma forma sistemática, contínua e mecânica de sobrevivência. É a partir desse *contínuo irracional* do cotidiano que os sujeitos agem. A fragmentação do mundo externo é descontínua com o pensamento dos homens, a agilidade com que se movimenta a modernidade não acompanha a assimilação da consciência, impedindo o homem de relacionar os acontecimentos consigo mesmo, enquanto ser genérico, particular e singular.

Quando falamos aqui de conhecer a realidade é preciso destacar que esta não é imediatamente compreensível aos homens. Para tanto, torna-se necessário, para apreender o real “fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*” (KOSIK, 1976, p. 09). Desta forma, esclarece Kosik, que “o pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSIK, 1976, p.16).

Apoiando-se, portanto, no método de estudo apresentado realizamos o esforço de analisar o impacto do capital ao longo de seu desenvolvimento na saúde dos trabalhadores e como determinante no processo de sofrimento mental.

Desta forma, no Capítulo 1, O Fundamento do Trabalho e o Processo de Produção Capitalista, realizamos um estudo sobre a evolução histórica da organização do trabalho na sociedade capitalista a partir do início do século XX, com o surgimento do taylorismo, passando pelo fordismo até o toyotismo nos dias atuais. Para tanto, expomos os principais fundamentos do modo de produção e de forma sucinta o seu surgimento a partir da acumulação primitiva de capitais.

No capítulo 2, Sofrimento Mental e Trabalho, a partir do estudo bibliográfico, investigamos a produção teórica de Louis Le Guillant, elencando, para análise, seus

principais estudos acerca da sua Psicopatologia do Trabalho. Na sequência do estudo, também analisamos as formulações de Christophe Dejours com a emergência da Psicodinâmica do Trabalho.

Assim, por fim, no capítulo 3, Trabalho e Saúde, aprofundamos a relação entre trabalho e sofrimento mental na sociedade capitalista, levando em consideração os determinantes sociais do processo de adoecimento como apontado por Asa Lauerell e as contribuições do Modelo Operário Italiano e do pesquisador Yves Clot com a formulação da sua Clínica da Atividade.

Nas Considerações Finais buscamos realizar nossa análise relacionando os autores estudados e apontamos algumas críticas às suas formulações teóricas sobre a relação entre sofrimento mental e trabalho, tendo como base os pressupostos teóricos do marxismo. Contudo, também ressaltamos a importância em aprofundar o tema desse estudo no interior do Serviço Social, tendo em vista ser uma área de conhecimento que toma, como direção política-acadêmica estratégica, a perspectiva marxista como fundamento teórico-metodológico para análise das expressões da questão social e, conseqüentemente, a relação com o mundo do trabalho e, particularmente, as condições de vida dos trabalhadores, especialmente, a saúde desses no modo de produção do capital.

CAPÍTULO I

O FUNDAMENTO DO TRABALHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

Neste capítulo abordaremos os fundamentos históricos e sociais do processo produtivo capitalista e seus impactos nos trabalhadores. Tem como objetivo apresentar uma análise crítica da estrutura forjada para sustentar o capital, que se deu por meio de violência, expropriações e sujeição dos trabalhadores a péssimas condições de vida e trabalho. Desta forma, para se pensar em sofrimento mental, é preciso antes, retornar à história da luta de classes. Por isso, iremos partir dos estudos sobre o trabalho como elemento fundante do ser social, da divisão social do trabalho, da gênese da sociedade capitalista, das fases do desenvolvimento do capital e, por fim, relacionar o trabalho com a saúde dos assalariados.

1.1. TRABALHO COMO ATIVIDADE FUNDANTE DO GÊNERO HUMANO

Para situar a presente pesquisa, iniciaremos com a seguinte pergunta: o que é o trabalho? Para Marx, o trabalho ocupa, nas relações cotidianas do homem, um espaço fundamental. É a forma como o homem se desenvolve e se torna humano. Ele nos diz que,

O processo de trabalho, (...), é atividade dirigida com fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2008, p. 218).

Ao descrever o processo de trabalho em seus elementos mais simples e abstratos, Marx destaca o quão essencial, ele é para a sobrevivência dos seres humanos. Portanto, assim, a humanidade se diferencia do restante da natureza. O pássaro João de barro, ao construir a sua casinha, o faz mecânica e instintivamente, por motivos biológicos,

evolutivos, entre outros que não caberia dizer aqui. O homem, ao contrário, transforma conscientemente a natureza. Segundo Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2008a, p. 211).

Os seres humanos, ao desenvolverem os meios para satisfazerem suas necessidades, mais distantes estarão das formas instintivas de sobrevivência, portanto, mais conscientes dessa transformação. A necessidade a ser satisfeita é o que move o ser humano, impulsionando a realização do trabalho. Desta forma, essa satisfação precisa de uma cadeia de mediações que “transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade quanto os homens que nela atuam, suas relações etc.” (LUKÁCS, 2009, p. 229). Atuando na natureza, o homem a modifica e ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. Logo, o processo de trabalho é resultado do que antes existia conscientemente e “idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 2008a, p. 212), pois “essencial ao trabalho é que nele não apenas todos os movimentos, mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente. Portanto, todo movimento é submetido a um dever ser” (LUKÁCS, 2009, p. 232). Sendo assim, o trabalho para se concretizar depende das propriedades dos objetos a serem utilizados para a satisfação das necessidades, pois “O trabalho é constituído por posições teleológicas que em cada caso concreto põem em funcionamento séries causais” (LUKÁCS, 2009, p. 230).

Marx (2008a) compreende o trabalho como algo intrinsecamente humano, que transforma e imprime ao material o plano concebido anteriormente pelo trabalhador. Ao satisfazer as suas necessidades, sejam elas, do “estomago ou do espírito” (MARX, 2008a, p. 57), cria relações “determinadas, necessárias, independentes da sua vontade” (MARX, 1982, p. 25). A partir do que conclui LUKÁCS, que “o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou um certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade” (LUKÁCS, 2009, p. 238-239).

A existência da humanidade depende também do desenvolvimento do modo como transforma a natureza a fim de satisfazer as suas necessidades, é preciso estar vivo para fazer história, assim como nos diz Marx, que,

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente, para manter os homens vivos. (MARX, 2007, p.32 a 33)

Quanto mais os homens se relacionam entre si para satisfazer suas necessidades, maior é a sua consciência enquanto ser social. Quanto mais se desenvolvem os meios para a satisfação das necessidades humanas, novas necessidades são produzidas. Assim, desde os primórdios da história os aspectos anteriores coexistiram entre si e com a reprodução da espécie humana, que leva ao surgimento das diferentes formas de família. Na produção e reprodução da vida essas relações assumem uma forma social por envolverem a cooperação de outros indivíduos, estabelecendo uma conexão entre eles. Fruto dessa ligação, ou seja, da necessidade de interagir entre si, os homens também desenvolvem uma consciência, sendo ela própria um produto social (MARX, 2007, p. 33-35).

O trabalho desenvolve constantes alterações no ser social. De acordo com LUKÁCS (2009), podemos destacar três aspectos fundamentais. Primeiramente, há uma tendência geral incontestável de diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução social. Em segundo lugar, todo o processo de reprodução torna-se cada vez mais social, diminuindo de forma constante o papel dos elementos puramente naturais. Por último, temos que o desenvolvimento da reprodução cria laços cada vez mais amplos e intensos entre as diferentes comunidades humanas, rompendo o seu isolamento mútuo e indicando a tendência a uma unificação da humanidade. Ainda que o autor não explore em detalhes cada uma dessas transformações, ele aponta a sua importância no processo social (LUKÁCS, 2009).

O processo de trabalho não só resulta na criação de produtos, mas também em um modo determinado de consumi-los, uma vez que “fome é fome, mas a fome que se

sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente” (MARX, 2011, p. 47).

1.2. A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Com o desenvolvimento dos meios de prover a satisfação das necessidades humanas tem início a divisão social do trabalho. Assim, está dada a “possibilidade e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam em indivíduos diferentes” (MARX, 2007, p. 36). Uma das condições sociais para que isto ocorra é a existência de um excedente produzido pelo trabalhador para além da sua subsistência. Outra condição, também importante, “para que o trabalho excedente de um se torne condição de existência de outro” (MARX, 2008a, p. 580) é que o trabalho tem que ter atingido um certo ponto de socialização, ultrapassando a sua primitiva condição animal (MARX, 2008a). Tem início, assim, a história da luta de classes (MARX, 2008b).

Nas sociedades em que predominam interesses antagônicos entre classes, há uma divisão social desigual do trabalho, como também dos produtos do trabalho. Assinala Marx que,

Enquanto há a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem, torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. (MARX, 2007, p. 37).

Na história, diferentes modos de produção apresentaram divisão entre classes conflitantes, como, “asiático, antigo, feudal e burguês moderno” (MARX, 1982, p. 26). Este último modo de produção, o burguês, carrega as maiores contradições de classe. Nele, o trabalho se submete aos interesses de uma classe dominante, satisfazendo somente a alguns, estando acima dos interesses coletivos. Nesse tipo de sociedade todas as esferas da vida estão submetidas à divisão do trabalho especificamente capitalista e assim “o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2008a, p. 219).

A divisão social do trabalho é determinada, planejada e idealizada para a manutenção de uma classe dominante, na sociedade em questão a classe proprietária dos meios de produção, a burguesia. Nela, as atividades dos indivíduos são imutáveis, ele é “caçador, pescador, pastor ou crítico crítico e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida” (MARX, 2007, p. 38). O contrário ocorreria em uma sociedade em que a divisão social do trabalho fosse submetida às necessidades da humanidade, em prol unicamente de seu desenvolvimento. Marx, em uma bela passagem de seus escritos, vislumbra que,

Na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne, caçador, pescador, pastor ou crítico. (MARX, 2007, p. 38).

No capitalismo, o trabalho é estranho, alheio aos homens, um sacrifício necessário para a vida em sociedade. Para sobreviver, os seres humanos são constrangidos a se submeter às exigências impostas por ela, distanciam-se de si mesmos, permanecendo ainda na “pré-história da sociedade humana” (MARX, 1982, p. 26). O trabalho, nessa sociedade, possui um sentido determinado, a produção incessante do lucro. O ser humano não proprietário dos meios de produção, para sobreviver, se sujeita às exigências da burguesia, oferecendo a sua única propriedade, sua única mercadoria, a sua força de trabalho em troca de salário. Nessa forma de organização social, o produto gerado pelo trabalho aparece como algo misterioso, alheio ao homem, como mágico.

O trabalho no capitalismo afasta o ser humano de sua essência, produz um espectro nebuloso, transforma o trabalho em obrigação, é o trabalho externo, no qual o homem se exterioriza, única forma de garantir a satisfação de suas necessidades, que estão fora do trabalho (MARX, 2009). O trabalho é para o trabalhador ato que não lhe pertence e, no trabalho, é como se “não pertencesse a si mesmo, mas a um outro” (MARX, 2009, p. 83)

A busca pela sobrevivência torna-se mais evidente, como um retorno às relações mais instintivas, menos humanizadas. Portanto, para garantir trabalhadores obedientes a essa ordem, que, claramente explora, submete os seres humanos a trabalhos alheios aos

seus anseios, desejos, prazeres, etc., e que degrada também a sua saúde física e mental, há todo um aparato coercitivo e ideológico.

Através das relações de trabalho estabelecidas na sociedade capitalista é possível compreender as determinações socio-históricas das doenças nesse modo de produção que claramente degrada a vida dos trabalhadores.

1.3 GÊNESE DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Vimos que o trabalho é um elemento central para o desenvolvimento da humanidade. Entretanto, na sociedade de classes, o produtor não encontra relações que desenvolvam seu ser social, ao contrário, o trabalho é apenas um meio para que, fora dele, satisfaça as suas necessidades. No modo de produção capitalista a relação de trabalho é ainda mais estranhada, o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, distanciando-se assim da sua essência humana, ou seja, “quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2009, p. 81). O elemento trabalho, na sociedade capitalista, é fundamental para compreendermos as relações dos seres humanos em sociedade e como se dá a relação saúde e adoecimento entre os trabalhadores. Para tanto, recuperaremos o desenvolvimento do modo de produção capitalista desde a sua pré-história.

Nosso ponto de partida será a chamada acumulação primitiva. O processo que cria o capitalismo transforma em capital os meios de produção, expropriando dos trabalhadores seus meios de trabalho. Essa separação é um pressuposto para o funcionamento do sistema capitalista, que a recria em escala cada vez maior. Os trabalhadores, apartados dos seus meios sociais de subsistência, não encontram outra saída a não ser se transformarem em assalariados. Esse foi um longo processo que assumiu diferentes formas ao longo da história e abrange a decomposição da sociedade feudal. Marx observa que “a expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2008b, p. 830). O movimento de expropriação ocorreu com extrema violência, como enfatizou Marx: “É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência” (MARX,

2008b, p. 828). Convertidos os trabalhadores em proletários e os meios de produção em capital, o modo capitalista de produção passa a andar com seus próprios pés.

A população rural expulsa de suas terras foi coagida a transformar-se em assalariada para a burguesia em expansão. Entretanto, havia mais servos expropriados livres para o trabalho assalariado que a nascente indústria necessitava. Logo, cresce um contingente de trabalhadores, desempregados, em situação de miséria e vistos como vagabundos, pois o não trabalho foi “conceitualizado como indigência ou mendicância, jamais como desempregado” (DONNANGELO, 1976, p. 63). Já os trabalhadores empregados sofriam com os baixos salários, longas jornadas e condições degradantes de trabalho impostas pela burguesia através da força do Estado com uma “legislação sanguinária” (MARX, 2008b). As condições inadequadas de vida a que os trabalhadores estavam submetidos levavam a um aprofundamento da miséria nunca vista. As legislações instaladas na Inglaterra, a partir do século XVI, encobriam que os antigos servos não podiam mais voltar às antigas formas de trabalho e os castigavam por uma transformação que lhes era imposta. As punições por vagabundagem ou por não se adequarem à disciplina das fábricas iam do açoitamento ao enforcamento, passando pela mutilação e pelo ferro em brasa (MARX, 2008b).

Em meio à violência, miséria, opressão, degradação e exploração impostas aos trabalhadores é que se ergue a sociedade burguesa, “mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção” (MARX, 2008b, p. 876).

1.4. MERCADORIA, VALOR E CAPITAL

O produto do trabalho na sociedade capitalista assume a forma de mercadoria, sendo esta a sua célula elementar. Por este motivo, Marx (2008a) inicia a sua análise do modo de produção capitalista em “O Capital” se questionando: o que é a mercadoria? Primeiramente é algo que satisfaz alguma necessidade humana, seja diretamente como meio de subsistência ou indiretamente como meio de produção. Esta propriedade a torna um valor de uso. No entanto, a mercadoria também possui outro aspecto, o valor.

O valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para a sua produção. Trabalho abstrato corresponde ao dispêndio de trabalho humano indiferenciado, é “a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do

dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi dispendida” (MARX, 2008a, p. 60). Por sua vez, tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo médio gasto para a produção de uma mercadoria sob as condições “de produção socialmente normais existentes e com grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2008a, p. 61). Portanto, as diferentes mercadorias podem ser comparadas pelo que possuem em comum, o valor contido em cada uma. Mercadorias com a mesma quantidade de trabalho necessária à sua produção podem ser trocadas entre si, pois “como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza” (MARX, 2008a, p. 61).

O valor, no entanto, é expresso de forma determinada, através do valor de troca. Este se apresenta quando, no mercado, as mercadorias entram em relação de troca, sendo necessário estabelecer a equivalência entre elas. O valor contido em cada mercadoria determinará a medida quantitativa em que serão trocadas. A mercadoria-dinheiro passa a cumprir o papel de expressar o valor de todas as outras mercadorias, na forma preço. O dinheiro, por também ser mercadoria, possui valor, uma vez que provém do trabalho humano socialmente necessário.

Esse caráter do valor das mercadorias advém das relações sociais capitalistas, em que os produtores isolados se relacionam através do mercado. Como descreve Marx,

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano: seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra (MARX, 2008a, p. 69).

Nessa forma de organização social, o produto gerado pelo trabalho aparece como algo misterioso, alheio ao homem, como mágico. Marx assim define donde provém o mistério da mercadoria, afirma que,

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 2008a, p. 94)

A esse fenômeno Marx chamou de fetichismo da mercadoria. A forma mercadoria dos produtos do trabalho faz com que estes apareçam como produtos alheios aos trabalhadores, circulam no mercado como se tivessem vontade própria, independente de seus produtores. Assim, para estes “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos” (MARX, 2008a, p. 95).

O processo de produção no capitalismo, como anteriormente dito, necessita de trabalhadores livres de um lado e meios de produção de outro. O trabalhador em busca de garantir a sua sobrevivência, oferece no mercado a única mercadoria que possui, a sua força de trabalho em troca de salário, dinheiro, que poderá trocar pelas mercadorias que possam satisfazer as suas necessidades. Por se tratar de um modo de produção em que as mercadorias servem para garantir os lucros e não as necessidades dos seres humanos, os trabalhadores são limitados a aceitar salários, que nem sempre são suficientes para garantir a sua existência, a trabalhos degradantes e a um mercado repleto de produtos que poderão ou não usufruir. A condição de vida do trabalhador se limita a busca pela sobrevivência. Toda a vida em sociedade torna-se relações entre mercadorias, sejam elas alimento, moradia, saúde, educação, lazer etc. Para acessá-las dependerá do dinheiro, que conseguirá apenas com a venda de sua força de trabalho. Aqui já se pode perceber como a saúde do trabalhador se limita às arbitrariedades do capital.

Portanto, a força motriz do modo de produção capitalista é a força de trabalho assalariada, sendo assim, “o que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado” (MARX, 2008a, p. 200). O valor da força de trabalho é definido, assim como qualquer outra mercadoria, pela quantidade de trabalho social médio necessário à sua reprodução. Como a força de trabalho não pode ser separada do indivíduo que a vende, são calculados os valores das mercadorias que possam garantir a sua sobrevivência, como alimento, saúde, moradia etc., nos moldes capitalistas, como afirma Marx, “um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país determinado, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários” (MARX, 2008a, p. 201).

Entretanto, é sabido que o salário nem sempre corresponderá às necessidades dos trabalhadores e suas famílias, uma vez que, para aumentar seus lucros, os capitalistas sempre buscam reduzir o que pagam aos trabalhadores. A luta dos trabalhadores, historicamente, cumpriu e cumpre o papel de exigir salários equivalentes ao valor das mercadorias que garantam a sua sobrevivência e a melhoria da condição de suas vidas.

Dado que o fim último da produção capitalista é a obtenção de lucros e que sua força motriz é a força de trabalho assalariada, faz-se necessário compreender como essa força de trabalho humana compõe o sistema de produção de mercadorias e do lucro da burguesia. Há uma dualidade no processo de produção, ao mesmo tempo em que se produz valor de uso, também se produz valor. Ao observar pelo lado do valor, o que interessa é o tempo de trabalho dispendido para a reprodução do trabalhador, o que Marx denominou de tempo de trabalho necessário. No entanto, o trabalhador se mantém produzindo por uma jornada que ultrapassa o tempo necessário para a sua reprodução. Neste tempo, além do necessário para a sua reprodução, o trabalhador continua a produzir valor que será apropriado pelo capitalista, detentor dos meios de produção. A esse processo Marx chamou de mais valia.

A mais valia é o cerne da produção capitalista. A força de trabalho é comprada para ser consumida durante uma jornada de trabalho. Esta jornada gera mais valor que o pago pela força de trabalho, logo, o excedente de tempo de trabalho é a garantia dos lucros da burguesia. Estes dois momentos da produção, medidos pelo tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente não são estanques, ocorrem desde o primeiro minuto da jornada de trabalho até o seu término, estando imbricados entre si.

Na luta de classes, a duração da jornada de trabalho é disputada pelos trabalhadores e capitalistas. Os primeiros lutam pela redução da jornada de trabalho, sem que sejam reduzidos os salários, já os últimos, buscam prolongá-la ao máximo, pois, para estes, está em jogo o aumento dos lucros. Ao aumentar a jornada de trabalho, aumenta-se a mais valia.

O trabalhador, além de criar valor novo, também transfere valor das matérias primas e dos meios de produção para o produto de seu trabalho. Tanto as matérias primas como os meios de produção também são mercadorias, possuindo também valor. O trabalhador movimenta os meios de produção e consome as matérias primas para a produção de novas mercadorias. Ao fazê-lo, transfere para a mercadoria nova o valor contido nas mercadorias que foram utilizadas neste processo. As máquinas, os prédios,

entre outras mercadorias, não são consumidos de uma única vez, transferem para a nova mercadoria uma fração do seu próprio valor. Por sua vez, as matérias primas são completamente consumidas, transferindo todo o seu valor ao novo produto. Por não criarem novo valor ao longo do processo produtivo, Marx chamou esse elemento de capital constante. A força de trabalho, Marx chamou de capital variável, por gerar valor novo.

No sistema de produção capitalista o trabalhador passa então a produzir mercadorias que servem para valorizar o capital. O trabalho é subordinado ao capital, não sendo mais realizado individualmente com o fim de satisfazer as necessidades do trabalhador. No capitalismo, o trabalho assume uma forma coletiva, sendo executado por uma combinação de trabalhadores, organizados pelo interesse do capital. Assim, conceitua Marx,

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital (MARX, 2008b, p. 578).

O trabalho produtivo, portanto, não está relacionado à simples produção de uma mercadoria, mas à forma específica de produção capitalista. Por se tratar de uma produção voltada para a valorização do capital e não para a valorização da humanidade, o capitalista pouco se importa com as condições de vida e trabalho, mas sim, em como poderá extrair maiores quantidades de mais valia. Por isso, nos diz Marx: “ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar” (MARX, 2008b, p. 578).

Com o desenvolvimento dos meios de produção (desenvolvimento das máquinas, tecnologia, formas de organização da produção), o capital modifica os processos de trabalho buscando aumentar a extração de mais valia. Sendo assim, para além de aumentar a jornada de trabalho, o capitalista introduz outros mecanismos no processo de se produzir mais valia⁴. Modifica-se a divisão da jornada de trabalho, diminuindo o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e, por consequência, aumentando o tempo excedente de trabalho. Esta modificação é

⁴ Este processo foi denominado por Marx como sujeição real do trabalho ao capital, que define o modo de produção especificamente capitalista em contraposição a subordinação formal, quando o capital ainda não se apossou diretamente do processo de trabalho (MARX, 2008b, p. 578).

denominada como mais valia relativa, em contraposição a chamada mais valia absoluta, que consiste no aumento da jornada de trabalho.

No mercado, o capitalista, visando ganhar da concorrência, introduz novos meios de produção para aumentar a sua produtividade e poder vender mais barato. A elevação da produtividade é uma modificação no processo de trabalho que permite produzir mais mercadorias no mesmo espaço de tempo. Sendo assim, cada unidade da mercadoria possuirá menor quantidade de valor, uma vez que, o tempo de trabalho necessário para a sua produção diminuiu. Como o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é dado pelas condições médias de produção na sociedade, o capitalista que, com o novo processo produtivo consegue abaixar os preços de sua mercadoria, concorre no mercado com maiores vantagens.

O capitalista não precisa vender as suas mercadorias pelo novo valor alcançado, podendo vendê-las por um valor acima deste, mas ainda abaixo do socialmente necessário, embolsando a diferença. Esta é a mais valia extra, motivo pelo qual todos os capitalistas procuram aumentar a produtividade introduzindo novos métodos de produção. Quando as inovações alcançam as indústrias que produzem as mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho, ocorrendo a redução do seu valor, diminui também o valor da força de trabalho. Mantida a jornada de trabalho com a mesma duração, aumenta assim o tempo de trabalho excedente. Essa diminuição do valor da força de trabalho não ocorre com a diminuição do consumo do trabalhador, mas sim com a diminuição do valor das mercadorias que ele consome. Conclui Marx,

O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (MARX, 2008a, p. 372).

É também possível que o capitalista aumente a intensidade do trabalho. Deste modo, haveria maior dispêndio de força de trabalho em uma mesma jornada, o que se configuraria em mais produtos, sem cair o seu valor.

1.5 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Não há como compreender o movimento organizado pelo modo de produção capitalista sem enfatizar a sua constante necessidade em dominar os trabalhadores para garantir o seu funcionamento e alcançar seus objetivos. Do mesmo modo, desde a publicação do panfleto, *O Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, Marx e Engels já destacavam como a sociedade no capitalismo é constantemente transformada (MARX; ENGELS, 2010). Frequentemente, o capital precisa reinventar as formas como organiza o trabalho. Neste sentido, Rosdolsky aponta que a essência do capital “consiste, principalmente, na revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, para fazer recuar cada vez mais os limites naturais decorrentes do tempo de trabalho necessário e alargar cada vez mais o domínio do mais trabalho” (ROSDOLSKY, 2001, p. 194). A pressão exercida pela luta dos trabalhadores pela limitação da jornada de trabalho impulsionou também o capital a redefinir o processo produtivo. A partir dessas limitações o capital não poderia só aumentar a mais valia a partir da mais valia absoluta, em um aumento indiscriminado da jornada, agora precisa redefinir as formas de obtenção da mais valia passa por desenvolver as máquinas e a tecnologia.

Em suma, o capital constantemente se reinventa e é neste sentido que Marx observou este movimento e investigou como o capital foi se desenvolvendo. No início, a sua organização quase não se distinguia das formas artesanais de produção, a diferença era puramente quantitativa, pois, um maior número de trabalhadores era empregado pelo mesmo capital. Marx, no capítulo XI, da sua obra, *O Capital*, descreve este processo, chamando-o de cooperação. Define o autor, “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos” (MARX, 2008a, p. 378). Nesse capítulo, o autor também destaca as mudanças que ocorreram nas condições do processo de trabalho.

Primeiramente, permite a utilização dos meios de produção (máquinas e instalações) por um número maior de trabalhadores simultaneamente, resultando em uma redução dos preços das mercadorias e também no valor da força de trabalho. Em segundo lugar, ao juntar os trabalhadores no mesmo processo produtivo, gera-se uma força de produção coletiva que não existia quando cada trabalhador realizava seu trabalho isoladamente. Porém, quem coordena este processo são os capitalistas.

O domínio do capital sobre o trabalho passa a ser a condição necessária para a produção. Sendo assim, “o comando do capitalista no campo da produção torna-se então

tão necessário quanto o comando de um general no campo de batalha” (MARX, 2008a, p. 383). Esta relação assume uma forma tirânica.

Neste momento, os trabalhadores ainda controlavam parte do processo de trabalho, como o ritmo e a técnica. Entretanto, o trabalhador se submetia à jornada e aos salários determinados pelos capitalistas, seus empregadores. O sentido do trabalho, para os trabalhadores, “aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio à ação dos assalariados” (MARX, 2008a, p. 305).

Em seguida, o capital se desenvolve para a fase da manufatura, como descrito por Marx no capítulo XII de *O Capital*. A cooperação continua a existir ao mesmo tempo em que outras formas do processo produtivo ocorrem. Marx situa a manufatura no período que vai do século XVI ao XVIII e a define como a cooperação fundada na divisão do trabalho. As diferentes tarefas que antes eram executadas pelo mesmo trabalhador, sob a égide da manufatura, passam a ser desempenhadas por um conjunto de trabalhadores, cada um realizando apenas uma das tarefas necessárias à produção da mercadoria. Desse modo, o trabalhador executa repetidamente uma única função durante toda a jornada de trabalho. Marx descreve este trabalhador como o trabalhador parcial. Limita o trabalhador a ser apenas um órgão de um mecanismo de produção. Temos aqui três resultados. O primeiro, é que o trabalhador é limitado a conhecer apenas uma etapa da produção, se especializando apenas nela. Ao mesmo tempo em que não participa mais da totalidade da produção da mercadoria, ele adquire uma maior habilidade na única tarefa que executa. O segundo resultado é que há um aumento da intensidade do trabalho, uma vez que o trabalhador não precisa mais mudar a sua tarefa. Por fim, os instrumentos de trabalho tornam-se mais adaptados a cada tarefa específica da produção. O ofício do artesão continua sendo a base técnica da manufatura, não sendo esta fase o modelo tipicamente capitalista de produção. Ainda que esta tenha sido parcializada, o domínio técnico continuava sendo propriedade dos trabalhadores. Conclui Marx sobre o período manufatureiro:

O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com ele. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência

uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital (MARX, 2008a, p. 416).

Na passagem do século XVIII para o XIX, Marx, no capítulo XIII de *O Capital*, discorre sobre o surgimento e a implementação da maquinaria, dando origem à indústria moderna. O instrumental de trabalho revolucionou o modo de produção, proporcionando melhores condições para a extração de mais valia. A introdução das máquinas substituiu o trabalhador que opera apenas uma ferramenta por um mecanismo movido por outra força motriz, capaz de manipular vários instrumentos ao mesmo tempo. Dessa forma “o capital faz o operário trabalhar, agora, não com a ferramenta manual, mas com a máquina que maneja os próprios instrumentos” (MARX, 2008a, p. 443).

Para os trabalhadores, este avanço no modo de produção resultou em severas consequências. Introduz-se o trabalho suplementar, o das mulheres e das crianças. O mecanismo das máquinas permite que determinadas funções sejam executadas por crianças e mulheres. Os trabalhadores, sejam eles crianças ou adultos, eram submetidos a péssimas condições de trabalho. Acidentes durante a utilização das máquinas eram constantes, os locais de trabalho eram insalubres, com pouca ventilação, mau cheiro, e os trabalhadores executavam movimentos repetitivos, causando lesões físicas. A vida do proletariado estava limitada ao ritmo da produção capitalista, sendo a sua saúde física e mental determinada pelas condições de trabalho em que viviam. Como retratou Engels,

Uma bela lista de doenças, provocadas unicamente pela repugnante cupidez da burguesia! Mulheres incapacitadas para procriar, crianças aleijadas, homens exauridos, membros quebrados, gerações inteiras doentes, debilitadas e desgastadas – e tudo isso exclusivamente para encher os bolsos da burguesia! (ENGELS, 2008, p. 203).

Mesmo com a introdução de máquinas capazes de substituir a força de trabalho em determinadas tarefas, como também aumentar a produtividade, os trabalhadores foram obrigados a trabalhar em jornadas ainda mais longas. Para o capitalista as máquinas não podiam parar, por isso recorriam ao aumento da jornada de trabalho. Não há limite para a ganância da burguesia.

Por fim, para além de aumentar a jornada, as máquinas intensificaram o ritmo de trabalho. O proletariado, expropriado de seus meios de produção e do conhecimento do

processo de trabalho, foi obrigado a trabalhar de forma mecanizada em um ritmo intenso. Com a introdução das máquinas, o trabalhador também é expropriado do domínio que ainda lhe restava sobre o processo produtivo. São os trabalhadores que passam a servir o instrumental de trabalho, ou seja, “se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles” (MARX, 2008a, p. 482). O trabalhador está submetido agora às máquinas, que o confrontam como capital, “trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure” (MARX, 2008a, p. 483). O domínio do capital sobre o trabalho está consumado. Assim completa Marx,

A habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema de máquinas e formando com ele o poder do patrão. (MARX, 2008a, p. 483)

Para manter os trabalhadores nessa situação é necessário um modelo organizacional de trabalho similar ao militar. Os trabalhadores são pressionados a manter uma determinada disciplina, para isso são empregues supervisores. Essa organização da produção também torna supérflua parte dos trabalhadores. Tais evoluções no modo de produção roubaram a condição de vida dos trabalhadores. O capital “usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador” (MARX, 2008a, p. 486). Entretanto, o capitalista, ao se vangloriar pelo aumento da produção, precisa lidar com a agressão à saúde do trabalhador, causada por suas imposições. O capitalista necessita de trabalhadores vivos para colocarem as máquinas em funcionamento. Esta é uma contradição intrínseca ao modo de produção capitalista.

1.5.1 A Era de Ouro do Capitalismo

O período tido como de maior desenvolvimento do capital na história ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, se prolongando até os anos de 1970. A organização do

capital neste período ficou conhecida como fordismo. O progresso dessa fase tem suas raízes no início do século XX, quando Taylor⁵ desenvolveu o método de administração científica do trabalho, que surgiu “como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos, nação que começava a despontar como potência mundial, no que, efetivamente, se transformaria no pós guerra” (DRUCK, 1995, p. 36).

Taylor, no final do século XIX, inicia as suas experiências em meio a importantes transformações no capitalismo estadunidense. Após o final da guerra de secessão, com a vitória do norte industrializado sobre o sul agrário e escravagista, o capitalismo pôde se expandir para o sul do país, expandindo suas relações de produção e absorvendo a força de trabalho tornada livre. Nos EUA, as empresas haviam se desenvolvido o suficiente a ponto de disputar o mercado mundial, em uma fase em que o capital se expandia pelo mundo, configurando o que Lenin observou como o período imperialista (LENIN, 1979). Desta forma, havia duas frentes para a expansão do capital estadunidense. A primeira, interna, rumo aos estados do sul, e a outra, externa, rumo ao mercado mundial.

Neste período, o capitalismo nos Estados Unidos da América, em meio à concorrência mundial, para aprimorar seus métodos produtivos, introduziu as concepções de Taylor. Portanto, cabe salientar que a essência do taylorismo consiste em levar ao extremo a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual no processo produtivo. Os trabalhadores são imbuídos a executar as tarefas produtivas de um modo determinado, cronometrado, organizado para garantir a maior produtividade das fábricas.

Os processos físicos são agora executados mais ou menos cegamente, não apenas pelos trabalhadores que o executam, mas com frequência também por categorias mais baixas de empregados supervisores. As unidades de produção operam como a mão, vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante (BRAVERMAN, 1977, p. 113).

A proposta taylorista para a execução das tarefas dentro das fábricas limita bruscamente a iniciativa dos trabalhadores em sua jornada, “condena o homem a uma

⁵ Frederick Winslow Taylor, teórico estadunidense que fundou a administração científica do trabalho. Por toda a sua vida se dedicou ao trabalho e ao estudo de métodos que o tornassem mais produtivo. O interesse pelo processo de produção se deu desde que era operário de uma fábrica e o levou a se tornar, posteriormente, um engenheiro e pesquisador reconhecido.

imobilidade que é uma tensão contínua” (CLOT, 2007, p. 14). De igual modo, agride a saúde física e mental dos trabalhadores, pois os obriga a reprimirem sua própria atividade para dar conta das tarefas a eles imposta. Assim, afirma Clot, que,

É esse gesto ao mesmo tempo prescrito e interdito que mais custa ao trabalhador. Sem poder aboli-lo, procura-se pôr sua atividade entre parênteses. Na realidade, ela é somente levada a gerar “sofrimento”. Isso porque, apesar de tudo, os homens não “entram” na tarefa. Os recursos da atividade são deixados vagos e, por isso, o que há de irredutível, em última análise, no “fator humano”, isto é, a solidariedade do ser integral com esforço dele exigido, só se tornou mais *gritante*. A fusão imaginária do homem e da máquina desemboca então paradoxalmente na impossível identificação do sujeito com os atos a ele prescritos (CLOT, 2007, p. 14).

Desta forma, esse sistema organizacional limitou o trabalhador, o fez uma força de trabalho mecânica, como qualquer outro instrumento da produção, afastando-o de toda e qualquer possibilidade de apropriação e conhecimento sobre seu ofício. O chamado *one best way*, ou seja, a decomposição das tarefas em seus menores elementos e a sua prescrição aos trabalhadores buscava eliminar qualquer iniciativa dos operários no processo de produção. Desta forma, afirma Braverman, “assim, ao estabelecer relações sociais antagônicas, de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano” (BRAVERMAN, 1977, p. 113).

A luta dos trabalhadores consistia, principalmente, em resistir à imposição de afastá-los do conhecimento e do controle do seu trabalho. Essa separação do conhecimento e da execução no processo produtivo foi decisiva na história do capitalismo. O operário de ofício existente na época, detinha o conhecimento técnico necessário para a produção. Este não era compartilhado nem mesmo com outros trabalhadores, sendo uma espécie de monopólio desses operários. No mesmo período, havia uma massa de trabalhadores não qualificados advindos da imigração europeia (em busca de melhores condições de vida, inexistentes em seus países de origem) e, também, trabalhadores que foram recém-libertos da escravidão. O controle do acesso ao emprego pelos trabalhadores de ofício impedia que esses trabalhadores adentrassem as fabricas.

A principal federação sindical nos Estados Unidos da América, a AFL (American Federation of Labor), era controlada por esses operários de ofício, admitindo, no seu interior, apenas aqueles profissionais detentores do conhecimento

técnico da produção. Suas práticas eram direcionadas a manter os privilégios destes operários, excluindo os demais, não se importando com as condições do resto da classe trabalhadora (CORIAT, 1993). O principal dirigente da AFL, Samuel Gompers, era conhecido por sua política de defesa de uma categoria contra o conjunto da classe trabalhadora. Por conta disso, os trabalhadores não qualificados se organizaram de forma independente da AFL, montado, dentre outros, o *Knights of Labor*, de caráter mais arcaico e defasado e o IWW (International Workers of the World), com uma luta de caráter mais radicalizada e organizada (BIHR, 1998).

Portanto, a expropriação do trabalho operário qualificado, utilizando mecanismos como o cronômetro, fotografia e filmagens, levado a cabo pelo taylorismo permitiu absorver os trabalhadores não qualificados no processo produtivo. A inserção destes trabalhadores contrariava os interesses da AFL, o que a fez ser combatida pelos capitalistas. Ao mesmo tempo, a IWW era duramente reprimida, limitando a organização independente dos trabalhadores. O controle científico e produtivo foi apropriado definitivamente pelo capital.

Ainda nas primeiras décadas do século passado, havia, por parte dos trabalhadores, uma forte resistência aos métodos tayloristas. Entretanto, no período entre guerras e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, o capital aprimora seus meios de dominação da classe trabalhadora. A fábrica fordista incorpora elementos do taylorismo e inova ao acrescentar originalidade à organização do processo de produção. Gounet (1999), ao explicar as técnicas fordistas, enumera 5 elementos principais. O primeiro diz respeito ao início da produção em massa, visando um consumo amplo, racionalizando ao extremo as operações efetuadas pelos operários para reduzir o desperdício. O segundo, é o parcelamento das tarefas em uma escala maior de produção. O terceiro elemento é a introdução da linha de montagem, que efetua a ligação entre os trabalhadores e determina o ritmo de trabalho. O penúltimo ponto é a padronização das peças, facilitando a montagem, reduzindo o tempo necessário para produção do automóvel. Por fim, a introdução de máquinas especializadas para cada parte do processo. Nasce a usina racionalizada e a terrível eficácia do fordismo.

As novas condições de trabalho não foram bem recebidas pelos trabalhadores. As fábricas enfrentavam uma escassez de trabalhadores, que não aceitavam as condições de trabalho impostas (BRAVERMAN, 1977). Para atrair os trabalhadores e sujeitá-los ao padrão fordista, são anunciados aumentos salariais, praticamente dobrando o salário vigente, cinco dólares por uma jornada de oito horas. Após o

anúncio, “10 mil pessoas se aglomeram diante dos portões da fábrica taylorista de Highland Park, em Detroit, EUA. O resultado superou as expectativas do fabricante, que ofereceu apenas 5 mil empregos” (GOUNET, 1999, p. 20). Aumentar os salários, não apenas serviu para atrair os trabalhadores e sujeitá-los ao método taylorista de produção, mas também para evitar ameaça destes se organizarem de forma independente na radical IWW (BRAVERMAN, 1977).

Com o exorbitante aumento salarial, Ford atraiu os trabalhadores e conseguiu dispersar, mesmo que temporariamente, o movimento sindical. Entretanto, o operário deveria viver sob o domínio do “estilo fordista”, pois, para permanecer nas fábricas, exigências fora do local de trabalho eram impostas. Um controle do cotidiano dos trabalhadores foi instaurado. Gramsci, ao examinar esse fenômeno observa que,

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho (GRAMSCI, 2001, p. 266).

As regras criadas por Ford para seus operários eram extremamente invasivas, adentrando a sua vida íntima, comunitária, entre outras. Qualquer deslize poderia levar à perda do emprego. Coriat (1993) relata as normas e condutas que eram impostas aos trabalhadores: não poderiam receber o salário de cinco dólares àqueles com menos de seis meses na fábrica; àqueles com menos de 21 anos e às mulheres. Além dessas restrições, a conduta esperada fora do trabalho deveria ser reservada, sem consumo de álcool ou tabaco e sem frequentar bares. Gramsci ainda complementa sobre o domínio exercido na vida dos trabalhadores, afirmando que,

As iniciativas ‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção (...) é preciso que o trabalhador gaste ‘racionalmente’ o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular – nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função de Estado (GRAMSCI, 2001, p. 267).

As mudanças no mundo do trabalho, geradas pelo fordismo, trazem à tona a necessidade de incorporar mecanismos que garantam a reprodução da força de trabalho. O Estado, em conjunto com os capitalistas, introduz, em suas ações, as funções gerais de assistência antes pertencentes aos sindicatos, “e nesse sentido, o *Welfare* participa a seu modo do *Open Shop Campaign*”⁶ (CORIAT, 1993, p. 55). Porém, aquele trabalhador que não se adaptar aos novos métodos, à medida que estes passam a ser usados por toda a indústria, “será impiedosamente eliminado do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*” (GRAMSCI, 2001, p. 266). Esses métodos tornam-se o modelo a ser seguido pelas empresas de todo o mundo. Competir com as fábricas fordistas exigia que se adotasse esse novo modelo organizacional, que se transformou em modelo padrão. Sendo assim, “frente a essa máquina de guerra econômica, os concorrentes não têm escolha: ou se adaptam às soluções fordistas, inclusive o salário de 5 dólares (...), ou então desaparecem” (GOUNET, 1999, p. 20).

Enquanto os principais países europeus que estiveram à frente da Segunda Guerra Mundial se recuperavam da destruição, a economia estadunidense se desenvolvia ainda mais, tornando-se, no período pós-guerra, a maior economia mundial. Os EUA tornaram-se, para o mundo, o modelo de sociabilidade industrial capitalista (HOBSBAWN, 2008). O modelo de produção fordista protagonizou esse período denominado como a era de ouro do capital (HOBSBAWN, 2008). O sistema organizacional de produção extrapolou os limites das fábricas, invadiu toda a vida dos trabalhadores e transformou-se em uma nova cultura do trabalho, que só foi possível através de pactos e cooptação dos trabalhadores e suas organizações. Hobsbawn descreve este período da seguinte forma,

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão de obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para administração macroeconômica que todos os estados então praticavam (HOBSBAWN, 2008, p. 277).

⁶“*Open Shop Campaign*” traduzido literalmente, significa “campanha pela fábrica livre”, Coriat (1993) ao se referir ao termo em inglês quis expressar a campanha patronal por uma fábrica sem sindicatos.

Entretanto, mesmo com o pacto realizado entre capital e trabalhadores, a extensão e desenvolvimento do fordismo não garantiam mais condições tão vantajosas para o conjunto dos trabalhadores, principalmente, para a sua segunda geração no interior dessa fase. Movimentos isolados e sem apoio dos sindicatos tornaram-se constantes no final da década de 1960 e início da de 1970 nos principais países capitalistas. Os trabalhadores não mais aceitavam as imposições fora e dentro do trabalho feitas pelo capital. Uma verdadeira revolta contra o modelo de produção taylorista/fordista. O trabalhador da segunda geração não estava mais disposto a ser explorado em um ritmo de trabalho extremo, desgastante, repetitivo, desprovido de qualquer autonomia e vendendo a sua saúde (BIHR, 1998). Além do mais, nesse período já não existia mais a estratégia dos altos salários, uma vez que o modelo fordista já estava disseminado por toda a produção (GOUNET, 1999).

As revoltas tomaram principalmente duas formas. A primeira é que, aparentemente, era uma fuga, ou uma forma de se defender de algum modo do trabalho e da produção, como por exemplo, “absenteísmo e *turn-over* crescentes, busca de pequenos trabalhos ocasionais, e até mesmo ruptura com a condição de assalariado” (BIHR, 1998, p. 60). A segunda forma configurava-se em uma tentativa mais coletiva de se enfrentar as imposições fordistas, como por exemplo,

Greves parciais, operações tartaruga, ataques aos *staffs* administrativos e à divisão capitalista do trabalho, formação de conselhos de oficinas e de conselho de fábrica, difusão das palavras de ordem de autogestão, de controle e até mesmo de poder operário. E as reivindicações dominantes são então as da autonomia coletiva e da liberação do trabalho (de formas não alienantes de trabalho) (BIHR, 1998, p. 60).

Por sua vez, o capital respondeu às revoltas introduzindo novas medidas no interior das fábricas, diversificando as tarefas e delegando responsabilidade de parte do processo a grupos de operários. Era preciso simular um retorno à apropriação do conhecimento sobre o ofício. Essa medida, a princípio, era realizada com bastante cautela para evitar intervenções dos trabalhadores nas decisões do processo produtivo. Despontava, assim, o princípio de um novo modelo organizacional (BIHR, 1998).

As revoltas do operário massa⁷ já anunciavam o desgaste do modelo fordista e a crise que se avizinhava. A extensão deste modelo aos demais setores foi responsável, em parte, pelos enormes ganhos de produtividade alcançados pelo capital. Todavia, tal movimento não poderia se manter com a mesma vitalidade, uma vez que, disseminado pelo mundo, o excesso de produção poderia provocar choques nos lucros do capital. A crise se deu por diversos fatores. Entre eles, como já dito, pela expansão do modelo. Também se deu pelo crescimento da composição orgânica do capital, fruto do desequilíbrio entre o aumento do capital contante e do capital variável, pois o primeiro cresceu mais do que o segundo, provocando uma queda da taxa de lucro. Outro impulso para a crise se deu pela saturação do consumo, devido à dependência que a acumulação tinha de certo número de bens duráveis, como carros, eletrodomésticos e residências. Ao final dos anos de 1960 e início de 1970, esse consumo atingiu um limite, reduzindo as vendas em um momento em que as empresas precisavam ampliá-las. Por fim, o aumento do trabalho improdutivo provocado pelo modelo fordista. Pois, com a inserção do Estado como garantidor das condições “sociais, institucionais e ideológicas da reprodução do capital” (BIHR, 1998, p. 73), houve aumento dos custos necessários à manutenção de todo esse aparato para manter a estrutura fordista. Do mesmo modo, cresceram os setores de circulação do capital, como comércio, gestão e bancos (BIHR, 1998).

A era de ouro do capital chega ao fim. A gota d'água foi o choque do petróleo. O produto sofreu uma bruta elevação de seu preço impactando toda a economia mundial. Diante desse quadro, o modo de acumular taylorista/fordista não dava mais conta, por si só, de manter a estabilidade do capitalismo, dando lugar a uma nova forma de fazer e pensar a produção. Segundo Coriat, “não segundo o método norte americano, que encadeia grandes séries de produtos altamente padronizados, estoques e economias de escala, mas em séries restritas, sem economias de escala e sem estoques, produtos diferenciados e variados” (CORIAT, 1994, p. 47). O modo de produção capitalista se reorganiza em um ambiente de crise, as empresas foram estimuladas a investir em projetos de modernização, as chamadas fábricas do futuro, junto de uma nova configuração produtiva e de organização do trabalho.

⁷O operário massa é definido por Bihr (1998), com base, principalmente, nos pensadores italianos Antonio Negri e Mario Tronti. Ele é o tipo hegemônico de operário do período fordista. Suas principais características são: concentração no espaço social; homogeneização; inércia; rigidez; atomização e aculturação.

1.5.2. Modelo Japonês: O Toyotismo

A crise do fordismo gerou entre os capitalistas a necessidade de se reorganizar em um modelo produtivo que pudesse superar o anterior, permitindo, assim, a retomada dos lucros. Instaura-se a busca pela inovação, visando estabelecer, segundo BIHR,

Novos meios de trabalho (uma nova tecnologia), novas formas de organização do processo de trabalho (emancipando-se dos limites da organização taylorista e fordista), novas formas de contrato de trabalho, novos modos de mobilização (de envolvimento e de integração) da força de trabalho na empresa e, como consequência, novas formas de “disciplina do trabalho” etc. (BIHR, 1998, p. 87).

A indústria redirecionou suas estratégias de padronização em larga escala, introduzidas a partir do século XX pelo binômio taylorismo/fordismo para o biótipo do modelo japonês, baseado nas demandas curtas e variadas e em produzir as quantidades certas a serem vendidas no tempo exato necessário. Entretanto, como esse modelo tornou-se hegemônico na produção mundial? Será necessário, para responder tal pergunta, retornar às origens do chamado modelo toyotista.

Ao final da Segunda Guerra Mundial o Japão não estava em uma boa situação econômica. A derrota na guerra culminou na ocupação estadunidense do território japonês. Era então preciso reerguer a indústria do país. No entanto, devido às condições particulares do arquipélago, essa retomada não poderia ser executada pelos métodos fordistas então em voga, sendo preciso adaptar-se à escassez e às limitações do período para sustentar a concorrência das grandes empresas internacionais.

Os bancos investiram fortemente na indústria automobilística Toyota e, com isso, impuseram pesadas contrapartidas. Coriat (1994) destaca três dessas disposições. A primeira consiste na separação entre a produção e a distribuição de veículos. A segunda visava uma redução drástica de força de trabalho. E, por fim, o ajuste da produção de carros à quantidade efetivamente vendida (CORIAT, 1994). Desde que este acordo foi firmado, em 1949, a empresa Toyota, sob pressão, precisou adequar os métodos organizacionais para se colocar na disputa econômica.

O principal responsável pelas mudanças no setor produtivo da Toyota foi o engenheiro Taiichi Ohno. Suas estratégias e alterações no modo de se produzir internamente na fábrica incomodaram os trabalhadores, pois os novos métodos os

afetavam diretamente. Duas grandes greves ocorreram neste período, a primeira em 1950 e a segunda em 1952. A primeira greve foi contra as demissões em massa, com duração de dois meses e a segunda, contra a introdução dos novos métodos, com duração de 55 dias. O movimento foi duramente atacado pela empresa, contando com o apoio dos bancos para pôr fim às greves. Após a destruição do movimento sindical combativo, surgiu um sindicato cativo, vinculado à empresa. Estes propunham a cooperação dos trabalhadores com a estratégia empresarial utilizando o bordão, “proteger nossa empresa para defender a vida!” (CORIAT, 1994, p. 46). A derrota dos operários e o atrelamento do sindicato aos interesses patronais foram essenciais para a implementação dos métodos de produção pretendidos pelo engenheiro Ohno. Essa integração se espalhou e foi entusiasticamente adotada pelas empresas, a ponto de na Nissan, segunda maior empresa automobilística do Japão, fazer parte do sindicato ser uma maneira de ascender nos cargos dentro da empresa (GOUNET, 1999).

Os métodos de Ohno passaram a ser conhecidos como modelo toyotista, ou, até mesmo, como modelo Ohnista. As modificações no interior da produção são enumeradas por Gounet (1999) em seis pontos. São eles:

- 1°. *Just-in-time*: a demanda define a produção. Diversificação dos modelos e produção em menores quantidades, sendo um dos pilares do ohnismo.
- 2°. Corte de custos: zero estoque, redução do tempo de transporte e atribuição do controle de qualidade aos próprios trabalhadores, círculos de controle de qualidade.
- 3°. Flexibilização: trabalho em equipe e polivalência do trabalhador.
- 4°. Sistema *kanban*: método inspirado no sistema de reposição dos supermercados estadunidense para controlar o estoque. Trata-se de uma placa que indica, entre outras coisas, a necessidade de reconstituir o estoque quando uma peça é retirada.
- 5°. Método SMED (*Single Minute Exchange Die*): Redução do tempo de adaptação das máquinas às mudanças na produção através de seu preparo prévio.
- 6°. Subcontratação dos fornecedores, impondo a eles os mesmos métodos de produção.

Contrapartidas foram oferecidas aos trabalhadores, para efetivar o novo modelo produtivo, entretanto, não fizeram mais que aprimorar ou aprofundar métodos de coerção. Durante um curto período, no Japão, visando amenizar as revoltas dos

trabalhadores, existiu o emprego vitalício e salário por antiguidade. Estes, no entanto, eram uma realidade apenas para os trabalhadores das empresas principais e não das subcontratadas.

Com a crise do fordismo, o método toyotista se dissemina, surgindo como uma resposta para as insuficiências do modelo anterior e garantindo a participação mais ativa do Japão no mercado mundial. As concorrentes das empresas japonesas são obrigadas a adequarem-se aos novos métodos, assim como ocorreu no período fordista. Isto é, “a luta pela competitividade se desenvolve em outro nível: o da organização da produção. A relação tecnológica só pode ser rentável depois de subverter os métodos fordistas de produção” (GOUNET, 1999, p. 40).

As grandes empresas externalizaram parte importante de sua produção para os fornecedores diretos e estes para os pequenos e médios fornecedores. Deste modo, desenvolveu-se todo um segmento de pequenas e médias empresas que têm sua produção orientada para as grandes empresas, “não é mais a integração (vertical ou horizontal) que é objetivada, mas bem ao contrário, a desconcentração” (CORIAT, 1994, p. 121). Destaca-se, também, neste período, a crescente automação do processo produtivo. Introduzem-se novos instrumentos com maior complexidade tecnológica, sendo sua introdução uma prerrogativa para manter-se na competição capitalista. Ou seja, “a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (ANTUNES, 2015, p. 33).

Os trabalhadores, por sua vez, foram impactados duramente pelo novo modelo produtivo. O que antes, no fordismo, já parecia ser o auge da degradação do trabalho, com o toyotismo, atinge patamares nunca antes imaginados. A força de trabalho “é empregada ainda mais intensamente do que antes (...). No toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário, atinge um patamar superior” (GOUNET, 1999, p. 29). Isto pode ser exemplificado pelo método denominado por *andon* ou “gerenciamento pelo stress” (GOUNET, 1999, p. 92). Trata-se de lâmpadas com diferentes cores, instaladas nos locais de trabalho, que sinalizam a condição da produção. A cor verde indica que não há problema, a laranja, que surgem dificuldades e a vermelha, que há um problema que precisa ser resolvido. Esse mecanismo “serve para acelerar continuamente a velocidade da linha de produção” (GOUNET, 1999, p. 66), uma vez que o objetivo não é deixar sempre no verde, mas sim

oscilar entre este e o laranja, para identificar os problemas e garantir o aumento do ritmo de produção.

Impõe-se aos trabalhadores um aumento da jornada, buscando “usar o mínimo de operários e o máximo de horas extras” (GOUNET, 1999, p. 30). Para Ohno, qualquer excesso de estoque indicava um excesso de trabalhadores e equipamentos, tornando necessária a racionalização da produção no interior das fábricas⁸, “o ohnismo implica inicialmente trabalhar com reduzido número de operários e máquinas” (GOUNET, 1999, p. 65).

A polivalência também passa a ser um elemento fundamental no perfil exigido do trabalhador, “de um lado aumenta as aptidões e, portanto, as responsabilidades do trabalhador, mas, de outro, não o remunera proporcionalmente e obriga-o a correr para todo o lado, ajudando seus colegas às voltas com diversas funções” (GOUNET, 1999, p.48). Acrescenta Gounet que,

Assim, rompe-se a relação um homem/uma máquina. Na Toyota, desde 1955 um trabalhador opera em média cinco máquinas. Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta. Se há duas máquinas para operar ao mesmo tempo, ele chama um colega. Isso tem duas consequências imediatas: o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso (GOUNET, 1999, p. 27).

Em uma única empresa há diferentes formas de contratação. As subcontratadas prestam parte do trabalho necessário para a produção da empresa mãe, ampliando os setores produtivos e garantindo o estoque zero. Essas subcontratações de empresas precarizaram ainda mais as condições de trabalho. Os trabalhadores são submetidos a salários inferiores que os da empresa mãe e a contratos mais instáveis e flexíveis. Como revelam os dados recentes de pesquisa do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), ao afirmarem que “os terceirizados receberam em torno de 25% menos da média geral dos assalariados e trabalham três horas a mais por semana em média” (CESIT, 2017, p. 24).

⁸ No entanto, a racionalização da produção nas fábricas não implica em uma racionalização do sistema capitalista, uma vez que mantêm-se a concorrência entre produtores independentes.

Assim como no fordismo, as modificações do modo de produção impactaram negativamente os assalariados. No entanto, o golpe foi ainda mais intenso. Foram inúmeras as mudanças no sistema de trabalho. Bihr (1998) descreve como essas mudanças resultaram na divisão dos trabalhadores em três grupos.

O primeiro grupo corresponde aos trabalhadores “estáveis e com garantias” (BIHR, 1998, p. 83). Esse é formado por aqueles inseridos nas grandes empresas, naqueles setores que conseguiram sobreviver à crise e, também, parte dos assalariados empregados no Estado. Possuem uma relativa segurança salarial, no emprego e uma possibilidade de carreira. Entretanto, não saíram ilesos, os impactos da instabilidade e insegurança também são sentidos por esses trabalhadores, pois contratos mais flexíveis e precários de trabalho tornam-se comuns, ameaçando suas garantias. Este tipo de assalariado está sujeito a uma “precariedade subjetiva, esse sentimento de não estar jamais protegido de uma perda súbita de emprego” (LINHART, 2014, p. 46).

O segundo grupo é constituído pelos “excluídos do trabalho, e até do mercado de trabalho especificamente” (BIHR, 1998, p. 84). Em sua maioria são trabalhadores com pouca qualificação ou idosos. Também são parte desse grupo os jovens, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Os excluídos estão sujeitos ao desemprego de longa⁹ duração e a dependerem da seguridade social (BIHR, 1998).

Por fim, o terceiro grupo é formado pela “massa flutuante de trabalhadores instáveis” (BIHR, 1998, p. 84), que oscila entre os grupos anteriores. Entre eles há cinco tipos descritos por Bihr. O primeiro é o trabalhador de empresas terceirizadas, que funcionam sob as demandas e prazos das contratantes. Também se somam a eles os trabalhadores em domicílio, submetidos a uma forma de trabalho aparentemente arcaica, amplificada após a crise. O segundo são trabalhadores “em tempo parcial” (BIHR, 1998, p. 85), seja por escolha ou imposição, “por definição mal integrados ao coletivo de trabalho de sua empresa e que, com frequência, não se beneficiam dos benefícios sociais reservados aos trabalhadores em tempo integral” (BIHR, 1998, p. 85). O terceiro engloba o trabalho temporário, sem nenhuma garantia de estabilidade ou permanência no emprego, oscilando entre este e o desemprego. O quarto tipo são os estagiários, normalmente jovens, mas também, trabalhadores mais velhos em estágios de reciclagem, adaptação e qualificação, que servem para encobrir o desemprego. Por último, “no cúmulo da instabilidade, os trabalhadores da ‘economia subterrânea’”

⁹Bihr (1998) define desemprego de longa duração como aquele superior a um ano e de longuíssima duração como aquele superior a três anos.

(BIHR, 1998, p. 85). Para escapar do desemprego recorrem à informalidade e a serviços esporádicos.

Os trabalhadores instáveis, aqueles mais precarizados da teia de trabalho fordista, convivem com a instabilidade de emprego e de renda; ausência de regulamentação das condições de trabalho, proteção sindical e direitos sociais (BIHR, 1998). Por fim, Bihir também destaca a “tendência à individualização extrema da relação salarial” (BIHR, 1998, p. 86). Destarte, as relações de trabalho tornaram-se mais instáveis, os trabalhadores mais sujeitos ao descarte e à exclusão no universo do trabalho.

Em conjunto com os fatores citados, soma-se a crescente automação do processo produtivo. Bihir (1998) denomina esse movimento como fábrica fluída. Trata-se da introdução acelerada da tecnologia, principalmente, da robotização como forma “de obter novos ganhos de intensidade e de produtividade do trabalho” (BIHR, 1998, p. 88). O autor divide esse processo entre automação de substituição e automação de integração.

A automação de substituição se dá quando parte das operações efetuadas por trabalhadores é substituída por máquinas automatizadas. Os trabalhadores veem suas habilidades serem “bruscamente desqualificadas, porque foram tornadas inúteis pelo movimento do braço do robô e da ferramenta afixada em sua extremidade” (CORIAT, 1989, p. 15). Já a automação de integração trata-se da “gestão informatizada dos fluxos produtivos” (BIHR, 1998, p. 89). Seu objetivo é eliminar as interrupções e os tempos mortos na produção, assegurando “além de novos ganhos de intensidade e de produtividade, economia de capital constante (tanto fixo quanto circulante) por unidade produzida” (BIHR, 1998, p. 89). As formas de organização do trabalho precisam então ser radicalmente alteradas. A relação do operário especializado com sua máquina especializada transforma-se, no toyotismo, em grupos de trabalhadores polivalentes com um sistema de máquinas automatizadas e também polivalentes. Os trabalhadores executam tarefas fáceis, “mas cuja lógica mais profunda não se pode decifrar” (SENNETT, 2009, p. 88).

A automação é um dos elementos fundamentais da estrutura toyotista. Ela permite que os trabalhadores operem mais máquinas, diminuindo assim o número de operários necessários à produção e, por certo, aumentando o trabalho de preparação das máquinas como também outras operações, a exemplo do controle de qualidade, limpeza do local de trabalho e manutenção (GOUNET, 1998).

É importante frisar que somente a automação não é capaz de produzir os resultados esperados do toyotismo. Gounet (1998) cita o exemplo do projeto *Saturn*, da estadunidense *General Motors Corporation* (GM). A empresa, em 1983, investiu em um processo de produção totalmente automatizado, informatizado e robotizado. O resultado desse grande investimento, ao contrário do que previu a GM, foi um total fracasso, pois máquinas podem estragar, podem não funcionar corretamente e em períodos de baixas o seu custo não compensa, além do mais, para serem postas em funcionamento requerem trabalhadores mais qualificados.

A fábrica toyotista requer trabalhadores engajados em todo o processo produtivo. Diferentemente da fábrica fordista, o operário, agora, é induzido a participar, colaborar e envolver-se na própria lógica da empresa. A concorrência também recai sobre os trabalhadores, com a “adoção de novos mecanismos de formação do salário direto, de natureza mais concorrencial, considerando ao mesmo tempo a situação econômica geral, resultados específicos da empresa e, por fim, o desempenho individual” (BIHR, 1998, p. 93). Isso implica em maior individualização dos trabalhadores, fragmentando-os e os distanciando das questões coletivas do trabalho.

Viu-se que as fases do capitalismo aprimoraram o controle do capital sobre o processo produtivo, distanciando os trabalhadores do domínio sobre seu trabalho, que se tornou ainda mais precarizado e degradante. Esse processo resulta no afastamento dos seres humanos do gênero humano. O capital se apropriou não apenas dos frutos do trabalho, mas de todo o processo produtivo. O ser humano se torna apenas mais um instrumento, como outro qualquer, servindo apenas enquanto pode acrescentar novo valor ao capital. Os trabalhadores são, então, coagidos a um cotidiano submetido aos ditames do capital. Todos os aspectos de sua vida, como educação, saúde, moradia, lazer, etc., apenas importam como meio de manter a força de trabalho necessária a produção dos lucros.

CAPÍTULO 2

SOFRIMENTO MENTAL E TRABALHO

Os estudos sobre o sofrimento mental relacionado ao trabalho vinculam-se à história da luta do movimento operário pela saúde no ambiente de trabalho e fora dele. Luta esta que envolve trabalhadores, patrões e Estado burguês. Dejours (1987) ao descrever este processo o divide em três períodos. O primeiro se inicia no século XIX e está marcado por um grande pauperismo, quando se lutava, principalmente, pela sobrevivência. Os trabalhadores estavam submetidos às condições de trabalho, de moradia e de alimentação precárias, resultando em altas taxas de mortalidade e de morbidade. A vida dos miseráveis era vista pela classe dominante como doença contagiosa. Engels (2008) descreve, com maestria, que “mais desmoralizante que a miséria é, para os operários, a insegurança de sua vida, a necessidade de viver cada dia com um salário, sem saber o que lhe acontecerá na manhã seguinte – em suma, aquilo que faz deles *proletários*” (ENGELS, 2008, p. 155).

Neste período, desenvolve-se o modelo higienista de saúde, que visava preservar a saúde da elite e não a da classe operária. Este modelo buscava disciplinar a classe trabalhadora através da moral, da higiene e das assim chamadas ciências morais e políticas (DEJOURS, 1987). É nesse contexto que nasce a teoria da degenerescência de Morel, que, segundo Le Guillant, afastou “a doença de suas causas sociais, sem ter eliminado o vínculo aparente. Por sua vez, na opinião de Magnan e de Dupré, a sociedade estava isenta de qualquer responsabilidade: tudo se explica pelas predisposições, pelas constituições” (LE GUILLANT, 2006, p. 31). Le Guillant complementa “(...) a condição mais vital, o acontecimento mais dramático são reduzidos ao papel de causa ‘ocasional’, cuja função contingente é praticamente eliminada e sem que lhe seja atribuído qualquer valor a não ser que se insira, de alguma forma, na trama dos encadeamentos inconscientes” (LE GUILLANT, 2006, p. 37).

A burguesia se comportava da mesma forma ao tratar a origem da miséria nas grandes cidades como relatou Engels:

A miséria, a insegurança, o excesso de trabalho e o seu caráter forçado destroem o corpo e o espírito do operário, todos, inclusive eles mesmo, seriam obrigados a concluir: Então, tratemos de dar aos pobres a propriedade, asseguremos-lhes a existência, promulguemos leis contra o trabalho excessivo – mas é exatamente isso o que a burguesia não pode

admitir. Não pode admitir que a indústria, da qual tira seus lucros, gerou as grandes cidades; e, por isso, aceita a ideia de que as grandes cidades se desenvolveram por si mesmas e que as pessoas se instalaram nelas por livre vontade, ideia que lhe permite atribuir todos os males a essa causa aparentemente inevitável. Na realidade, as grandes cidades apenas se limitam a desenvolver mais rápida e completamente um mal já existente em germe (ENGELS, 2008, p. 159).

Esse incômodo causado pela miséria em que viviam os trabalhadores levou a burguesia e o Estado a elaborarem práticas e teorias que se tornaram um verdadeiro arsenal de controle social. Surgem os estudos dos chamados alienistas, tendo como expoentes os médicos Philippe Pinel, Jean Étienne Esquirol e outros, que desenvolveram o que passou a ser conhecido como psiquiatria (AMARANTE, 2007). Este período também esteve marcado por constantes lutas dos trabalhadores pelo direito de viver e pela “construção do instrumento necessário à sua conquista: a liberdade de organização” (DEJOURS, 1987, p. 17).

De acordo com Dejours, o segundo período compreende da primeira guerra mundial à 1968, marcado pela luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, como o maio de 1968 na França e as greves operárias que ocorreram em vários países no mesmo período. Entre suas pautas estavam as reivindicações por um ambiente de trabalho menos nocivo à saúde, em um movimento de resposta às novas performances produtivas exigidas pela implementação do método taylorista. Segundo Dejours (1987), a saúde do corpo físico era prioritária e este período “caracteriza-se pela revelação do corpo como ponto de impacto da exploração” (DEJOURS, 1987, p. 21). Os sindicatos se tornaram propulsores dessas lutas pela saúde. Entretanto, Dejours (1987) aponta que este movimento não abarcava de forma profunda os aspectos relacionados à saúde mental dos operários no ambiente de trabalho. A fadiga nervosa e as consequências relacionadas à saúde mental dos trabalhadores não eram incorporadas pela medicina da época, como nos afirma Le Guillant (2006).

Nada é mais fácil do que atribuir sempre a loucura a uma predisposição natural, à constituição particular e oculta do indivíduo, além de afirmar que se este homem tivesse tido uma outra natureza, sem esta predisposição para tornar-se louco, o acidente, a doença fortuita à qual é atribuída sua loucura e que nem sempre produz tal efeito, teria ocorrido em sua vida, como atinge tantas outras, sem transtornar seu cérebro e tirar-lhe a razão. Com certeza absoluta ninguém poderá comprovar o contrário. A comodidade deste procedimento fez tal sucesso que, atualmente, entre nossos médicos, tornou-se moda eliminar, tanto quanto possível, todas as outras causas por serem

raras e insuficientes, atribuindo a loucura a uma predisposição oculta nas profundezas da constituição individual (LE GUILLANT, 2006, p. 38).

A classe trabalhadora passa da luta pela sobrevivência à luta pela saúde, “A luta pela sobrevivência condenava a duração excessiva do trabalho. A luta pela saúde do corpo conduzia à denúncia das condições de trabalho (...)” (DEJOURS, 1987, p. 25). Portanto, é após 1968 que a questão da saúde mental relacionada ao trabalho se torna relevante nas críticas à organização do trabalho. O capital e seus métodos organizacionais criaram um ambiente de dominação que suprimiu a atividade livre do trabalhador. A terceira fase do movimento pela saúde do trabalhador “(...)diz respeito à localização do processo de anulação de um comportamento livre, operação mais difícil do que a observação direta de um comportamento abertamente patológico ou desadaptado” (DEJOURS, 1987, p. 26).

Embora Dejours (1987) aponte as três fases da história sobre a saúde mental relacionada ao trabalho, como descrevemos acima, e enfoque uma falta de estudos sobre este campo até o período de 1968, é importante salientar que denúncias e estudos sobre a nocividade da organização do trabalho a saúde física, como também apontamentos sobre desgaste psicológico da classe trabalhadora foram relatados por Marx em diversas passagens de sua obra. Também Engels em seus estudos sobre a situação da classe trabalhadora, faz importantes revelações em direção ao caminho que futuramente se denominou como saúde mental, sobretudo quando se refere ao estado de ânimo da classe trabalhadora, suas angústias e as formas como procuravam aliviá-las, principalmente, através do consumo de álcool. No pós-guerra, com pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, há os estudos do psiquiatra Louis Le Guillant, que em suas obras recorreu ao marxismo para estruturar sua análise sobre o adoecimento mental. Além de ter contribuído para a ciência médica de sua época, foi membro do Partido Comunista Francês (PCF).

Por fim, há também apontamentos feitos pelo Modelo Operário Italiano que serão descritos no capítulo 3 dessa dissertação. Contudo, concordamos com DEJOURS (1987) que os estudos sobre a saúde mental relacionada ao trabalho ganham proeminência após a segunda guerra mundial, mais especificamente após os anos de 1960, quando ocorrem as mudanças, as quais nos referimos no capítulo 1, sobre a passagem para o modelo toyotista de produção. Desta forma, neste capítulo trataremos de apresentar alguns dos principais teóricos que impulsionaram a discussão mais

aprofundada sobre a saúde mental e trabalho no pós Segunda Guerra. Aqui destacam-se os estudos de Louis Le Guillant no campo da Psicopatologia do Trabalho e Christophe Dejours no campo da Psicodinâmica do Trabalho.

2.1. PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO

A Psicopatologia é um campo de conhecimento em que se estuda a evolução de quadros de tipos distintos de sofrimento mental. A associação dos estudos da Psicopatologia às relações de trabalho se inicia no final do século XIX, tendo como um de seus precursores o filósofo Karl Jaspers, como também se destacam os teóricos fundadores deste campo, Krestschmer e Bleuler (SELIGMANN-SILVA, 2012). Este campo, comum da Psicologia e da Psiquiatria, repercute em um período de fortes modificações no modo de produção capitalista, quando mulheres, doentes, idosos e doentes mentais precisavam estar aptos ao trabalho.

Na França, as grandes mudanças ocorridas após a segunda guerra mundial impactaram a Psiquiatria, seu saber e seu modelo assistencial manicomial até então vigente, após muitos pacientes internados em hospitais psiquiátricos terem sido liberados “por falta de condições de sobrevivência nesses estabelecimentos. Para surpresa dos psiquiatras, no final da Guerra, esses doentes mentais considerados ‘pacientes crônicos’, mostravam-se aptos a retornar à vida familiar e social, assim como a realizar alguma tarefa produtiva” (NASSIF, 2005, p. 81).

É nesse contexto que os psiquiatras observaram que muitos desses pacientes conseguiram se recuperar e retornar à vida em sociedade. Assim, o trabalho e as relações cotidianas fora do modelo asilar-manicomial passaram a ser incluídos no tratamento, tendo em vista evoluir o quadro clínico dos pacientes internados. Esta experiência possibilitou desenvolver a Ergoterapia, que “estabeleceu uma nova forma de abordar o doente mental e permitiu reconhecer o trabalho pelo seu valor de integração social, oferecendo-nos grande contribuição para os estudos na área de saúde mental no trabalho” (NASSIF, 2005, p. 81). Nesta nova trajetória da clínica e do modelo assistencial psiquiátricos, Paul Sivadon foi um dos principais expoentes no campo da Ergoterapia, tendo dedicado à sua atenção a psiquiatria social e aos estudos

sobre os problemas da adaptação do indivíduo no trabalho. A Ergoterapia pode ser definida como:

Um método psicoterápico que emprega o trabalho, a ocupação educativa, na cura das doenças e [Sivadon] analisa o trabalho como fonte de crescimento e evolução do indivíduo considerando as perversões existentes na organização das atividades de trabalho, as quais podem gerar pressões e conflitos que possibilitam o surgimento das patologias psíquicas (SIVADON; ZOILA, 1998, apud, NASSIF, 2005, p. 81)

São então criados, na França, os Centros de Tratamento e Readaptação Social (CTRS) nos hospitais psiquiátricos, os psiquiatras Paul Sivadon e Louis Le Guillant foram os precursores dessa nova clínica.

Em 1946, Henry Ey, Jacques Lacan, S. Follin e Lucien Bonnafé participaram de um importante colóquio na França levando ao evento contribuições importantes para os estudos acerca da Psicopatologia do Trabalho (NASSIF, 2005). Henry Ey defendeu a teoria da existência de uma hierarquia estrutural, associando a moral ao psiquismo. A loucura, segundo ele, está ligada a “aspectos orgânicos, infecciosos, endocrinológicos ou traumáticos” (NASSIF, 2005, p. 83). Lacan, por sua vez, defendeu a tese sobre a causalidade psíquica, contrapondo a teoria organicista de Ey. Para Lacan, a estrutura psíquica dos sujeitos se apresenta no pensamento, é uma questão do ser, parte de sua constituição. Assim, não é possível ser compreendida como “defeito de adaptação a vida”. Follin e Bonnafé também se opõem à teoria de Ey, introduzindo o materialismo dialético em suas análises. Para eles a psiquiatria deve considerar o meio e a história trazida por cada indivíduo, portanto, a realidade concreta deve ser incorporada pelos psiquiatras nos estudos sobre a psicopatologia, “entendendo ser a sua causa, ao mesmo tempo psíquica, social e orgânica” (NASSIF, 2005, p. 83).

2.2. CONTRIBUIÇÕES DE LOUIS LE GUILLANT À PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO

O psiquiatra Louis Le Guillant¹⁰ recorre as teorias formuladas por Follin e Bonafé seguida de teóricos marxistas como Georges Politzer. O último, muito citado por Le Guilant, trata-se de um filósofo marxista francês, crítico da filosofia espiritualista e da psicologia idealista. Em sua tese, desenvolveu a Psicologia Concreta, uma vertente de pensamento que busca, na realidade social dos sujeitos, compreender os dramas vivenciados por eles. Com base nesses fundamentos, Le Guilant desenvolveu as suas pesquisas sobre a psicopatologia, sendo incisivo na sua crítica à psiquiatria higienista e se opondo à psicologia clássica.

Le Guillant se destacou no âmbito da psicopatologia do trabalho com “suas observações sobre o papel do trabalho na reestruturação psíquica e reintegração social dos pacientes psiquiátricos hospitalizados (...)” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 45). Sobre os estudos do autor, há traduzido para o português apenas uma coletânea de textos intitulada “*Escritos de Louis Le Guillant*”, organizada por Maria Elizabeth Antunes Lima. Nesta, é possível encontrar os fundamentos teóricos e principais trabalhos do autor, como as pesquisas realizadas com as telefonistas, na década de 1950, como a sua investigação sobre as condições das empregadas domésticas em Paris. Também se encontra nesta edição um rico prefácio escrito por Yves Clot, corroborando com a trajetória teórica e de pesquisas de Le Guillant, enfatizando a sua contribuição para o desenvolvimento da psicopatologia do trabalho.

Clot adverte que Le Guilant se contrapõe à psicologia positivista, popular entre os industriais. Segundo Clot, “(...) para ele, a psicologia do trabalho não deve ser paralisada por um objetivismo hábil e prudente, nem perder-se nas areias movediças da erudição” (CLOT, 2004, p. 14). Seus estudos apontam que o adoecimento no trabalho é mais amplo do que as doenças profissionais específicas, mas que sua causa reside na intensificação do trabalho, na medida em que sua atenção está na expansão do trabalho taylorizado, comum à sua época.

Desta forma, na psicopatologia do trabalho, em vez de estabelecer um quadro clínico ou a nosologia dos distúrbios seja dos radiotelegrafistas, das empregadas domésticas, das telefonistas, dos mecanografistas ou, ainda, dos maquinistas de trem, trata-se sobretudo de promover uma nova clínica a partir de cada situação concreta, passível de ser transformada. Esta posição é original e deixa-o bastante afastado das preocupações de profilaxia social que

¹⁰ Louis Le Guillant nasceu em 1900, na França, na cidade de Lorient. Seu pai era comerciante de tecidos e sua mãe professora primária. Kursou medicina em 1918 e após 1926 iniciou sua carreira em hospitais psiquiátricos. Foi casado e teve dois filhos. Faleceu em 1968, deixando um vasto legado de estudos sobre a Psicopatologia do Trabalho.

congregam outros psiquiatras, tais como P. Sivadon e C. Veil, em torno da Ligue d'Hygiène Mentale [Liga da Higiene Mental] (CLOT, 2004, p. 15).

Clot destaca que a abordagem de Le Guilant se contrapõe à psicanálise, contém uma concepção “sociogenética da doença mental” (CLOT, 2004, p. 15), dando maior atenção à dimensão social ao tratar os fenômenos psíquicos. Dessa forma, as condições de trabalho impostas na sociedade são analisadas e incorporadas em suas pesquisas, realizando uma crítica fundamentada no Materialismo Histórico Dialético.

Le Guillant ao identificar as causas do sofrimento mental utiliza o conceito de fatos psicológicos, oriundo da psicologia concreta. Os fatos psicológicos ou sentido do drama, são observados e analisados a partir dos relatos do sujeito. Ao observar os casos e ouvir os pacientes internados em instituições asilares o psiquiatra percebeu que,

A maior parte dos casos mais graves de pacientes internados em asilo não apresentam – aliás, nunca apresentaram – alterações sensíveis de saúde, nem manifestações somáticas ou neurológicas aparentes; as afecções observadas mostram, no máximo, o caráter de banalidade e, poderíamos dizer, no sentido literal da palavra, de insignificância, que é sublinhado de forma indulgente – no meu entender, equivocadamente – em relação às situações, acontecimentos e circunstâncias (LE GUILLANT, 2006, p. 24).

Ele então identifica fatos psicológicos que impactam o psiquismo, como a realidade material do indivíduo, a realidade da sociedade e o impacto dos grandes acontecimentos, como a guerra e as modificações de vida impostas aos sujeitos. Diferentes realidades resultarão em diferentes formas de se manifestar o sofrimento mental, assim descreve o autor:

A enorme diferença da taxa de psicopatas verificada, por exemplo, entre o Estado de Nova York e uma República soviética qualquer, assume sob este ponto de vista uma significação particularmente eloquente (...) Aliás é possível apresentar diferentes interpretações destes fatos, sem deixar de subsistir o dado central de minha ideia: em estruturas sociais diferentes, observa-se um número diferente de distúrbios psíquicos – assim como uma variação bastante interessante quanto às proporções habituais das diferentes psicoses e até mesmo, à sua sintomatologia (LE GUILLANT, 2006, p. 24).

O ponto de vista teórico do autor está em relacionar o tratamento das *doenças mentais*¹¹ a uma questão não apenas individual e subjetiva e sim com o conhecimento da realidade social concreta e a possibilidade de sua transformação. Sendo assim, o autor se contrapõe “(...) a simples ‘absorção’ dos distúrbios ou a reeducação e a proteção de um indivíduo fundamentalmente ‘inadaptado’, ‘imaturo’ ou portador de uma ‘anomalia específica da personalidade’” (LE GUILLANT, 2006, p.26). A crítica às condições de vida e de trabalho são frequentes em sua obra. O autor insiste em imprimir em suas pesquisas e propostas de tratamentos, a partir de uma abordagem centrada na forma como a realidade se apresenta, não com uma perspectiva mecanicista dos aspectos sociais, mas sobressaltando os motivos pelos quais os trabalhadores adoecem, seja em sintomas físicos ou psíquicos. Pois a medicina até então vigente desconsiderava as causas, observando a aparência dos sintomas e atribuindo-lhes a alguma predisposição do sujeito.

Assim, para o autor, “a condição mais vital, o acontecimento mais dramático são reduzidos ao papel de causa ‘ocasional’, cuja função contingente é praticamente eliminada e sem que lhe seja atribuído qualquer valor a não ser que se insira, de alguma forma, simbolicamente, na trama dos encadeamentos inconscientes” (LE GUILLANT, 2006, p. 37). O autor exemplifica sua concepção ao se questionar sobre a importância da assim chamada predisposição às doenças mentais, uma vez que agir sobre a realidade poderia evitar situações que provocam doenças.

O fundamento teórico encontrado para delinear suas análises se baseia no Materialismo Histórico Dialético. Segundo o autor,

Assim, a unidade indissolúvel do indivíduo com o meio – unidade histórica, evidentemente, dialética – é a lei fundamental, à qual não pode escapar o psiquismo normal ou doente, nem o próprio paciente inteiro. Nesta concepção, além disso, o psiquismo é o reflexo da realidade – sem dúvida, reflexo imperfeito – realizado de forma aproximada, mas composto unicamente pelos elementos da realidade (LE GUILLANT, 2006, p. 41).

O autor, ao se referir à realidade, não a restringe somente aos aspectos da economia e das relações de produção, mas considera as diferentes formas de pensar, ideologias e costumes presentes no cotidiano. Segundo Le Guilant,

¹¹ Termo utilizado pelo autor.

As situações reais vivenciadas por nossos pacientes – essencialmente, as divisões e as contradições existentes na sociedade – é que se encontram na origem dos conflitos observados neles; ora, cada um de nós está empenhado em sublinhar o papel patogênico de tais conflitos. Portanto, deve ser possível descobrir sua origem – e as vezes, sua solução (LE GUILLANT, 2006, p. 42).

O autor recorre ao fisiologista russo Ivan Pavlov e extrai de seus trabalhos três elementos para sua concepção. O primeiro se refere ao que já foi dito em relação ao materialismo histórico dialético, principalmente, quanto a relação indivíduo e sociedade. O segundo é a análise que desconstrói o pensamento tradicional sobre fato psicológico e o fato fisiológico. Por fim, o terceiro elemento sublinha a importância da psiquiatria em se envolver com a realidade cotidiana dos pacientes. Importante ressaltar, como advertiu Clot (2004), que mesmo que Le Guillant tenha lançado mão das teorias pavlovianas, sua teoria não se limita a esses estudos, indo além.

É rico em sua obra o cuidado em abordar as causas sociais, tendo em vista não apenas os grandes acontecimentos, mas também o conjunto das transformações, que se acumulam e desencadeiam estes eventos. O movimento das transformações sociais pode até parecer lento ou imperceptível, mas que interfere vigorosamente na história. Em suma, o autor assim propõe que a sua teoria consiste em analisar,

O processo histórico, as contradições que ele suscita incessantemente entre as estruturas sociais, as formas de vida e as ideologias tanto do passado, quanto do futuro, tudo isso está na origem dos conflitos não só individuais, mas também no seio da coletividade. Os conflitos individuais encontrados no próprio âmago das manifestações psicopatológicas são apenas a expressão, a concentração em determinado indivíduo, a forma dramática e pessoal dos conflitos pelos quais as contradições exprimem-se na sociedade (LE GUILLANT, 2006, p. 48).

Para explicitar seu entendimento sobre as contradições sociais, o autor recorre as teses de Mao Tsé-Tung. Entre as principais contradições do modo de produção capitalista, como a entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, há pequenas contradições que são determinadas por essas, como “(...) inumeráveis aspectos sociais, políticos, institucionais, culturais, ideológicos, etc. que constituem as centenas de semblantes familiares da vida cotidiana” (LE GUILLANT, 2006, 49), essa análise é fundamental para os estudos da psiquiatria.

Assim, a psicopatologia científica deve considerar a história do passado e do presente dos indivíduos, a “dialética desta história pessoal” bem como associá-la às contradições que emergem das bases constituintes da sociedade em que este está inserido (LE GUILLANT, 2006).

Para tanto, há de se desafiar a recorrente concepção sobre os motivos que levam ao adoecimento mental dos trabalhadores. Le Guilant (2006) observa os obstáculos que sua análise enfrenta, cita alguns exemplos, entre eles, o aumento de casos de fadiga entre os trabalhadores radioeletricitários dos aeroportos. Os especialistas concluem que há de fato adoecimento entre esses trabalhadores, entretanto, a solução apontada para estes é o descanso e a longo prazo uma seleção mais estrita dos candidatos, colocando a causa na estrutura biológico psíquica dos indivíduos e não em como é sua situação de trabalho. Sendo assim,

Uma psicopatologia objetiva só poderá edificar-se a partir do estudo simultâneo, por um lado, das situações e acontecimentos realmente vivenciados, considerados em relação à sua inserção nas condições sociais mais gerais e em sua mais peculiar repercussão; e, por outro, dos elos de processos psicopatológicos e, em seguida, fisiopatológicos, através dos quais eles perturbam a atividade superior (LE GUILLANT, 2006, p. 74).

Em seus estudos, observa-se que sua atenção está voltada para o “drama humano”. Para Le Guilant (2006), a psicologia em conjunto com a ciência deve incorporá-lo como objeto de suas análises. O autor pesquisou diversas categorias de trabalho em profundidade, tal era seu interesse pela situação a que os trabalhadores estão expostos, que transitou da análise mais geral do processo de trabalho às condições mais subjetivas, como no estudo sobre a condição das empregadas domésticas, em que observou que havia muitas mulheres entre seus pacientes que trabalhavam como domésticas apresentando distúrbios mentais variados, internadas ou não em instituições asilares-manicomiais.

Esse fato, portanto, levou Le Guilant a estudar o tema sobre as condições de vida de 248 paciente internadas. Buscou informações em variadas fontes, em uma abordagem pluridimensional como por exemplo em um grupo de 306 empregadas domésticas que frequentavam um Centro de Reciclagem Profissional; vários sindicatos, incluindo dos empregadores; e uma vasta pesquisa bibliográfica sobre o tema, que resultou no artigo intitulado, *Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica*. Cabe salientar que, sobre a metodologia do estudo, o autor pontua que “o

procedimento de nossa pesquisa passou, incessantemente, de uma perspectiva para outra: por um lado, os dados estatísticos remetiam-nos para casos particulares e, por outro, os dados coletados nas entrevistas ou exames reenviavam-nos para verificações estatísticas” (LE GUILANT, 2006, p. 245).

Ao observar as condições de vida e de trabalho das empregadas domésticas, concluiu que os sintomas psicopatológicos apresentados por essas trabalhadoras estavam diretamente ligados a essas condições. Tal ambiente de trabalho ilustra de forma bastante clara a relação dominação versus servidão da condição humana. A dominação é compreendida pelo autor como “(...) situações submetidas a um peso de tal modo considerável que se torna impossível subtrair-se inteiramente à sua pressão; aliás, sua influência transparece, quase sempre, através da trama complexa e, muitas vezes, mal delineada ou indecifrável de uma existência (...)” (LE GUILANT, 2006, p. 243).

Na sua época, as empregadas domésticas eram vítimas, do que foi chamado pelo autor, de “racismo social”, que significa um preconceito sobre as mulheres que exercem essa profissão. Elas eram vistas como inferiores em relação às demais mulheres e por isso teriam escolhido essa profissão. Essa explicação também era usada pelos médicos e estudiosos para justificar o grande número de distúrbios mentais entre essa categoria. Le Guilant (2006), em seus estudos se contrapõem a essas justificativas, verificando poucas diferenças entre as empregadas domésticas e outros grupos de mulheres, encontrando apenas uma certa inferioridade escolar, advinda, principalmente, da condição econômica que levava à escolha dessa profissão. As empregadas domésticas, geralmente, possuem origem rural, vêm de famílias numerosas ou viveram em orfanatos, o autor, no entanto frisa que são necessários mais estudos estatísticos para melhor definir o perfil dessas trabalhadoras.

O autor não se delonga em expor as condições cotidianas das empregadas domésticas e sim sublinha os aspectos psicológicos que advém desta condição. Analisa, em primeiro lugar o “ressentimento” com base nos estudos de Littré, o qual ressalta que este resulta da lembrança somente das frustrações. O ressentimento apresentado pelas empregadas domésticas é cultivado ao longo da vida, um acúmulo de vivências e situações frustrantes, relacionadas à moral, aos patrões, à família deste e ao lugar onde se vive. Não se resulta exatamente de ressentimentos direcionados a alguém e sim a uma situação, a própria condição de ser empregada doméstica, que pode se manifestar como ódio, com muita intensidade, acumulados pelas cenas vivenciadas durante o seu

trabalho. O autor busca na literatura exemplos destas vivências, citando várias obras de autores como Emile Zola e August Strindberg. Os romances citados contatam a

Força oculta dos sentimentos hostis que, literalmente, assediam a maior parte das domésticas. Tal constatação torna provável, de alguma forma, que eles possam, por um lado, atingir profundamente aquelas que os experimentam {“ressentent} em cada um dos momentos e das circunstancias de uma existência inteiramente confinada em sua condição de empregada doméstica e, por outro, suscitar contradições ou sentimentos de culpa, carregados de uma intensidade particular suscetíveis de transformar as mais vulneráveis ou as mais humilhadas (LE GUILANT, 2006, p. 257).

Entre muitos dos escritos de Le Guilant há um vasto relato sobre seus pacientes. Sua intenção é demonstrar e comprovar a interferência do meio nos distúrbios nervosos. Entre essas histórias também merece destaque, *O caso de Marie L.*, parte da coletânea de artigos do autor. Segundo Lima (2006) este texto pode ser considerado o ápice de seus estudos, pois,

A história clínica de Marie L. representa, provavelmente, o momento em que ele conseguiu articular melhor as dimensões subjetiva e objetiva, o singular e o coletivo, escapando à visão dicotômica que prevalecia em seu meio e que jamais deixou de combater. Ao expor o caso, deixou claro que todo o seu esforço consistia em compreender o adoecimento a partir da ultrapassagem das explicações “sumárias e insatisfatórias” a respeito de suas “causas sociais” ou “psicológicas” (LIMA, 2006, p. 111).

A história de *Marie L.* é relatada valorizando a linguagem falada pela própria paciente, respeitando as suas expressões, que também refletem o cotidiano carregado de valores e significados que são importantes para se compreender o meio no qual se encontra inserida. *Marie L.* nasceu em 1893, seu pai era um trabalhador braçal, sofreu vários acidentes de trabalho e faleceu de câncer em 1922. Sua mãe era uma mulher do campo e faleceu devido a um bombardeio em 1943. *Marie L.* completou o curso primário no período em que esteve em uma escola religiosa em semi-internato até os seus doze anos. Complementou os estudos na área de moda, costura e comércio. Casou-se aos dezenove anos e teve três filhos. Seu marido foi convocado na Primeira Guerra Mundial, o que fez Marie trabalhar em uma fábrica de material bélico. Seu marido, ao retornar da guerra, trabalhou como motorista e depois como vigilante de banco,

morrendo em 1944 em decorrência de um bombardeio. Sua filha mais velha faleceu em 1946 devido a uma lesão cardíaca. Trabalhou em várias fabricas.

Marie sofria de glaucoma, Le Guillant observou que a sua doença poderia ter sido causada pelas situações vivenciadas ao longo de sua vida. Marie, embora tivesse tido acesso aos estudos, não teve uma condição social favorável, perdeu sua casa devido a um bombardeio, perdeu seu marido e a mãe também devido a guerra e sua filha mais velha de doença cardíaca. Entretanto, manteve-se erguida e encarou as duras jornadas de trabalho. Le Guillant fez um relato minucioso sobre todos os aspectos da vida da paciente, partindo de seus relatos, descrevendo o ritmo, as relações de poder, as relações com os outros trabalhadores das fabricas em que trabalhou, suas expectativas em relação a sua vida, suas dificuldades financeiras, com os filhos e sua sociabilidade. A história de Marie é instigante, pois retrata os percalços do cotidiano de um trabalhador.

Le Guillant constatou que após os dois meses em que esteve internada, Marie teve uma acentuada melhora dos sintomas de glaucoma. Tendo apenas dois períodos curtos de retomada dos sintomas, um após a visita de seu filho, que a emocionou, o segundo, com a notícia de que suas colegas de trabalho tinham feito uma coleta para ajudá-la, o que a deixou humilhada. Quando já estava em casa, começou a fazer tricô, mas lhe remetia a cadência da fábrica, o lhe fazia mal, sendo este outro momento de retomada dos sintomas. Segundo o autor, “nesta observação, ficamos impressionados com o estreito paralelismo entre os sintomas, bastante banais, por um lado, e, por outro, os acontecimentos vivenciados e os sentimentos experimentados” (LE GUILLANT, 2006, p. 343).

O autor argumenta sobre a necessidade de se compreender as vivências concretas dos pacientes para superar as explicações limitadas e superficiais das doenças. Esta concepção das doenças costuma ser rejeitada pela medicina, negando a trajetória, as relações sociais e econômicas que os pacientes estão inseridos. Le Guillant conclui: “Assim, a plena apreensão do caráter patogênico de seu trabalho só será possível, parece-me, ao ser estabelecida a relação das condições de tal atividade com toda a história da paciente, com suas maneiras de julgar e comportar-se, e com a representação do mundo, forjadas por esta história” (LE GUILLANT, 2006, p. 348).

Cabe registrar, portanto, que Le Guillant foi capaz de desenvolver um profundo estudo sobre a saúde mental relacionada ao trabalho, enriquecendo as pesquisas do campo da psicopatologia. Neste capítulo trataremos de um breve panorama a partir da

exposição dos textos selecionados, tomando como objeto o modo de produção capitalista e seu impacto nos trabalhadores.

2.3. APONTAMENTOS SOBRE A NEUROSE DAS TELEFONISTAS ANALISADA POR LE GUILLANT

Le Guillant em conjunto com outros pesquisadores do Centro de Tratamento e de Readaptação Social de Villejuif, em 1956, desenvolveu uma pesquisa sobre a neurose das telefonistas parisienses. O artigo, *A neurose das telefonistas*, foi assinado por Dr. Le Guillant et al. constando na coletânea de artigos intitulada, *Escritos de Louis Le Guillant*, organizada por Maria Elizabeth Antunes Lima (2006).

O referido estudo se inseriu nas pesquisas dos autores acima no que diz respeito à influência das condições de vida e trabalho dos trabalhadores em sua saúde mental. Tendo como eixo principal o número crescente de distúrbios mentais entre as telefonistas, até então pouco estudado¹² e, ao mesmo tempo, o modelo organizacional presente no trabalho desta categoria profissional. Este modelo diz respeito às modificações trazidas ao processo de trabalho baseado na taylorização das atividades, e, portanto, os autores definem esse fenômeno como “(...) antes de tudo, por uma diminuição – pelo menos, relativa – dos gastos de energia muscular e por uma aceleração correlativa da rapidez dos gestos e de trabalho e das ‘cadências’ que, as vezes, implicam um aumento considerável dos esforços de atenção, precisão e velocidade” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 176). Os autores utilizam o termo fadiga nervosa para se referir aos aspectos gerados nos trabalhadores por estas modificações organizacionais.

Há, entre as telefonistas, mesmo que em níveis diferentes, a fadiga. O ritmo do trabalho determina o esforço despendido por cada trabalhadora e após a jornada de trabalho, elas sentem forte exaustão mental e física. Segundo os autores, elas “sentem a cabeça vazia (...) Torna-se muito difícil, para não dizer impossível, entabular uma conversação; não suportam que alguém atreva-se dirigir-lhes a palavra. As vezes esquecem seus pertences, tomam o metrô na direção oposta e só percebem o engano no

¹² Segundo os autores “convém reconhecer, no entanto, que se trata de fatos conhecidos há muito tempo, mas em geral negligenciados, minimizados ou interpretados de um modo sumário ou inexato” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 176).

fim da linha” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 177). No entanto, segundo relatado pelas telefonistas no artigo, essas buscam amenizar os sintomas através de estratégias individuais, como chegar em casa às pressas, para dormir e descansar o corpo e a mente por mais tempo, ou fazer longas caminhadas, para desaliviar a mente e o corpo.

Os efeitos no corpo físico e mental podem ser percebidos não só no ambiente de trabalho, mas também no cotidiano de suas vidas. Sentem-se mais desorganizadas, com pouca concentração, sofrem espasmos, têm contínuos esquecimentos, ficam mais irritadas e sentem uma certa “aversão a tudo” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 178). Expressões e falas habituais no trabalho são frequentemente utilizadas por engano fora do trabalho, como “alô, aguarde um instante”, ou “fim da ligação”, constituindo “uma verdadeira intoxicação por frases profissionais”. É comum entre as telefonistas as crises nervosas. Os autores detectam que este estado físico e mental causado pelo tipo de trabalho executado é um estímulo para se produzir mais, quanto mais nervosas as telefonistas ficam, mais produtivas e ágeis elas se tornam, pois, segundo os autores,

Este nervosismo é mantido pela própria atividade que, ao mesmo tempo, o exige e o cria: alguns telefonistas atingem rendimentos consideráveis (140 a 150% em relação à média), não por excesso de empenho, mas porque o próprio trabalho, dizem elas, as irrita; ora, “quanto mais se irritam mais se apressam”. Pode-se dizer, sem exagero, que o nervosismo das telefonistas é, nas condições atuais, uma doença necessária ao cumprimento de suas tarefas profissionais: as mais nervosas é que apresentam melhor rendimento. O sistema de controle e anotação favorece este estado de coisas (LE GUILLANT et al., 2006, p. 179).

Além do nervosismo, o barulho, os ruídos da rua, das portas, dentre outros, as incomodam em um grau incomum. Contraem uma hipersensibilidade ao barulho que se manifesta em ouvir barulhos que poderiam ser imperceptíveis para alguns e sentirem-se sem audição, pedindo para as pessoas repetir-lhes a frase. É frequente entre elas períodos de depressão, ansiedade, crises de choro, euforia desmedida e até tentativas de suicídio. Outros sintomas frequentes referem-se aos distúrbios do sono, seja em hipersonolência diurna e ou insônia noturna, sono agitado, insuficiente, etc. Os autores observaram também a presença de outras manifestações somáticas, como angústia, palpitações, sensação de opressão torácica, cefaleias e mais raramente vertigens, tremores, náuseas e desmaios. Fora do trabalho detectou-se entre elas, anorexia, dores gástricas, vômitos, emagrecimento, distúrbios cardiovasculares e alterações menstruais.

Por fim, as trabalhadoras relatam sentirem muita exaustão, tornando-se indiferentes e sem energia para qualquer atividade, mesmo aquelas que costumavam gostar.

Os pesquisadores notaram que as telefonistas raramente relacionavam a fadiga com o próprio trabalho e as condições físicas do local de trabalho. No entanto, todas detectavam que o controle e ritmo eram nocivos. A cadência determinada pelo trabalho semi-automatizado fazia com que as tarefas, mesmo as mais simples, sobrecarregassem os processos nervosos, e causassem, no caso das telefonistas, a impressão de se estar “atormentada, pressionada, sobrecarregada, enervada pela execução de tarefas que, no entanto, são fáceis de serem executadas” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 184). Ora, por mais fácil que seja executar tais tarefas, a imposição de um tipo ideal de ritmo, corpo e tempo estão longe de serem facilmente incorporadas pelas telefonistas, as metas estipuladas de atendimento e eficiência tornavam-se um fardo, ao mesmo tempo que alimentavam uma espécie de competitividade entre elas, a busca pelo tipo ideal de trabalhador. Este controle é tão minucioso que chega ao ponto de controlar até o tempo do “ir e vir” (as saídas necessárias do posto de trabalho).

Outras condições de trabalho são igualmente questionadas em decorrência da crescente automatização que implica uma penosa monotonia: as operadoras sofrem por trabalharem como “robôs”, por executarem um trabalho “mecânico”, por estarem impedidas de tomar iniciativas ou de organizar elas mesmas o seu trabalho, além de não trazerem nenhuma contribuição pessoal para sua atividade (LE GUILLANT et al., 2006, p. 185).

O estudo concluiu que a neurose das telefonistas é resultado, principalmente, do processo de trabalho. Essas trabalhadoras possuíam diferentes origens, histórico familiar e econômico, no entanto, apresentavam os mesmos sintomas de fadiga nervosa. A condição de trabalho e os impactos na saúde das telefonistas é similar a outras categorias profissionais, que como elas, estão submetidos aos gestos, movimentos, tempo determinados pela gestão taylorizada da produção.

O acesso às informações relativas à saúde dos trabalhadores nas empresas é dificultada pelos dirigentes, sendo um empecilho para os pesquisadores que se dedicam a esse tema. As pesquisas desenvolvidas pelas empresas ignoram os problemas das condições de trabalho, justificam as doenças de seus trabalhadores a partir de fatores externos, imbuem as causas aos motivos como família, falta de organização, estilo de vida, ou seja, moralizam e culpabilizam os trabalhadores pelo seu adoecimento. Assim, no

artigo intitulado, *Algumas observações metodológicas a propósito da neurose das telefonistas*, assinado por L. Le Guillant e J. Bégoïn, estes descrevem como essa vertente encontra as respostas para todos os problemas, a partir de uma suposta predisposição do trabalhador para adoecer. Bastaria então uma seleção rigorosa para acabar com o adoecimento. Os autores sublinham algumas das características necessárias para um tipo ideal físico, psicológico e moral de uma telefonista, que precisam de,

Aptidões físicas – “altas (ou, no mínimo, com braços bastante compridos)”, uma boa audição e “uma boa visão”, uma “excelente articulação das palavras”, uma “musculatura dorsal bastante forte”... – até as qualidades psicofisiológicas e morais: as primeiras referem-se à memória, a uma “elevada atenção (distributiva)”, ao “senso espacial”, a um bom tempo de reação, a uma “grande rapidez e uma grande precisão de movimentos”, assim como a uma “habilidade manual máxima”; em relação às segundas, a telefonista deverá “saber adaptar-se aos regulamentos, manter a tranquilidade e um bom humor constante, além de ser conscienciosa. Evitará qualquer tentação de egoísmo, visando, antes de tudo, a ajuda mútua” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 199).

Os autores também buscam, como exemplo, a realidade de trabalho dos radiotelegrafistas dos aeroportos, que como as telefonistas, o adoecimento e fadiga causadas pelo trabalho executado foram analisadas pelas empresas como problema da predisposição de cada trabalhador, ignorando o processo de trabalho no estudo dessas patologias.

As manifestações nervosas entre trabalhadores de outras categorias profissionais foram investigadas em outras pesquisas, que demonstraram um aumento de trabalhadores das indústrias com manifestações nervosas, como na Fiat, na Itália e a Philipps, na Holanda. Também entre os funcionários dos correios, na Inglaterra e entre as mulheres operárias de fabricas de material bélico durante a guerra. Verificou-se, portanto, que “(...) as atuais condições de trabalho na indústria e em postos análogos, do ponto de vista funcional, tem consequências bastante sérias sobre a saúde dos trabalhadores” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 204).

Portanto, a implementação da racionalidade taylorista e a mecanização nas indústrias promoveram melhorias no ponto de vista dos industriais, mas um agravo nas condições de saúde dos operários. Assim os autores dividem em três planos “as causas dos protestos e das queixas, da fadiga e das alterações da saúde” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 204). São eles, as “condições concretas de trabalho (natureza das operações

efetuadas, ritmo etc.); as condições fisiológicas do ambiente de trabalho (ruídos, luminosidade, ventilação, etc.); e as condições psicológicas desse ambiente (comando, relações humanas, atitude em relação ao trabalho, etc.)” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 204). Sendo assim, é no próprio trabalho que os autores identificaram as causas fundamentais dos sintomas do adoecimento dos trabalhadores, não se limitando apenas aos aspectos do desgaste físico, como era comum nos estudos sobre fadiga, mas ampliando o estudo para os elementos do processo de trabalho que afetam a saúde mental, que podem também causar uma fadiga nervosa.

É importante ressaltar que os autores utilizam o termo “fadiga nervosa” com certa cautela, apontando que ele não é inteiramente satisfatório, mas aborda dois pontos centrais, que “ (...) os distúrbios da fadiga nervosa, tais como os de qualquer fadiga, correspondem a um excesso de trabalho (sob uma forma peculiar); e situam-se no plano do sistema nervoso central” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 206). Assim, as modificações no modo de produção introduzidas pela organização científica do trabalho reduziram o esforço físico, com a introdução de maquinários e a simplificação dos movimentos no trabalho, mas trouxeram um desgaste maior relacionado ao sistema nervoso, advindo, principalmente, da velocidade imposta pelo maior controle do processo de trabalho exercido pela gestão taylorista.

Todavia, este novo tipo de fadiga repercutia em todos os níveis da vida cotidiana, afetando as relações familiares, convivência social, influenciando o consumo excessivo de álcool, potencializando o desenvolvimento de outros distúrbios, como os neuróticos e funcionais, gerando um grande mal-estar social. Portanto, a fadiga nervosa e outros distúrbios advindos dela são também influenciados pelas condições de vida fora do trabalho, entretanto, o modo de produção é central na determinação das causas dessas disfunções nervosas e psicofisiológicas. Os autores, assim, afirmam que “as influências psicofisiológicas, favoráveis ou não, por mais diversas e sensíveis que sejam, constituem apenas uma superestrutura em torno do núcleo composto pelas condições concretas de trabalho” (LE GUILLANT et al., 2006, p. 209).

As telefonistas, como as demais categorias profissionais estão inseridas nos novos padrões de produção capitalista. Estes se orientam unicamente pelo lucro, negligenciando as condições de trabalho que causam os adoecimentos físico e mental. Os autores apontam que há muitos estudos que identificam que as modificações no processo de trabalho são benéficas tanto para os trabalhadores como para os empregadores. Contudo, as soluções apontadas costumam se resumir a uma seleção

mais criteriosa ou a imputar a culpa da falta de adaptação aos trabalhadores. Desta forma, o sistema nervoso por mais maleável e adaptável que o seja, tem um limite, pode chegar ao esgotamento. Portanto, o ritmo e a pressão impostos a essas trabalhadoras são distantes de serem benéficos ao organismo humano, os impactos são grandes à saúde, levando ao esgotamento físico e nervoso.

Simone Weil (1979) soube expressar com profundidade a realidade de quem trabalha sob tais imposições em sua obra, *A condição operária*, em que relata a sua vivência como operária nas fábricas da França entre os anos 1934 e 1935. Diz ela que,

Dois fatores condicionam esta escravidão: a rapidez e as ordens. A rapidez: para alcançá-la, é preciso repetir movimento atrás de movimento, numa cadência que, por ser mais rápida do que o pensamento, impede o livre curso da reflexão e até do devaneio. Chegando-se à frente da máquina, é preciso matar a alma, oito horas por dia, pensamentos, sentimentos, tudo. Quer se esteja irritado, triste ou desgostoso, é preciso engolir, recalcar tudo no íntimo, irritação, tristeza ou desgosto: diminuiriam a cadência. E até a alegria. As ordens: desde o momento que se bate o cartão na entrada até aquele em que se bate o cartão na saída, elas podem ser dadas, a qualquer momento, de qualquer teor. E é preciso sempre calar e obedecer. A ordem pode ser difícil ou perigosa de se executar, até mesmo inexecutável; ou então, dois chefes dando ordens contraditórias; não faz mal: calar-se e dobrar-se. Dirigir a palavra a um chefe (mesmo para algo indispensável), - é sempre, ainda que se trate de um “cara legal” (até os “caras legais” têm momentos de irritação), expor-se a uma bronca; e quando isso acontece, mais uma vez é preciso calar-se. Engolir os nossos próprios acessos de enervamento e de mau humor; nenhuma tradução deles em palavras, nem em gestos, pois os gestos estão determinados, minuto a minuto, pelo trabalho. Essa situação faz com que o pensamento se dobre sobre si, se retraia, como a carne se contrai debaixo de um bisturi. Não se pode ser “consciente” (WEIL, 1979, p. 65).

2.4. PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Na França, na segunda metade do século XX, foi desenvolvida, pelo psiquiatra Christophe Dejours, a Psicodinâmica do Trabalho, sendo um retorno da psicanálise aos estudos da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho - SMRT (LIMA, 1998). Durante a disseminação da reestruturação produtiva, DEJOURS (1987) debruçou-se sobre os “mecanismos psicológicos de defesa socialmente articulados” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 64). Tratam-se, portanto, de estratégias defensivas das pressões do trabalho, que de acordo com Seligmann-Silva, refere-se “a exploração dessas defesas e do próprio sofrimento pelos que determinam a organização do trabalho é uma das vertentes mais

fecundas das colocações de Dejours para a SMRT” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 64).

Em sua obra mais famosa, *A loucura do trabalho*, pode-se identificar os principais traços de sua análise sobre a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). O autor discorre sobre as ideologias defensivas elaboradas pelos trabalhadores em resposta à organização do trabalho, que é constituída pelo sistema hierárquico, divisão de trabalho, tipo de tarefa, como ela é executada e as relações de poder. Estes elementos são impostos aos trabalhadores e podem desencadear sofrimento mental. Assim, “a questão fundamental aqui colocada diz respeito à localização do processo de anulação de um comportamento livre, operação mais difícil do que a observação direta de um comportamento abertamente patológico ou desadaptado” (DEJOURS, 1987, p. 26). Livre no sentido de criador, transformador da realidade em conformidade com os desejos do sujeito, mais uma orientação do que um estado.

O autor constrói a sua análise tomando como exemplo o adoecimento entre o subproletariado, camada mais precária entre os trabalhadores. Entre estes é observada a vergonha em relação ao corpo adoecido e a percepção de que adoecer é sinônimo de não trabalhar, formando a ideologia da vergonha, que “(...) consiste em manter à distância o risco de afastamento do corpo ao trabalho e, conseqüentemente, à miséria, à subalimentação e à morte” (DEJOURS, 1987, p. 34). No caso de fracasso individual restam o alcoolismo, os atos desesperados de violência e o sofrimento. O autor enfatiza que “este sistema funciona porque é coletivamente elaborado e alimentado. Tal é a positividade da ideologia da vergonha” (DEJOURS, 1987, p. 35).

A partir desse exemplo Dejours (1987) elencará as características do que denominou como ideologias defensivas. O objetivo destas, segundo o autor, é encobrir uma ansiedade grave, sendo elaborada coletivamente pelos trabalhadores a partir de uma determinada organização do trabalho, ou seja, em cada tipo de organização do trabalho haverá ideologias defensivas diferentes. Elas servem como mecanismos para lidar com os riscos efetivos do trabalho, não através da sua prevenção e sim em como encará-los. O autor pontua que,

A ideologia defensiva tem sempre um caráter vital, fundamental, necessário. Tão inevitável quanto a própria realidade, a ideologia defensiva torna-se obrigatória. Ela substitui os mecanismos de defesa individuais. Ela os torna impotentes. Esta observação é de uma grande importância clínica na medida em que é a partir dela que se pode compreender porque um indivíduo isolado de seu grupo social se encontra brutalmente desprovido de defesas face à

realidade a que ele é confrontado. A participação na ideologia defensiva coletiva exige que os mecanismos de defesa ajam em surdina, mecanismos estes que só teriam razão de ser frente a conflitos de ordem mental, os quais só podem aparecer quando um domínio mínimo da realidade perigosa está assegurado (DEJOURS, 1987, p. 35-36).

A ideologia defensiva, segundo o autor, é resultado da abrupta mudança do modo de trabalho trazida pelo taylorismo, pela Organização Científica do trabalho - OCT. A OCT eliminou o domínio do operário sobre seu trabalho, o dividiu. Para a psicopatologia, o desenvolvimento da OCT exerce violência ainda mais abrupta no âmbito do funcionamento mental dos trabalhadores que nos aspectos físicos que poderiam causar o ambiente de trabalho, como também apontou Louis Le Guillant.

Desta forma, a ideologia defensiva, mesmo sendo ela uniforme entre os trabalhadores, não pode ser traduzida, entre aqueles trabalhadores submetidos ao processo produtivo taylorizado, como uma defesa coletiva, pois “o fracionamento da coletividade operária, o sofrimento que a organização do trabalho engendra exige respostas defensivas fortemente personalizadas. Não há mais lugar praticamente para as defesas coletivas” (DEJOURS, 1987, p. 140). A insatisfação, o medo, a desarmonia com o conteúdo do trabalho e a estrutura da personalidade podem gerar o sofrimento mental. Segundo Dejours,

Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento (se bem que este fator seja evidentemente importante quanto à impossibilidade de toda a evolução em direção ao seu alívio). A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento (DEJOURS, 1987, p. 52).

O sofrimento, segundo o autor, ocorre de forma progressiva e inelutável, toda a organização do ambiente de trabalho, a estrutura física, os métodos de segurança do trabalho, o barulho, os cheiros e os comandos, envolvem o trabalhador em uma teia de riscos e nenhum método de prevenção e de segurança do trabalho poderão garantir a sua segurança total, o risco no ambiente de trabalho é inerente a ele. Portanto, “a ideologia defensiva é funcional a nível do grupo, de sua coesão, de sua coragem, e é funcional também a nível do trabalho; é a garantia da produtividade” (DEJOURS, 1987, p. 72).

As estratégias de defesa possuem, portanto, um caráter eminentemente ambíguo, pois se, por um lado, são uma forma de se resistir às imposições da organização do

trabalho, por outro elas cumprem um papel de manutenção atual do processo de trabalho. Isto se dá porque as estratégias defensivas fazem com que os trabalhadores se adaptem às formas de dominação, funcionando como uma anestesia para a dor. Desta forma, eles acabam suportando condições cada vez mais precárias, mas sem se voltarem para as causas que levam a esta degradação. Como afirma o autor, “quando uma defesa funciona, as pessoas toleram restrições que não deveriam tolerar, seja por razões morais e políticas ou por razões psicológicas” (DEJOURS, 2001 p. 162).

Este ambiente de trabalho hostil e ameaçador afeta o funcionamento mental e o equilíbrio psicoafetivo. Segundo o autor, este está relacionado a uma série de fatores, entre eles, situam-se, a) Os colegas de trabalho, em função da concorrência, da vigília de um trabalhador em relação ao trabalho do outro, a relação com a chefia e hierarquia da empresa. A raiva e a ansiedade derivada do trabalho também se desdobra nas relações fora do ambiente de trabalho; b) A “desorganização do funcionamento mental”, aquele “(...) sentimento de esclerose mental, de paralisia da imaginação, de regressão intelectual. De certo modo, de despersonalização” (DEJOURS, 1987, p. 77); c) A “ansiedade relativa a degradação do organismo”, o medo causado pelo risco de se acidentar, que poderá colocar o corpo em perigo, como queimaduras, fraturas, ferimentos, cortes e até a morte, doenças causadas pelo tipo de atividade, risco de morbidade etc; c) A ansiedade gerada pela “disciplina da fome” que faz o trabalhador se submeter a todos os riscos e ameaças em seu trabalho. Os medos do desemprego e de sentir fome geram, o que Dejours chama, de “ansiedade da morte”. Portanto, entre os subproletários a ansiedade da fome é ainda mais corriqueira (DEJOURS 1993).

O autor ainda sublinha que “é de natureza mental a ansiedade resultante das ameaças à integridade física. A ansiedade é a seqüela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo” (DEJOURS, 1987, p. 78). A organização do trabalho interfere também na vida fora do trabalho, produz um comportamento condicionado, importante para manter a ideologia da produção. O autor diz que o sofrimento mental é um elemento da submissão do corpo à organização do trabalho, é a violência do poder.

O eixo central dessa violência do poder baseia-se no estado permanente de poder ser controlado. Não se pode imaginar uma disciplina mais eficaz ou perfeita que a existente, pelo fato de se poder ser controlado a qualquer momento, sem mesmo saber em que momento esse controle é exercido. De certo modo, é a construção artificial de um autocontrole. Pois ter medo de ser vigiado é vigiar-se a si mesmo. O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. No primeiro plano, aparece a ansiedade: agir conforme as ordens recebidas, obedecer e

proteger-se da ansiedade originada pelo risco de ser pego em erro (DEJOURS, 1987, p. 100).

A organização do trabalho produz, desta forma, de um lado, a angústia provocada pela repressão e de outro, uma tensão e irritação nervosa, provocando maior agilidade e aumento de produtividade. O sofrimento psíquico, longe de ser um epifenômeno, é o próprio instrumento para obtenção do trabalho. O medo, a ansiedade, a angústia são efeitos psíquicos necessários, que compõem a estrutura da organização do sistema de produção.

O medo partilhado cria uma verdadeira solidariedade na eficiência. O risco diz respeito a todo mundo, a ameaça não poupa ninguém, e nesse caso é impensável "deixar o barco afundar" (como numa linha de montagem), ou desejar uma deterioração do instrumento de trabalho. Quanto melhor estiver o processo de produção, mais tranquilos estarão. O risco cria, espontaneamente, a iniciativa, favorece a multiplicidade de tarefas e permite a economia de uma formação verdadeira, que a direção, aliás, não poderia dar (DEJOURS, 1987, p. 128).

Dejours questiona a exploração do medo e o uso da dominação sobre o trabalhador na esfera do sofrimento, em como este método influencia a saúde do trabalhador, já que a descompensação psiconeurótica do trabalhador é vista como queda de produtividade. A resposta a esta queda é dada pela empresa através da exclusão do trabalhador e utilizando técnicas de seleção, visando garantir um padrão físico e psicológico nas contratações. Para o autor, assim como apontou Le Guillant, “basta diminuir a pressão organizacional para fazer desaparecer toda manifestação do sofrimento” (DEJOURS, 1987, p. 120).

Para o trabalhador em sofrimento, em desequilíbrio mental e ou com baixa produtividade restam sempre saídas individuais como largar o emprego, trocar de posto, ou mudar de empresa. Também, o trabalhador poderá escolher o absenteísmo, permanecer em sofrimento, desanimado, cansado, em processo de descompensação psiconeurótica e ainda assim não abandonar seu trabalho. Somente a doença é vista como um problema para a produção, o sofrimento mental e a fadiga não são encarados como uma consequência do trabalho desempenhado. Por sua vez, a medicina apenas camufla o sofrimento mental com a medicalização. O tratamento psiquiátrico não é discutido ou mencionado pelos médicos.

O autor se debruça sobre as causas e consequências do sofrimento causado pela organização do trabalho. Segundo Dejours (1987) não existe uma psicose do trabalho, as descompensações neuróticas, psicóticas e até das personalidades que se constroem ao longo da vida, são geradas antes mesmo da entrada no trabalho, este pode ser o gatilho para que tais descompensações se manifestem. Assim,

Deve-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas (DEJOURS, 1987, p. 122).

Contudo, quanto mais rígida for a gestão organizacional mais sofrimento e descompensações psiconeuróticas irão surgir no ambiente de trabalho. O autor, portanto, deduz que provavelmente “(...) uma parte não negligenciável da morbidade somática observada entre os trabalhadores tenha sua origem numa organização do trabalho inadequada” (DEJOURS, 1987, p. 128) e quanto mais precário e subalterno são as condições de trabalho, mais rígida será a organização do trabalho, logo maiores serão os impactos a estrutura psíquica do trabalhador.

Dejours (1987), ao tratar o aspecto da fadiga e da insatisfação com o trabalho, descreve que estas surgem a partir da repressão ao funcionamento espontâneo do corpo, não se tratando de um desgaste físico, muscular, ou de um órgão determinado. A fadiga, portanto, pode estar relacionada também à inatividade, na medida em que “os operários não reivindicam o direito à ociosidade permanente. A maioria das pessoas, a exemplo das crianças, não tem prazer nenhum com a inatividade duradoura” (DEJOURS, 1987, p. 129). Entretanto, segundo o autor, é possível haver trabalhos compatíveis ao aparelho mental do trabalhador, podendo inclusive promover a saúde. Para Dejours, “uma boa adequação entre a organização do trabalho e a estrutura mental do operário é possível; isso impõe, em cada caso, um ponto de vista detalhado, apoiado por uma análise precisa da psicodinâmica da relação homem/ trabalho” (DEJOURS, 1987, p. 134).

Em seu livro, *La banalización de la injusticia social*, Dejours (2006b) aponta características sobre o desenvolvimento da indiferença e da impressionante atrofia do senso moral, decorrentes do avanço do neoliberalismo. Busca analisar, portanto, os

detalhes da dinâmica psicossocial ao questionar sobre “o que aciona atualmente transformações nas sensibilidades e, ao mesmo tempo, atinge tão duramente a ética, mais especialmente no mundo do trabalho, porém também avança mais além deste, atravessando o cotidiano de toda a vida social” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 71).

O avanço na organização do trabalho desencadeou, entre os trabalhadores, medos, que nem sempre são facilmente identificados. É o medo do fracasso que pode estar relacionado não só com a qualidade e técnica do trabalhador, mas com anomalias do sistema técnico. Como exemplo, Dejours (2006b) descreve uma situação ocorrida a um engenheiro recém-chegado na Empresa Nacional de Estradas de Ferro da França. Um acidente acontece no setor em que este engenheiro é responsável. Houve uma falha em um dos sistemas, mas o engenheiro, ao reportar o incidente, percebe a indiferença da empresa e dos demais funcionários e o sistema continua funcionando sem reparos. Ele insiste em investigar o ocorrido e, em uma reunião, a empresa o responde dizendo que não há pessoal suficiente, que há problemas financeiros, excesso de trabalho, prazos etc., e o pressiona para que tudo continue funcionando, passando por cima do problema sem solucioná-lo. Alegando que se não ocorreu descarrilamento, feridos ou mortos, não houve incidente. Dejours assim descreve os efeitos da situação sobre o engenheiro,

Al salir de la reunión de personal, el ingeniero no se siente bien, ha perdido el equilibrio, no entiende la posición de los otros ni, sobre todo, su unanimidad. Tiene dudas y ya no sabe si simplemente está respetando al espíritu del reglamento y una ética del sentido común (al tiempo que sus colegas se oponen una negación de la realidad) o si, por el contrario, está dando pruebas de un perfeccionismo y una terquedad fuera de lugar, en cuyo caso toda su vida profesional debe ser reexaminada. En los días siguientes, sus colegas evitan compartir los almuerzos con él y hablarle. El pobre hombre ya no entiende nada. La presión aument. Se siente cada vez más angustiado y perplejo. Dos días después, en su lugar de trabajo, se arroja al vacío de lo alto de las escaleras, atravesando las barreras (barandas). Es hospitalizado con fracturas múltiples, depresión, estado de confusión y tendencia suicida (se trata de un caso de alienación social, que debe diferenciarse de la alienación mental clásica definida por Sigaut [Sigaut, 1990]) (DEJOURS, 2006b, p. 37)

Dejours (2006b) exemplifica bem uma situação em que o medo do fracasso se desdobra em angústia. O trabalhador, ao se sentir limitado em suas atividades técnicas, em sua competência, se vê em crise com a própria personalidade, em meio ao impasse, sem saber em quem confiar, em uma inversão do que antes era estimado como trabalho bem feito. Desta forma, “Esta obligación de hacer mal el trabajo, de tener de darlo por terminado o mentir es una fuente imposrtantísima y extremadamente frecuente de

sufrimiento em el trabajo, presente tanto em la indústria, como em los servicios, o em la administración” (DEJOURS, 2006b, p. 28).

Assim, a construção da identidade do sujeito entra em crise quando não há o reconhecimento dos esforços no trabalho e, simultaneamente, quando este entra em contradição com a ética e os valores adquiridos em sua formação e socialização. Deste modo, a questão que move o autor é entender como os trabalhadores sobrevivem e se mantem apesar dos percalços encontrados no ambiente de trabalho. Ele aponta como possível resposta a estratégia dos trabalhadores em criar tipos de normalidade em meio ao sofrimento, fruto de sua luta contra as mazelas psíquicas causadas pela organização do trabalho e não como um conformismo passivo. Portanto, Dejours pontua que “(...) no hay neutralidade em el trabajo em relación con la salud mental (DEJOURS, 2006b, p. 31).

A submissão, a dominação exercida pela organização do trabalho sob a estrutura psíquica e ideológica do trabalhador é obstaculizada pela personalidade do sujeito. Construir uma nova personalidade, baseada no que a organização do trabalho estipula como adequada à produção é parte primordial para a conformação do modelo organizacional. A alienação é o elemento chave de todo esse processo,

Que passa pelas ideologias defensivas, de modo que o trabalhador acaba por confundir com seus desejos próprios a injunção organizacional que substituiu seu livre arbítrio. Vencido pela vontade contida na organização do trabalho, ele acaba por usar todos os seus esforços para tolerar esse enxerto contra sua natureza, ao invés de fazer triunfar sua própria vontade. Instalado o circuito, é a fadiga que assegura sua perenidade, espécie de chave, necessária para fechar o cadeado do círculo vicioso (DEJOURS, 1987, p. 137).

Ao analisar a organização do trabalho e o sofrimento mental, o autor, portanto, inscreverá a Psicodinâmica do Trabalho – PDT não como um campo de exposição da realidade humana no trabalho, mas buscará adentrar a realidade subjetiva do trabalhador, através, principalmente, da fala, dos comentários sobre os “comos” e os “porquês” e a interpretação dada pelo sujeito sobre as situações vivenciadas no trabalho. Neste trajeto analítico encontra-se a psicanálise. Sobre ela, diz Dejours:

É claro que a psicopatologia do trabalho baseia-se num modelo de homem e de subjetividade emprestado da psicanálise. Esse modelo permanece subjacente à pesquisa e ao trabalho de interpretação, na medida em que este se apoia, entre outros, na exposição das contradições e anomalias detectadas na clínica do coletivo de trabalhadores, em relação ao que temos de

experiência do homem pela prática psiquiátrica, psicoterápica e psicanalítica. Um dos eixos da interpretação está, justamente, no que se encontra expresso e representado pelo sujeito na cena do trabalho e no que parece estar excluído ou contido, aprisionado, emaranhado ou reprimido desta cena. Temos, como ideia central, que o sofrimento e o prazer são, em suas origens, provenientes de uma relação específica com o inconsciente. Nesse jogo entre pré-consciente e inconsciente é que se negociam as relações de prazer, de sofrimento, de desejo e de saúde mental e até de saúde física, se nos referimos também à psicossomática (DEJOURS, 1987, p. 157).

A psicanálise é utilizada na PDT como um caminho de análise dos fenômenos subjetivos dos trabalhadores, aportada em uma percepção não tradicional, como nos afirma Seligmann-Silva,

Esse referencial é aqui utilizado de modo totalmente distinto, se comparado a uma corrente da psicossociologia que, nos Estados Unidos adotou um enfoque psicanalítico reducionista, sem considerar a organização do trabalho e muitas vezes interpretando as dificuldades psicológicas dos trabalhadores como sendo problemas edipianos mal resolvido (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 66).

Em uma linha diferente dos autores da psicopatologia do trabalho, na psicodinâmica, portanto, o trabalho pode ser um elemento desencadeante de sofrimento mental, não como elemento fundamental, mas parte de um conjunto de fatores traumáticos absorvidos pelo sujeito ao longo de sua vida. Sobre esse elemento do campo da PDT, Lima afirma que, “em suma, Dejours não admite que o trabalho seria causador de doenças mentais, podendo no máximo desencadeá-las e, ainda assim, sob certas circunstâncias bastante específicas” (LIMA, 1998, p. 14).

Neste capítulo realizamos um estudo sobre dois dos principais autores que discorreram sobre a questão do sofrimento mental relacionando ao trabalho, a partir de um debate crítico sobre o modo de produção capitalista. Em perspectivas diferentes de análise, ambos os autores contribuíram com um estudo profundo sobre o tema. Le Guillant (2006), ao investigar o histórico de vida de suas pacientes, constatou a importância da relação do indivíduo com o trabalho. Relacionou o sofrimento mental relatado pelas suas pacientes com sua história no trabalho. Em Dejours, ressaltamos sua análise sobre os mecanismos desenvolvidos pelos trabalhadores para resistir às consequências danosas que o processo produtivo causa sobre a sua estrutura psíquica, principalmente decorrentes do que ele aponta como a forma de organização do trabalho.

CAPÍTULO 3

TRABALHO E SAÚDE

O caminho percorrido até aqui nos permitiu compreender a importância das relações e das condições de trabalho no cotidiano dos seres humanos. O trabalho, como descrito anteriormente, é a gênese do ser social. É um processo em que o homem se apropria da natureza para transformá-la em produtos úteis para a satisfação das suas necessidades. O trabalho é, portanto, essencial para a vida dos seres humanos. Esta é a definição mais abstrata sobre o trabalho, pois não leva em conta sob quais relações sociais ele se dá (LAURELL; MARQUEZ, 1983).

Ora, se o trabalho é um elemento central na vida dos seres humanos em sociedade, por que ele representa hodiernamente uma fonte de sofrimento, embrutecimento e desumanização? Essa resposta pode ser percebida ao analisarmos as formas de organização da produção que desenvolveram-se tendo como base a luta de classes. Pois a característica central da produção capitalista é a busca pela mais valia, fonte dos lucros dos detentores dos meios de produção. Os trabalhadores, nesta sociedade, são apenas os instrumentos, força de trabalho, para concretizar os desejos gananciosos da burguesia.

Neste capítulo iremos expor os principais estudos desenvolvidos sobre a saúde mental e física dos trabalhadores, à luz das contribuições de Asa Laurell quanto à saúde e trabalho, da experiência do Modelo Operário Italiano (MOI) e da clínica da atividade elaborada por Yves Clot.

3.1. PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SAÚDE

No capitalismo, o processo de trabalho resulta não apenas em transformar a natureza, mas também é, principalmente, processo de produzir valor e extrair mais valia. A força de trabalho nesta sociedade é, portanto, mais uma mercadoria, como outra qualquer, consumida no processo de produção. Desta forma, as relações de trabalho são

fundamentais para compreender os motivos de como se vive e como se morre na sociedade. Asa Laurell, ao estudar o campo da saúde, trouxe à tona uma abordagem que, na contramão dos estudos mais comuns sobre o tema, pôs em destaque a determinação social do processo saúde/doença. Assim, pontua no livro *El desgaste obrero em México*, que:

Esta unidad entre trabajo y consumo, que en el marco de la lucha de clases origina determinadas prácticas de clase, es lo que permite descubrir la existencia de patrones específicos de desgaste-reproducción obrera, que se expresan en las fisionomías de clase y en el proceso salud-enfermedad. Asimismo las formas distintas de enfermar y morir de las clases y fracciones de clase, que por cierto se van transformando, no son más que manifestaciones singulares del proceso de desgaste-reproducción. Conceptualizar el problema de esta manera tiene una serie de consecuencias teóricas y prácticas (LAURELL; MARQUEZ, 1983, 17).

A doença deve ser, portanto, compreendida como um processo que ocorre em sociedade, “não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos” (LAURELL, 1982, p. 3). Associar a saúde somente aos fatores biológicos de indivíduos isolados implica em excluir o caráter histórico e social da doença. O paradigma dominante na medicina procede desta forma, como bem observou Donnangelo “(...) a medicina tende a revestir-se mais facilmente de um caráter de neutralidade face às determinações específicas que adquire na sociedade de classes” (DONNANGELO, 1976, p. 29). Admite-se, nesta concepção, a história, entretanto, a vê apenas sob os aspectos de desenvolvimento, surgimento e eliminação de determinadas doenças que ao longo do tempo se modificam, excluem-se aqui os aspectos sociais do adoecimento da população. A patologia é explicada “(...) somente pela capacidade técnica da sociedade de eliminar certas doenças e, por exemplo, nutrir a população” (LAURELL, 1982, p. 7).

Ao relacionar os fatores biológicos com os sociais, Laurell (1982) indica dois elementos desta relação. O primeiro, é que os fatores biológicos não se explicam por si só, mas devem estar articulados historicamente. O segundo, portanto, diz respeito às próprias facetas sociais dos processos biológicos, pois é impossível focalizá-los fora do momento histórico. O ciclo vital do ser humano não pode ser determinado apenas biologicamente, pois ele varia em diferentes épocas. Pode variar também no interior das classes sociais em uma mesma época, ou seja, a forma da reprodução da vida em sociedade determina seus transtornos biológicos característicos. A autora reforça que a

unidade desses fatores constitui um processo único. No entanto, é possível diferenciar cada um destes fatores, uma vez que possuem características próprias, pois estão atrelados, entretanto, não quer dizer que são idênticos. É possível observar que em cada período na história há um “padrão de desgaste e reprodução” que lhe corresponde.

Compreender as formas como a sociedade se organiza em seu modo de reprodução é fundamental para pensarmos sobre saúde e doença. Portanto, o modo como é organizado o processo de trabalho e de produção impacta toda a vida, incluindo como se adoce e morre nas diferentes classes sociais. Este fato, segundo Laurell (1993), “(...) nos permite hablar de los ‘estereotipos de adaptación’, o sea, las formas de darse la adaptación y expresarse en los procesos biopsíquicos humanos característicos de las distintas colectividades humanas” (LAURELL, 1993, p. 17).

Na sociedade capitalista, são as necessidades da classe dominante que determinam como se analisa e se pensa saúde e doença, abordando apenas os aspectos biológicos individuais. No entanto, pontua Laurell,

Saúde-doença é dado por processos particulares, que são ao mesmo tempo sociais e biológicos. Por exemplo, o modo concreto de trabalhar, cujo caráter social é evidente, é ao mesmo tempo biológico, pois implica em determinada atividade neuro-muscular, metabólica, etc. Outro exemplo poderia ser o comer, uma vez que o que se come e como se faz isso são fatos sociais, que têm sua contraparte biológica (LAURELL, 1982, p. 15).

Nesta sociedade, a burguesia precisa de trabalhadores aptos a produzirem em suas fábricas. Assim, o que determina ser saudável ou não é a capacidade do sujeito de trabalhar e manter-se no trabalho. Portanto, o processo saúde-doença não é mais que uma manifestação do desgaste da força de trabalho, neste modo de produção, como destacam Laurell e Noriega.

Perder la salud es perder el trabajo y empezar a tener problemas para ganarse la vida. Pero este significado es impuesto por la sociedad, en cuanto la vida está condicionada a la capacidad del obrero de trabajar. Esto conlleva, también a que el trabajador, por así decirlo, trata de mantenerse entre los sanos, aunque sufra trastornos serios en su salud (LAURELL; NORIEGA, 1987 p. 13).

Como visto no capítulo anterior, DEJOURS (1987) observou as estratégias que os trabalhadores desenvolviam para suportar o cotidiano adoecedor do trabalho e se

manterem empregados. Com efeito, abordar a saúde sob a perspectiva histórico social é também compreender as causas do desgaste do trabalhador. Há desta forma, um vínculo íntimo entre o trabalho e a saúde. O capital, segundo Laurell e Marquez, “no sólo expropia el producto del trabajo sino que lo hace bajo formas que tienen repercusiones profundas em el cuerpo y la vida obrera” (LAURELL; MARQUEZ, 1983, p. 18), e tal desgaste não se recupera através do consumo. Os autores afirmam que Henry Ford tentou comprar a saúde dos trabalhadores, trocando-a por maiores salários, que permitiriam um acesso maior dos trabalhadores a diversas mercadorias, entretanto, saúde não se recupera no mercado. Desta forma, pensar sobre a saúde é questionar a relação trabalho-saúde. Como bem pontuam Laurel e Marquez “não se trata sólo de luchar contra la posibilidad de contraer determinadas enfermedades sino por establecer el control obrero colectivo sobre las condiciones desgastantes” (LAURELL; MARQUEZ, 1983 p. 18).

Ao abordar as condições de trabalho, Laurell e Marquez (1983) destacam que estas não constituem apenas fatores externos ao trabalhador, mas sim um “proceso biológico psíquico” essencial na maneira de viver em sociedade. Sendo assim, “la monotonía y descalificación del trabajo y la falta de control sobre su ejecución y producto, no se quitan junto con el overol, sino constituyen hechos básicos de la existencia” (LAURELL; MARQUEZ, 1983, p. 88).

O desgaste relacionado ao trabalho aponta elementos que extrapolam as análises focadas apenas nas causas do adoecimento, pois abarca também os impactos físicos e psicológicos do processo de trabalho que afetam toda a vida do trabalhador assalariado. É importante apontar o conjunto dos riscos aos quais estão expostos, para não restringir a um ou outro risco isolado, pois, o desgaste pode ou não se manifestar em alguma doença. Laurell define da seguinte forma o desgaste sofrido pelo trabalhador, diz ela,

Así, el proceso de desgaste se define como la pérdida de capacidad biológica o psíquica, efectiva y / o potencial y engloba a los procesos biopsíquicos en su conjunto. La razón de abarcar con el concepto desgaste tanto las capacidades efectivas como las potenciales es que permite analizar no sólo la destrucción biopsíquica, repentina o lenta, sino también los obstáculos al desarrollo de potencialidades en estos dos terrenos. Esto tiene particular importancia respecto a los procesos psíquicos en el trabajo moderno pero también en relación con los biológicos en trabajos sedentarios y en países, como los nuestros, plagados por una reposición deficiente de energía. Por otra parte, es necesario subrayar que el proceso de desgaste no es irreversible, ya que con frecuencia existe la posibilidad de recuperar capacidades perdidas y desarrollar potencialidades modificando las condiciones que las determinan (LAURELL, 1993, p. 21).

A autora, ao analisar a situação do trabalho no México, ressalta a dificuldade em descobrir empiricamente dados que elucidam a realidade das condições de trabalho e seu impacto concreto na vida dos trabalhadores. Dentre as informações disponíveis há as de mortalidade e expectativa de vida, que expressam, ainda que de forma precária, o processo de desgaste. Portanto, ao analisar esses dados, a autora aponta dois fatos importantes. Um é sobre o aumento da expectativa de vida ao nascer e outro é sobre as mudanças nas causas de mortes com a diminuição de doenças infecciosas junto com o aumento das crônicas-degenerativas. Isto poderia levar a pensar que houve uma melhora na qualidade de vida da população. No entanto, ao observar mais de perto, é possível perceber que o aumento na expectativa de vida decorre da diminuição da mortalidade nos primeiros anos de vida e não na melhora das condições ao longo de toda a vida do indivíduo. Os dados levantados por Laurell e Marquez (1983) indicam que a saúde entre a população em idade ativa não sofreu melhoras substanciais, pois o desgaste provocado pelo modo de produção capitalista implica em utilizar exaustivamente a mercadoria força de trabalho.

Verifica-se, assim, a existência de duas tendências conflitantes. Por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas, ao permitir um maior controle da natureza e assim produzir melhores condições de sobrevivência, resulta em um aumento da expectativa de vida. Por outro lado, o consumo da força de trabalho impõe padrões de desgaste que levam ao aumento da mortalidade (LAURELL; MARQUEZ 1983). Este desgaste relacionado ao trabalho implica em mudanças nas causas de mortalidade. As autoras, ao analisarem dados referentes ao caso no México, “(...) se registro en Mexico entre 1955 y 1974 un aumento en la muerte por tumores malignos, enfermedades isquémicas del corazón y accidentes en hombres en edad adulta, mientras que hubo un decremento en la mortalidad por enfermedades infecciosas en ese grupo (LAURELL; MARQUEZ, 1983, p. 91).

É nesse contexto, portanto, que as autoras apontam as consequências do desgaste à saúde do trabalhador, e, com isso exemplificam, em relação ao câncer, como uma das principais causas, de contato com substâncias químicas, como o amianto ou anilinas e, também a exposição à radioatividade. Já as doenças do coração têm como causa principal o estresse, provocado pelas formas de controle e pressão no ambiente de trabalho (LAURELL; MARQUEZ, 1983). O estresse é uma constante nas diferentes formas de organização do processo produtivo e é causa não só de diversas doenças, como também de fadiga e tensão nervosa, afetando toda a vida, dentro e fora do

trabalho (LAURELL, 1993). Entre os países desenvolvidos há também a predominância dessas causas de mortalidade, confirmando a contradição imposta pelo desenvolvimento capitalista.

Além dos tipos de desgastes citados acima, há também os gerados pelo ritmo e tempo no trabalho, que contradizem o biofísico dos indivíduos, destas podemos citar, as doenças como lesões por esforços repetitivos (LER), os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), o transtorno do ciclo vigília/sono, a fadiga patológica, a síndrome do esgotamento profissional ou síndrome de burnout, a depressão e os “(...) processos psicossociais que conduzem aos suicídios e à escalada da dependência do álcool e das drogas, podem ser desenvolvidos com maior frequência entre os trabalhadores” (FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 232). Estes quadros demonstram a intensificação da alienação do ser humano em toda a sua vida. Tais desgastes repercutem também no convívio social dos trabalhadores, como no lazer e na participação política, levando-os a interagirem de forma limitada.

Os trabalhadores também sofrem com o medo de serem descartados. Suas condições física e psicológica, como sua idade, podem se tornar um problema para a permanência no trabalho ou para encontrar um emprego, correndo o risco de entrar em situação de desemprego de longa duração. Nesse sentido, o desgaste pode significar a expulsão do trabalhador do mundo do trabalho. Pois a organização do processo produtivo capitalista, ao exigir um determinado padrão de esforço, seleciona os que suportam a intensidade da produção, daqueles que não mais possuem forças para manterem-se produzindo.

Portanto, todos os elementos que compõem a organização capitalista do trabalho oferecem riscos à saúde do trabalhador. Conforme Laurell e Marquez,

La transformación radical del tipo de objetos de trabajo si expresa en la salud obrera sobre todo en intoxicaciones agudas y crónicas y en una patología degenerativa que va desde las llamadas pneumoconioses hasta los tumores malignos. A esto habría que añadir el incremento en los accidentes como resultado de la interacción entre los objetos y la maquinaria (LAURELL; MARQUEZ, 1983, p. 93).

Esse modo de produção implica em expor o trabalhador a uma infinidade de fatores que levam ao sofrimento e adoecimento, sendo físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e organizacionais, o que resulta na verdadeira precarização da saúde dos trabalhadores (FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2010), do mesmo modo

Berlinguer pontua que “(...) a exploração capitalista altera globalmente a integridade psicofísica do indivíduo, compromete o homem não somente como ser social, mas como entidade biológica” (BERLINGUER, 1983, p. 48). Esse mesmo movimento de degradação da saúde incide também na saúde mental, sendo esta totalmente indissociável da saúde como um todo, o que corrobora com a “(...) fragilização – orgânica, existencial e identitária – dos indivíduos pela organização do trabalho com intensificação da multiexposição” (FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 232).

O trabalhador contemporâneo se vê em um complexo organizacional produtivo que lhe exige esforço, comprometimento, dedicação e toda a sua energia vital para manter a engrenagem do capital funcionando. Entretanto, a produção é cada vez mais, para o trabalhador, algo estranho, alheio a ele. Mesmo no toyotismo, sob a aparente autonomia dos grupos de trabalho, se mantém o controle total do capital sobre o trabalho. Segundo Antunes, “(...) no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite” (ANTUNES, 2015, p. 54). Sendo assim, a relação de trabalho contemporânea resulta no avanço das formas de degradação da vida do ser-humano, como observa Seligmann-Silva,

O *desgaste* é visualizado como produto de uma correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador, acionando forças que incidem no processo biopsicossocial saúde-doença. Ou melhor, uma correlação de poderes e forças em que o executante do trabalho se torna *perdedor* (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 135, grifos da autora).

A fadiga sentida pelo trabalhador abrange todas as dimensões de sua vida cotidiana, como o deslocamento, as tarefas domésticas, moradia, o acesso à educação, a alimentação, a saúde etc. Le Guillant aponta que se analisarmos profundamente a questão da fadiga “ (...) ficamos impressionados por constatar a frequência das tensões, dos esforços excessivos e prolongados, absolutamente anormais, embora dissimulados, aos olhos de todos, na aparente monotonia da condição operária” (LE GUILLANT, 2006, p. 37).

Lutas por melhores condições de trabalho e saúde sempre estiveram entre as pautas dos trabalhadores e os movimentos sindicais. As condições de trabalho insalubres, degradantes e desumanas acompanharam e se expandiram na mesma medida

em que a sociedade foi se modernizando e industrializando. A experiência de luta dos trabalhadores ao longo da história da sociedade capitalista se desenvolveu e demonstrou o potencial revolucionário dessa classe. Entre essas lutas, cabe aqui destacar a experiência dos trabalhadores italianos, com o Modelo Operário Italiano – MOI, como observaram Oddone et al.

Para que o ambiente de trabalho fique livre da nocividade que sempre o acompanhou, é necessário que as descobertas científicas neste campo sejam socializadas, isto é, trazidas ao conhecimento dos trabalhadores de uma forma eficaz; é necessário que a classe operária se aproprie delas e se posicione como protagonista na luta contra as doenças, as incapacidades e as mortes no trabalho (ODDONE et al., 1986, p. 17)

Portanto, trata-se de um modelo que vislumbrou a possibilidade de combater as atrocidades da organização do trabalho capitalista a partir do protagonismo dos operários, abrindo o caminho para uma perspectiva crítica e revolucionária sobre a saúde do trabalhador.

3.2. EXPERIÊNCIA DAS LUTAS POR SAÚDE NA ITÁLIA: O MODELO OPERÁRIO ITALIANO.

Havia uma longa tradição de lutas dos trabalhadores na Itália desde o início do século XX. Importantes combates foram travados anterior e durante a primeira guerra mundial. Em 1917, os trabalhadores realizaram uma insurreição em Turim, principal centro fabril do país, com duração de cinco dias e que chega ao fim com a derrota dos trabalhadores (TOGLIATTI, 1950). Quando a primeira guerra mundial se encerra, a Itália, mesmo estando do lado dos vencedores, sai com grandes perdas, a situação econômica e política do país estava desgastada e não contava com os benefícios dos acordos do fim da guerra.

Várias greves e mobilizações ocorrem no período pós-primeira guerra, tendo à frente em muitos momentos as comissões de fábrica surgidas no período anterior que aglutinavam trabalhadores associados ou não aos partidos e sindicatos (PAIVA e VASCONCELLOS, 2011). Em novembro de 1919 ocorre em Turim uma assembleia dos comitês executivos dos conselhos de fábrica que representavam mais de trinta mil

operários. No ano seguinte, os operários metalúrgicos iniciaram uma greve envolvendo cinquenta mil trabalhadores que durou quase um mês. É importante ressaltar que o movimento operário e os revolucionários italianos foram fortemente influenciados pela revolução russa de 1917, tanto que no período de setembro a novembro de 1920 ocorrem várias greves, ocupações de fábricas e lutas abertas. Sobre esse período, Dias relata que:

Os operários tomam todas as fábricas metal-mecânicas, passando assim à ofensiva. A ocupação das fábricas é uma tática nova na luta de classe (...) são ocupadas seis fábricas de automóveis, seis de borrachas e afins, uma de aviões, nove de carrocerias, 24 de confecções e calçados e 81 mecânicas e fundições, sete de fornecimentos militares. Total de 134 empresas ocupadas (...). Entre empresas ocupadas, geridas e controladas pelos operários, em Turim e região, estão 291 empresas (DIAS, 2000, p. 268).

Os trabalhadores foram derrotados por não conseguirem expandir o movimento para além da região de Turim. Estes eventos ficaram conhecidos como o Biênio Vermelho (DIAS, 2000) e foram importantes para consolidar as tradições de luta da classe trabalhadora italiana. Durante o mesmo período surge o Partido Comunista Italiano – PCI.

Com a crise do entre guerras, o fascismo se dissemina em vários países, inclusive, na Itália, tendo à frente Benito Mussolini e sua organização paramilitar que chega ao poder nomeado pelo rei da Itália e apoiado pela grande burguesia italiana (HOBSBAWM, 2008). A classe trabalhadora foi duramente reprimida durante o fascismo e suas organizações perseguidas. Entretanto, fortes mobilizações ocorreram, como a greve dos trabalhadores da *Fabbrica Italiana Automobili Torino* (FIAT), em Mirafiori, em 5 de março de 1943 (BRODER, 2018), que serviu de base para a construção do movimento de resistência italiana. Lucio Magri, importante dirigente comunista, relata que:

Desde os primeiros meses de 1944, o movimento de resistência conseguiu unir os partidos antifascistas em comitês de libertação como órgão de direção reconhecida. E, sobretudo, promoveu, mediante reivindicações econômicas elementares nos grandes centros do norte, greves de operários que mesmo não tendo vínculos com a ação partidária (mas cada vez mais politizados) apoiavam a resistência italiana, também como resposta à indiscriminada repressão fascista e o alistamento compulsório, e conseguiu influenciar amplo setores da opinião pública (MAGRI, 2014, p. 60).

Após a Segunda Guerra Mundial, período em que o país se reerguia da derrota sofrida, houve um crescimento do número de trabalhadores nas indústrias de aproximadamente 2,4 milhões. Este aumento se deu através da migração de trabalhadores das atividades agrícolas e do sul empobrecido. Havia uma concentração do trabalho nos grandes centros fabris do norte do país, nos anos de 1950 e 1960, período em que se disseminou o modelo Fordista/Taylorista de organização da produção capitalista (LAURELL, 1984).

Berlinguer (1983), na obra, *Saúde nas Fábricas*, relata que após a reconstrução e a mudança política e econômica dada pela consolidação da Democracia Cristã no governo, o número de acidentes de trabalho na indústria e na agricultura cresceu consideravelmente. “Atinge e supera um milhão de casos anuais em 1954 e um milhão e meio em 1961, para estabilizar-se, então, com leves oscilações em torno deste número. Mesmo o número de casos mortais, para os quais temos uma série histórica mais limitada, tende a estabilizar-se ao redor dos 5.000 anuais” (BERLINGUER, 1983, p. 28).

Registra-se que os acidentes de trabalho que constam nas estatísticas oficiais são apenas uma parte dos que realmente aconteciam, escaparam das estatísticas uma série de acidentes que não foram relatados como “(...) os fenômenos de desgaste precoce, a maior frequência das doenças comuns, a morte prematura em consequência de tarefas patogênicas, que, embora estatisticamente calculáveis, não são consideradas, sobretudo na Itália” (BERLINGUER, 1983, p. 27). Entre 1953 e 1962 os acidentes na indústria aumentaram 80%, em 1964 contabilizou-se 1 acidente a cada 20 segundos (PAIVA, 2012). Também aumentaram as doenças relacionadas ao trabalho que, entre 1960 e 1968 cresceram 113% (LAURELL, 1984). Berlinguer (1983) observou que o exacerbado índice de acidentes de trabalho e doenças profissionais na Itália se dava por várias razões, destacando o problema do desemprego em massa e da tecnologia atrasada em relação a outros países capitalistas.

Os trabalhadores estavam submetidos ao “arbítrio patronal e da tendência espontânea e inevitável do trabalhador comum de procurar obter de qualquer modo um pequeno ganho suplementar, quase sempre para as necessidades básicas” (BERLINGUER, 1983, p. 16). Entretanto, mesmo em condições tão adversas, a experiência histórica dos trabalhadores italianos em lutas sindicais fez com que fosse possível o surgimento de um movimento organizado que contestava a relação entre trabalho e adoecimento, como afirma Oddone, ao dizer que “a classe operária contrapõe

à tendência patronal uma alternativa: um ambiente de trabalho no qual não só esteja ausente qualquer fator nocivo, mas onde também sejam satisfeitas as exigências do homem” (ODDONE et al., 1986, p. 28).

Segundo Berlinguer (1983), é necessário que haja uma regulamentação coletiva, um movimento organizado pela classe trabalhadora que pense sobre o ambiente de trabalho e seus riscos. Do mesmo modo, reconhecer que a degradação expressada na fábrica atinge toda a vida cotidiana na sociedade capitalista.

A subtração de anos de vida, a alteração do intercambio homem-natureza, a degradação corporal que se verificam no trabalho industrial não são *fenômenos particulares da fábrica capitalista*; são hoje *fenômenos gerais da sociedade capitalista*, que têm nas fábricas origem, máxima frequência e maior intensidade, mas que se refletem de maneira crescente em todos os homens e também na totalidade da biosfera (BERLINGUER, 1983, p. 17).

Neste contexto, a partir dos anos de 1950, os sindicatos e os partidos políticos intensificam os debates acerca da saúde nas fábricas. As mudanças organizacionais do processo produtivo precisavam ser conhecidas pelos próprios trabalhadores para que orientassem suas lutas. Surgem, assim, as lutas que dariam origem ao Modelo Operário Italiano - MOI. De acordo com Laurell,

Es durante estos años que se va desarrollando una línea de teorización y verificación empírica del carácter social e histórico de la enfermedad, que se expresa por ejemplo en los trabajos de Berlinguer y Maccacaro y durante el congreso "La medicina y la sociedad contemporánea" organizado por el Instituto Gramsci, en 1967. Se abre, pues, una vertiente de reflexión basada en el marxismo sobre la patogenicidad de la sociedad capitalista y su organización del trabajo (LAURELL, 1984, p. 8).

A classe trabalhadora italiana se reorganizou e retomou suas lutas, tendo como característica central a mobilização no interior das fábricas, dando início, segundo Laurell a “planteamientos de unidad de clase y democracia de base como fundamentales en una política obrera ofensiva por una parte, y de la lucha contra la organización capitalista del trabajo, por la otra” (LAURELL, 1984, p. 7) e o retorno ao campo teórico marxista na análise sobre o processo de produção e suas consequências objetivas e subjetivas para os trabalhadores. Segundo Berlinguer “(...) foi redescoberta a distinção

marxista entre venda da força de trabalho e venda da saúde” (BERLINGUER, 1983, p. 23). Laurell ainda ressalta que,

Cabe recordar de nuevo que los estudios de la salud en la fábrica no surgen ni encuentran su metodología espontáneamente, sino de la confluencia entre la necesidad de las masas de sustanciar la lucha contra la organización del trabajo imperante y una propuesta teóricometodológica que permita implementar su solución (LAURELL, 1984, p. 30).

A origem do MOI se dá a partir do trabalho realizado pela comissão médica da câmara do trabalho de Turim, que, em 1964, passa a se chamar Centro de Luta Contra a Nocividade do Trabalho, contando com a participação de operários, estudantes, sindicalistas, políticos, militantes e profissionais da saúde que expressavam o desacordo quanto a organização da medicina nas empresas e na sociedade italiana. As lutas dos trabalhadores em relação à saúde nas fábricas produziram, segundo Berlinguer, dois resultados “constatação de falência dos instrumentos de proteção da saúde até aí existentes; nascimento (mas ainda não consolidação) de novos poderes dos trabalhadores, da coletividade, do Estado democrático (BERLINGUER, 1983, p. 18).

Assim, os trabalhos desenvolvidos em torno da questão da saúde nas fábricas ocorreram após anos de pesquisas realizadas pelos trabalhadores e técnicos da 5ª seção da FIAT, em Mirafiori, mesma FIAT que foi palco de várias mobilizações operárias. Estes trabalhos tiveram a coordenação do médico, psicólogo e militante do PCI, Ivar Oddone, que foi combatente na Resistência italiana. Além de Oddone, é mister destacar outros militantes que contribuíram com o processo de construção do MOI, como o sindicalista Gastoni Marri e o médico do trabalho e parlamentar do PCI, Giovanni Berlinguer¹³ (LAURELL, 1964; PAIVA, 2011).

Este modelo se formou após os embates promovidos pelos trabalhadores contra a organização capitalista do trabalho, ao final dos anos de 1960. A partir desse momento, os trabalhadores se tornaram pesquisadores das suas próprias condições de trabalho e saúde, investigando seus locais de trabalho, formulando e sistematizando as ações a serem reivindicadas em suas lutas, tornando-se protagonistas deste processo. Os trabalhadores tornam-se, no plano científico, sujeito, não mais apenas objeto de

¹³ Sobre a vida e obra desse intelectual italiano, em particular o legado que deixou, especialmente, nos campos da medicina social e da saúde pública, consultar: GARRAFA, Volnei; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Giovanni Berlinguer – entre o cotidiano e as fronteiras da vida humana. In: Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 39, n. 107, p. 912-919, out-dez, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2015.v39n107/912-919/pt>. Acesso em 21 jul de 2019.

investigação. Unifica-se a relação trabalho e ciência, pois “sem a classe operária como protagonista, a socialização das descobertas fica sendo um fato marginal, não se tornando base de ação vital, elemento de coordenação, de ordem intelectual e moral e fonte de transformação do mundo” (ODDONE et al., 1986, p. 18). Também Laurell, ao analisar a experiência do MOI, reafirma que neste período,

(...) empiezan a darse experiencias concretas de estudios en las fábricas con participación obrera como base para la formulación de la plataforma reivindicativa de salud. De estas experiencias surgen varios planteamientos respecto a la subjetividad obrera colectiva como elemento central para la exploración de la nocividad del centro de trabajo, respecto a la necesidad de una transformación de la relación entre profesionistas y obreros y de la construcción de un lenguaje común entre ellos y, finalmente, respecto a la elaboración de un método de conocimiento-acción que sustanciara e hiciera creíble la posibilidad de cambiar las condiciones nocivas del trabajo para poder pasar de la monetarización de los riesgos laborales a la lucha por su eliminación. Es justamente de estas reflexiones que surge el "Modelo Obrero", difundido en 1969 (LAURELL, 1974, p. 08).

As mobilizações operárias em torno do tema saúde e trabalho resultaram na elaboração de pareceres técnicos e científicos sobre a condição de trabalho nas fabricas. Traçou-se um método de conhecimento voltado para a ação, visando a transformação e propondo práticas associadas à teoria. O primeiro elemento deste modelo corresponde à classificação dos riscos do ambiente de trabalho em quatro grupos (ODDONE et al., 1986).

Assim, o primeiro grupo correspondia aos fatores de riscos que estão presentes no ambiente, dentro e fora da fábrica, como temperatura, ruído, humidade, iluminação e ventilação. O segundo, portanto, são os fatores de risco característicos da fábrica, como pó, gases, vapores e fumaça, como poeiras de sílica e de amianto, vapores de benzeno e gás de sulfeto de carbono. As indústrias modernas usam cada vez mais produtos químicos sintéticos nocivos à saúde. Cada vez mais é imperiosa a fiscalização e investigação do uso dessas substâncias no processo produtivo.

Destaque para o terceiro grupo, que está relacionado a fadiga derivada do esforço físico “(...) em termos gerais, é sempre contemporaneamente física e mental, porque a concentração mental e a tensão emocional acompanham sempre o esforço físico prolongado e a fadiga neural e mental tem sempre a consequência sobre o rendimento muscular” (ODDONE et al., 1986, p. 23). O limite entre a fadiga e o adoecimento é tênue, pois a fadiga, em certos aspectos, pode ser solucionada com

repouso, no entanto, se excessiva pode não ser recuperada com o descanso, tornando-se patológica. Esta pode estar relacionada a uma situação que ultrapassa as capacidades do indivíduo, o expondo a um trabalho inadequado ao organismo humano.

Por fim, fazem parte do quarto grupo os demais fatores que causam cansaço, como ritmos excessivos, monotonia, repetitividade, posições desagradáveis, ansiedade e responsabilidade. Estes são resultado das modificações do processo produtivo advindas da organização científica do trabalho. O tempo, o ritmo, os movimentos são predeterminados e impostos aos trabalhadores, que assim perdem a autonomia em seu trabalho. Esta organização do trabalho “(...) exclui a participação consciente do trabalhador como provoca também uma fadiga dificilmente recuperável, não atribuível a uma causa de origem física, mas de origem psíquica” (ODDONE et al., 1986, p. 24). Esta fadiga é chamada pelos pesquisadores de “fadiga industrial”, diferenciando-a da fadiga física apresentada no grupo anterior, pois impacta a saúde psicofísica dos trabalhadores.

Cabe salientar que essas marcas do processo de trabalho são caracterizadas como efeitos estressantes da organização do trabalho própria do taylorismo. Desta forma, reforçando, a fadiga psicofísica e o estresse “(...) não devem superar o limite representado pela possibilidade do homem de viver uma vida social completa dentro e fora da fábrica, no contexto temporal das vinte e quatro horas, da semana, do ano e da vida inteira” (ODDONE et al., 1986, p. 24). Há neste grupo uma tendência de crescimento à medida em que as formas de organização científica do trabalho vão se desenvolvendo. Laurell (1984) enfatiza que, com a exceção do último grupo, os outros não se diferenciam do que já havia sido investigado pela medicina dominante.

Organizar os fatores desta forma permitiu criar uma linguagem comum entre os trabalhadores e profissionais de saúde, levando em conta tanto o saber científico (médico, ergonômico e psicológico) quanto a experiência dos trabalhadores, constituindo assim o segundo elemento do modelo (LAURELL, 1984). Os trabalhadores tornaram-se protagonistas da investigação das suas próprias condições de trabalho, desencadeando intensos debates que culminaram na formulação de um inquérito nas fábricas, organizado pelo PCI, em 1967, na IV Conferência Nacional dos Comunistas das Fábricas. Berlinguer descreve o inquérito debatido nesta Conferência, destacando que,

Esta interessou 366 setores e empresas da indústria italiana e procurou registrar, através da viva voz dos trabalhadores interessados, os julgamentos, as opiniões, as avaliações sobre as condições de saúde e de segurança existentes nos respectivos locais de trabalho. Portanto, estes julgamentos e apreciações tem certamente um caráter partidário, mas são significativos e certamente também representativos de um esforço de objetividade (BERLINGUER, 1983, p. 77).

Os inquéritos foram realizados a partir de colóquios com os trabalhadores, organizados em questionários, contendo perguntas fechadas e abertas sobre as condições de trabalho; fatores de insalubridade (climáticos e tecnológicos); aspectos do trabalho que causam fadiga física relacionada ao esforço do trabalho e fadiga psicofísica relacionada aos ritmos, horários, repetição etc; doenças e acidentes que podem ocorrer no ambiente de trabalho; por fim, a relação dos trabalhadores com os organismos presentes no local de trabalho, como aqueles oficialmente responsáveis pela saúde e segurança, organismos eletivos representativos dos trabalhadores. Também estava presente no questionário a avaliação sobre a contribuição do PCI para a organização dos operários e a consciência sobre a sua condição nas fábricas e na sociedade (BERLINGUER, 1983).

A investigação se organizou a partir de alguns princípios. Era necessário organizar grupos de trabalhadores submetidos às mesmas condições de trabalho e que assim poderiam observar de forma coletiva quais são os fatores de risco a saúde presentes no ambiente de trabalho que atingem ao grupo e não apenas aos operários isoladamente. São chamados de grupo homogêneo, ou seja, este grupo deveria representar o centro da investigação. Desta forma, caberia aos sindicatos o papel de sempre interagir e consultar o grupo de trabalhadores para organizar as mobilizações e ações investigativas sobre a nocividade dos locais de trabalho. Diante desse grupo foi importante a não delegação, que significa que são os grupos operários e não os patrões que investigariam os efeitos do trabalho e são os trabalhadores que se colocam como os responsáveis pela organização das ações que buscassem eliminar os problemas detectados por eles.

Portanto, o princípio de não delegar implicava também em uma mudança na relação dos sindicatos e técnicos da saúde com os trabalhadores, prevalecendo a opinião do grupo engajado no processo produtivo sobre as informações obtidas nas investigações realizadas no interior das fábricas. Os técnicos e sindicatos incrementaram as formulações dos grupos operários com seu conhecimento técnico e sindical. Assim,

foi através das observações e investigações consensualizadas do grupo operário em seu dia a dia de trabalho e de suas experiências que se organizaram o inquérito e o validavam, este é o princípio da validação consensual (ODDONE et al., 1986; LAURELL, 1984; BERLINGUER, 1983; BELLI, 2001). Estes princípios, segundo Oddone, foram sintetizados da seguinte forma,

A validação consensual e o não delegar não se realizam espontaneamente; somente se estes representam um preciso e firme objetivo da ação sindical, poderão se tornar uma realidade. Dentro da fábrica o sindicato deve identificar os grupos operários homogêneos, fornecer os modelos de análise da realidade ambiental, estruturar de acordo com este modelo as informações recolhidas pelo grupo em termos de observação espontânea, utilizar o instrumento dos questionários, verificar, através da validação consensual, as situações de nocividade, definidas como fundamentais pelos grupo, procurar com o grupo as soluções, construir na contestação e negociação um sistema de controle permanente (ODDONE et al., 1986, p. 56).

Este trabalho teve como um dos principais resultados a elaboração do mapa de risco, que representa graficamente o ambiente de trabalho, servindo como base para as lutas e demandas dos trabalhadores. O mapa de risco passou a fazer parte da legislação de vários países no mundo, inclusive o Brasil, sendo um importante instrumento de avaliação dos próprios trabalhadores sobre os impactos do processo de trabalho na sua saúde. Visualizar e reconhecer os danos e riscos dos locais de trabalho instiga o processo de consciência e luta para modificar e eliminar estas condições (ALONSO, 2007). Neste contexto, os trabalhadores podem colocar “(...) en práctica la demanda. Por ejemplo, cuando la demanda es bajar el ritmo de la cadena, se pone en práctica dejando pasar cada segunda o tercera pieza sin trabajarla, cambiando de hecho el ritmo de trabajo” (LAURELL, 1984, p.11).

Os embates travados pelos trabalhadores italianos em torno da saúde no local de trabalho tiveram seu auge no período de 1968-69, período chamado de “outono quente”. Destas lutas vale destacar algumas das conquistas para a criação de novos institutos de proteção e do *Estatuto dos Trabalhadores*. As categorias conquistaram nos contratos coletivos de trabalho a redução, em alguns casos, até a eliminação da monetização do risco. A condição de trabalho passou a ser discutida pelos trabalhadores e estes passaram a ter poder de intervenção sobre o ambiente de trabalho e seu impacto na sua saúde física e mental, buscando eliminar os fatores de risco ou, quando não fosse possível, a diminuição da exposição. Também foram debatidos os níveis máximos de

exposição aos gases, vapores, pós nocivos, produtos químicos, etc., e elaborado uma tabela de controle chamada de MAC (concentrações máximas admissíveis)¹⁴.

Em 1970 é promulgada a Lei nº 300¹⁵, o Estatuto dos Trabalhadores, que entre as garantias, destaca-se o artigo 5º, que impedia a negociação monetária sobre a saúde do trabalhador e a inspeção dos acidentes e do absenteísmo passou a ser realizada pelos serviços públicos competentes. Já no artigo 9º, os trabalhadores, através de seus representantes, poderiam controlar a implementação de normas que visam prevenir acidentes e adoecimentos decorrentes do trabalho e investigar, propor e criar normas para a proteção à saúde. Uma das marcas do estatuto é a eliminação do exame de controle feito pelos médicos ligados a empresa, que normalmente eram coagidos a agir contra os trabalhadores.

Dentre as consequências da introdução do referido Estatuto podemos destacar o reflexo desse movimento nos juristas e médicos quanto ao conceito de saúde do trabalhador, provocando mudanças nas formas conservadoras de tratar o tema e dando abertura para modificações e aprimoramentos da lei. A saúde do trabalhador ultrapassou também os limites das fábricas, abarcando a moradia, transporte, alimentação, educação, etc. Unificando a relação homem e ambiente. Há uma retomada do artigo de N. 32 da Constituição italiana que “protege a saúde como direito fundamental do indivíduo e interesse da coletividade” (BERLINGUER, 1983, p. 22). Todo o esforço do movimento operário repercutiu em várias ações do Estado e na consciência dos trabalhadores, técnicos em saúde, e sindicalistas. Entretanto, Berlinguer adverte:

Ideias avançadas e condições atrasadas. Cinco anos de lutas, experiências, conquistas sindicais e legislativas, e a saúde nas fábricas melhorou muito pouco. Este inquérito termina com o testemunho de um operário da indústria de calçados Rangoni, de Florença, uma das primeiras empresas onde a intoxicação por benzeno foi colocada sob acusação e sustada: “se os comunistas ficassem calados, a fila dos mortos seria maior e os vivos estariam pior”. Desde então, outro falaram, gritaram, obtiveram resultado; em muitas fábricas hoje se trabalha com mais segurança. Mas a fila dos mortos é ainda grande, talvez até demais. Um certo desconforto, uma ânsia de compreender, uma avalanche de interrogações nasce desta contradição. A política econômica do país, a responsabilidade das classes dominantes, a atitude do Estado, a função da medicina, mas também as tendências do movimento operário: onde está a culpa? (BERLINGUER, 1983, p. 26).

¹⁴ MAC – Maximum Allowable Concentrations.

¹⁵ Destaque que em 13 de maio 1978 foi aprovada na Itália a chamada "Lei 180", ou "Lei da Reforma Psiquiátrica Italiana", também conhecida popularmente como "Lei Basaglia", que aboliu os manicômios do País por serviços substitutivos de base comunitária e territorial para uma nova lógica de cuidado em saúde mental, não mais pela internação permanente.

A história do movimento operário italiano e a formulação de um modelo voltado para a questão da saúde nas fábricas deixou marcas profundas na luta de classes italiana e repercutiu em diversos países como um direcionamento teórico e político. Embora o MOI tenha sido uma experiência avançada e com grandes pretensões de transformação social no âmbito da saúde, acumulou-se no interior desse movimento várias contradições. Laurell (1984), ao analisar o MOI, aponta alguns dos problemas decorrentes dessas contradições.

No âmbito da produção do conhecimento é válida a observação e experiência do operário em seu local de trabalho, no entanto, Laurell (1984) destaca que estas são incapazes de revelar a essência da realidade dos impactos na vida e na saúde que o modo capitalista de produção pode gerar. Uma construção teórica, sistematizada e ampliada ao conjunto dos elementos da realidade social deve ser incorporada nas estratégias de luta. Esta construção deve ser capaz de ir além das experiências e das condições concretas que a geraram. Caso não consiga, o processo se limitará a condições particulares, não avançando para uma luta transformadora.

Portanto, a autora identifica dois pressupostos no MOI que indicam as suas fragilidades. O primeiro é o conceito de que a experiência do grupo homogêneo é imediatamente uma experiência do conjunto da classe trabalhadora. O segundo é de que “(...) lo vivido es lo real, que la experiencia obrera es inmediatamente reveladora de la esencia de la realidad; es un empirismo que de nuevo elimina la teoría como un momento necesario en el proceso de generación de conocimiento” (LAURELL, 1984, p.33).

A partir destes pressupostos surgem dois problemas. O primeiro é que a particularização do conhecimento produzido pelo modelo limita as formulações mais gerais dos fatores de adoecimento, conseqüentemente, não supera a ciência médica vigente, pois ao mesmo tempo que estimula uma análise crítica sobre o ambiente de trabalho, acaba se prendendo aos padrões já existentes. O segundo problema é que ao mudar a realidade fabril, o conhecimento particular do grupo homogêneo se perde, o que “(...) se hace especialmente visible en la fase de reestructuración tecnológica y de reorganización del trabajo” (LAURELL, 1984, p. 35).

Os sindicatos, neste contexto, não superaram no interior do movimento a lógica reivindicativa e de negociação, limitando-se a elas. Ao se restringir suas mobilizações ao ambiente e fatores de risco o movimento acabou se reduzindo ao que já existia, sem conseguir fazer uma crítica geral a organização do trabalho capitalista, perdendo seu

ímpeto revolucionário e deixando passar um momento histórico favorável a luta dos trabalhadores. Além disso, com a prevalência de acordos mais abrangentes, envolvendo instituições representativas, perde-se o engajamento e a tomada de decisões pelos trabalhadores no interior das fábricas.

Frente aos avanços do movimento operário italiano o capital responde com as mudanças no processo produtivo. As organizações patronais elaboraram novas estratégias, aproveitando-se de elementos como a crise dos anos de 1970 para cercar os avanços obtidos pelos trabalhadores nos anos anteriores. Laurell conclui que “la razón de esta nueva división del trabajo espacial es lograr unidades productivas donde el poder sindical es débil, lo que permite, por una parte, volver letra muerta partes del contrato colectivo de rama y, por la otra, sofocar la conflictividad laboral” (LAURELL, 1984, p. 20). Assim, as ações patronais enfraqueceram um dos principais elementos do MOI, os grupos homogêneos e a experiência que estes acumularam sobre os locais de trabalho, “(...) no deja de ser significativo que los planteamientos del capital vengan a reconfirmar la "centralidad de la fábrica": que para mandar en la sociedad es preciso mandar en la fábrica” (LAURELL, 1984, p. 20).

Sem dúvida, o caminho percorrido pelos operários em luta na Itália pelas mudanças no ambiente de trabalho continha muitos obstáculos e contradições que impediram de alcançar plenamente seus objetivos. Como já foi assinalado, o MOI se construiu possuindo limitações advindas da sua própria metodologia e sofreu duros ataques do patronato. Na década de 1980, os capitalistas passaram para ofensiva, resultando em demissões e dispersão dos trabalhadores fabris. Somente na FIAT foram demitidos 23 mil trabalhadores no ano de 1980 e 13 mil na Alfa Romeo no ano seguinte. Na primeira o conflito assumiu especial importância, pois marca uma ruptura entre as direções sindicais e os trabalhadores em luta (LAURELL, 1984).

Assim, aos poucos, o MOI foi se reduzindo a apenas às pesquisas específicas, como risco em determinadas indústrias ou o uso de substâncias nocivas. A sua metodologia paulatinamente vai sendo abandonada ainda que se mantivesse a utilização da experiência operária a respeito dos locais de trabalho. Laurell (1984) aponta que, ainda que seja difícil mensurar o número de estudos conduzidos a partir do modelo, há uma queda acentuada de pesquisas sobre saúde relacionada ao trabalho após o ano de 1980. Por fim Laurell (1984) conclui que:

Justo en el momento cuando las fuerzas del capital y el trabajo se confrontan respecto al control sobre el proceso de producción con proyectos globales claramente distintos, las iniciativas de lucha por la salud se desarrollan por una vía que pone en el centro, el ambiente de trabajo en un sentido restringido y no la organización capitalista del trabajo, que era su punto de partida (LAURELL, 1984, p.23).

A confluência de fatores que levaram o MOI ao declínio e a perder suas potencialidades de luta transformadora o impediram de avançar em uma perspectiva totalizante da situação da classe trabalhadora, mas não anularam a experiência acumulada pelos operários.

3.3. CLÍNICA DA ATIVIDADE: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

A luta dos trabalhadores e suas contribuições para o debate da saúde no ambiente de trabalho serviram de base para se pensar em diversos campos da saúde na sociedade. Muitos autores se inspiraram nas experiências dos trabalhadores, como o MOI. Yves Clot, filósofo e psicólogo francês, analisou, a partir de uma perspectiva social crítica, a saúde mental dos trabalhadores. O autor resgata neste campo de análise pensadores como Le Guillant, Ivar Oddone, Vigotski e Bakhtin, todos se situam em um terreno marxista de análise. Embora não encontrarmos abertamente a posição política de Yves Clot, suas principais referências apontam um caminho contestatório à produção capitalista. Clot transforma a psicologia do trabalho em psicologia dos trabalhadores, tendo como pressuposto de análise as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista e os trabalhadores como protagonistas no campo da saúde mental do ambiente de trabalho. Segundo Clot:

A abordagem da atividade de trabalho aqui sustentada assume deliberadamente a filiação à escola russa de psicologia fundada por Vygotsky. Seu objeto é antes a atividade como tal do que o desenvolvimento das atividades do sujeito e os empecilhos a essas atividades. Na perspectiva histórico-psicológica que adotamos, o desenvolvimento de um sujeito não é, além disso, uma corrida rumo a uma meta conhecida de antemão. Seu modelo não é embriológico, pois o desenvolvimento só é unidirecional e predeterminado fora das situações reais. O real se encarrega de transformar o desenvolvimento esperado em história não realizada. Eis o motivo por que, neste livro, retomando uma trajetória já exposta em outro lugar (Clot, 1999a), sempre entendemos por desenvolvimento a história do desenvolvimento. Os

métodos que permitem familiarizar-se com esse objeto decorrem do que se chamará uma clínica da atividade (CLOT, 2006, p. 13).

A partir desses fundamentos, nasce o que o autor denominou como *clínica da atividade*. Suas obras proeminentes como, *Função psicológica do trabalho* e *Trabalho e poder de agir*, tratam da relação entre atividade e subjetividade. Iremos neste tópico abordar os conceitos e a proposta desenvolvidos por Clot na saúde mental relacionada ao trabalho.

Clot define atividade de trabalho como ação e obra simultaneamente, obra seria o ato de se produzir coisas duráveis e ação são os impactos gerados no sujeito durante o processo de trabalho. Sendo estes subjetivos, indissociáveis do sujeito, comuns aos sujeitos e geradores de uma narrativa. Segundo o autor, “as atividades de trabalho não são para nós governadas pela pura necessidade de subsistência, produzindo coisas efêmeras destinadas a ser destruídas pelo consumo. Elas não são um “eterno retorno” no qual desaparece o sujeito singular, descartável e mudo” (CLOT, 2006, p. 200).

Sendo assim, os seres humanos historicamente fabricam seu mundo. A atividade que produz e reproduz a vida é uma atividade social mediada pela cultura em cada período. Esta relação social estabelecida cria objetos, procedimentos, normas e signos que são mutáveis, mas que constituem um patrimônio que deve ser transmitido (CLOT, 2006). O trabalho representa a atividade mais humana, é o meio de acessar o sistema de signos coletivos e normas sociais, a forma de transmitir e fabricar o mundo humano. Desta forma, a relação estabelecida entre o trabalho e os sujeitos possui uma função psicológica vital. Sendo assim,

A função psicológica do trabalho residiria ao mesmo tempo no patrimônio que ele fixa e na atividade (conjunta e dividida) exigida pela conservação e pela renovação desse patrimônio. Sua função psicológica é uma função vital: simultaneamente atividade de conservação e de transmissão e atividade de invenção e de renovação. Cada um se vê por meio de suas próprias atividades no interior da divisão do trabalho simultaneamente como sujeito e como objeto dessa conservação e dessa invenção (CLOT, 2006, p. 80).

Neste sentido, no centro de suas formulações encontra-se a categoria atividade. O autor a define como a possibilidade de criar relações que vão além do indivíduo, relacionando-o as coisas e aos outros indivíduos. A atividade inclui o que foi executado e o que ainda não se executou, o que não foi executado é parte também da atividade, como o sonho (CLOT, 2006). A atividade é o ponto de partida da análise realizada por

Clot em seus estudos da psicologia do trabalho. O autor compreende que no desenvolvimento da atividade há elementos conflitantes. O meio em que se desenvolve a atividade possui história e memória impessoal, gerando uma relação social entre os sujeitos e também entre os sujeitos e o objeto de trabalho. Essa relação é definida pelo autor como gênero, sendo o corpo da atividade, que a regula e define os seus procedimentos, resultando em avaliações comuns e específicas de cada ambiente de trabalho. O gênero, portanto, é,

O sistema aberto das regras impessoais não escritas que definem, num meio dado, o uso dos objetos e o intercâmbio entre as pessoas; uma forma de rascunho social que esboça as relações dos homens entre si para agir sobre o mundo. Pode-se defini-lo como um sistema flexível de variantes normativas e de descrições que comportam vários cenários e um jogo de indeterminação que nos diz de que modo agem aqueles com quem trabalhamos, como agir ou deixar de agir em situações precisas; como bem realizar as transações entre colegas de trabalho requeridas pela vida em comum organizada em torno de objetivos de ação. Trata-se das regras de vida e de ofício destinadas a conseguir fazer o que há a fazer, maneiras de fazer na companhia dos outros, de sentir e de dizer, gestos possíveis e impossíveis dirigidos tanto aos outros como ao objeto. Trata-se por fim das ações que um meio nos convida a realizar e aquelas que ele designa como incongruentes ou fora de lugar; o sistema social das atividades reconhecidas ou interditas num meio profissional dado (CLOT, 2006, p. 50).

O autor enfatiza que o gênero se desenvolve nas relações estabelecidas entre os trabalhadores no processo de trabalho, mas vai além destes, se estruturando como um sistema simbólico independente das suas subjetividades, de forma que “(...) as atividades que analisamos em psicologia do trabalho são entidades sempre ‘ultrapassadas’ por uma dinâmica social dos ‘gêneros’ nos quais se realizam. Esses ‘gêneros’ são as formas ‘cristalizadas’ da divisão do trabalho. Eles vivem sob seu impulso” (CLOT, 2006, p. 82). O conceito de gênero é, portanto, fundamental na análise da clínica da atividade, pois através do gênero no trabalho pode-se observar os impactos do trabalho na subjetividade.

Estes impactos, portanto, se dão através de numerosos conflitos que “(...) constituem uma série de obstáculos que deixa os sujeitos diante de dilemas intransponíveis, fontes de sofrimentos desconhecidos ou negados. Esses conflitos se deslocam nas metamorfoses sociais do trabalho, mas não desaparecem” (CLOT, 2007, p. 13). Ao relacionar a subjetividade com a atividade, Clot a define como uma “atividade sobre a atividade. É a minha atividade ou a atividade do meu colega como objeto de pensamento” (CLOT, 2010, p.225). Partindo de Oddone, Clot pontua a

importância da interpretação dos trabalhadores em relação a sua atividade, conduzindo-os a uma reinterpretação, os trabalhadores como protagonistas e sujeitos da observação e interpretação do que se vivencia no ambiente de trabalho. Clot destaca que,

De modo que cuidar do trabalho é transformar a organização do trabalho. Essa é uma forma de abordagem de ação. Criar situações e encontrar técnicas nas quais se transformem os trabalhadores em sujeitos da situação, fazendo-os protagonistas da transformação. Eles é que são os autores da transformação e não os especialistas (CLOT, 2010, p. 222).

Portanto, o trabalho é visto como uma atividade dirigida. Esta é a realização do gênero na ação. O sujeito se apropria do gênero como meio de executar a tarefa imposta a ele. O gênero e a ação ocorrem simultaneamente, é o recurso dado ao trabalhador para reproduzir e repercutir o gênero que “(...) é sempre resposta à atividade dos outros, eco de outras atividades. Ocorre numa corrente de atividades de que constitui um elo” (CLOT, 2006, p. 97). Assim, a atividade envolve não apenas o sujeito e seu objeto, mas também os outros e suas atividades, criando uma unidade em que estão sempre presentes os três aspectos, tornando-os indissociáveis.

Clot (2003) busca uma nova maneira de fazer a psicologia do trabalho, mudando os seus protagonistas, assim como desenvolveu Ivar Oddone, ao tornar central a subjetividade dos trabalhadores na análise dos impactos do ambiente de trabalho na saúde. O autor assim descreve sua proposta de investigação,

Nem explicação externa dada pelo pesquisador, nem simples descrição do vivido pelo sujeito, a análise associa explicação e compreensão quando a mesma atividade é re-descrita num novo contexto. A “boa” descrição é a re-descricao. Realizada em colaboração entre o pesquisador e os trabalhadores envolvidos, ela fornece muitas vezes a explicação esperada (CLOT, 2006, p. 130-131).

A clínica da atividade reconceitua a observação praticada pelos analistas do trabalho junto aos trabalhadores. Neste sentido, não se opõe, mas se aproxima da ergonomia, mesmo sendo esta uma vertente de análise que surge com a ciência moderna nos estudos da adaptação do homem ao trabalho, utilizada pelo capital como método de “eliminar qualquer consumo da força-trabalho que não esteja voltado para a produtividade” (ODDONE et al, 1986, p. 27). Do mesmo modo, tendo como referência Le Guillant, reaproxima-se da psicopatologia do trabalho, onde a palavra é observada e

valorizada tornando-se dialógica. Palavra e agir estão interligados no sentido de transformação, conhecer para transformar. A clínica da atividade “(...) não é apenas para conhecer, mas é um dispositivo de ação e do conhecimento para a ação, para a transformação (...)” (CLOT, 2006, p. 102).

Na clínica da atividade, subjetividade e a atividade estão interligadas. A subjetividade, segundo o autor, é uma relação entre atividades “a subjetividade é uma atividade sobre a atividade. É minha atividade ou a atividade de meu colega de trabalho como objeto de pensamento” (CLOT, 2010, p. 225). A atividade não é apenas o que é observado, inclui o que não é realizado, o movimento suspenso ou impedido. O autor sinaliza que há a atividade realizada e o real da atividade. Este último abarca o primeiro, mas vai além dele.

Como podemos fazer na organização do trabalho, não para dizer o que seria necessário dizer para os trabalhadores, produzindo conhecimento sobre a sua atividade, mas como fazer para que os trabalhadores com quem nós trabalhamos, façam a demonstração no vivo, como diz Toquelles, que são capazes de transformar a situação (CLOT, 2010, p. 222).

Segundo a clínica da atividade, o sofrimento desenvolvido em torno do processo de trabalho ocorre pela amputação do poder de agir, o trabalhador é limitado em sua atividade e assim tem seu desenvolvimento impedido. O autor busca fornecer um aporte para que os próprios trabalhadores desenvolvam a sua interpretação sobre o ambiente de trabalho. Visa, portanto, estimular o trabalhador a retomar o poder sobre os acontecimentos vividos no trabalho e assim restaurar a normalidade no ambiente de trabalho.

A atividade exigida pelos padrões tayloristas de organização do trabalho faz com que os trabalhadores não apenas tenham que se esforçar para manter a cadência, mas também os obriga a suprimir qualquer outra atividade durante o trabalho que lhe permita autonomia. Esta autonomia proibida não aniquila completamente a atividade pessoal do trabalhador, ela se transforma e retorna ao trabalhador como ação alienada ou deslocada, que se expressa em fadiga e esgotamento. Este esforço padronizado condena o trabalhador a repetição infinita de sua atividade resultando em uma grande tensão “(...) que não pode ser gasta em movimentos, que quebra a máquina humana. A calibragem do gesto, ao mesmo tempo prescrita e interdita, é uma amputação do movimento. É ela que custa mais ao trabalhador” (CLOT, 2006, p. 07).

Em outra passagem, portanto, Clot (2003) pontua que o que os métodos tayloristas exigem do trabalhador não é que ele faça muito, mas que execute somente uma tarefa, o que é muito pouco, uma vez que a atividade envolve, como já foi apontado, não somente o que é executado, mas também aquilo que não o é. O desgaste resultante dessa redução é, por sua vez, fonte de novos conflitos.

A inserção do toyotismo na organização do trabalho acrescentou novos desgastes aos trabalhadores, sem eliminar as contradições advindas do modelo taylorista. O novo modelo passa a exigir do trabalhador maior flexibilidade e iniciativa. Segundo o autor, “(...) trata-se de uma mobilização integral da pessoa que é exigida para que ela se encarregue de conciliar o inconciliável: regularidade, velocidade, qualidade, segurança” (CLOT, 2006, p. 16). Estabelecem-se novos conflitos no interior do processo de trabalho, que precisam ser investigados com maior profundidade pelos pesquisadores da saúde mental relacionada ao trabalho. A amputação do gesto pela prescrição das atividades se mantém, mas agora se relaciona com uma constante mobilização da subjetividade do trabalhador para atender aos novos requisitos da produção enxuta, impondo a ele novas exigências que antes pertenciam às gerências. Conclui Clot que “aí onde era proibida a iniciativa, ela é obrigatória sob a forma de uma solicitação sistemática da mobilização pessoal e coletiva. A prescrição da atividade se transforma em prescrição da subjetividade” (CLOT, 2006, p. 15).

As novas formas de organização do processo produtivo intensificam os sentimentos de impotência, ressentimento, melancolia e medo, pois passa-se a exigir que o trabalhador assuma responsabilidades que não se traduzem em uma responsabilidade efetiva sobre o processo de produção, uma vez que a direção e controle permanecem na mão dos dirigentes das empresas. A necessidade de uma disponibilidade cada vez maior associa-se a uma crescente precariedade e incerteza no ambiente de trabalho, demandando ainda mais daqueles que trabalham (CLOT, 2006).

Partindo desses pressupostos Clot (2003) define a análise psicológica do trabalho como um método que deverá envolver grupos e sujeitos em uma determinada situação buscando compreender as respostas dadas pelos trabalhadores para os problemas que enfrentam, sejam elas superficiais, de senso comum ou espontâneas. Desta forma, o autor divide em três fases a sua análise. A primeira se refere à observação dos pesquisadores das situações e do ambiente, a fim de contribuir na observação e questões levantadas pelos próprios trabalhadores. A segunda fase requer a elaboração de gravações em vídeo das situações de trabalho, como meio de observação.

Esta fase utiliza métodos do MOI como a autoconfrontação que envolve o trabalhador, o pesquisador e as imagens e a autoconfrontação cruzada que envolve mais trabalhadores. Inicia-se um diálogo entre os diferentes trabalhadores sobre a mesma situação. A terceira fase retorna ao coletivo de trabalhadores e pesquisadores a pesquisa realizada nas fases anteriores com o intuito de revisar e co-analisar a investigação e assim “estabelece-se um ciclo entre aquilo que os trabalhadores fazem, aquilo que eles dizem daquilo que eles fazem e, por fim, aquilo que eles fazem daquilo que eles dizem” (CLOT, 2006, p. 136).

A clínica da atividade contribui para os estudos no campo da saúde mental relacionada ao trabalho com uma proposta de intervenção e análise baseada no modo como as atividades de trabalho se desenvolvem no meio. Os trabalhadores são inseridos como co-autores da análise sobre o ambiente de trabalho, uma vez que são eles os principais interessados em transformar as condições de trabalho que causam o seu adoecimento físico e mental.

O presente capítulo apresentou um esforço de síntese sobre o tema saúde mental e trabalho a partir de autores que resgatam o movimento de luta dos trabalhadores por melhores condições de saúde no ambiente de trabalho. Partindo da experiência do MOI como forte exemplo de como os trabalhadores podem formular e direcionar as mudanças nos fatores que causam adoecimento no processo produtivo, buscamos relatar as formulações e o histórico deste processo. Procuramos ressaltar autores como Asa Laurell, que contribuiu com análises sobre a saúde na sociedade tendo como base o processo de produção capitalista e a luta de classe. Por fim, no campo especificamente da saúde mental relacionada ao trabalho, destacamos as contribuições de Yves Clot. O autor desenvolve a clínica da atividade, uma nova psicologia do trabalho, inspirada principalmente no MOI, inserindo os trabalhadores como protagonistas da investigação e transformação do ambiente de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o capitalismo se estrutura sobre a extração de mais valia, a partir da relação entre capital e trabalho, na qual os detentores dos meios de produção se apropriam privadamente da riqueza gerada socialmente, criando uma situação em que ao mesmo tempo em que a riqueza cresce, como uma enorme acumulação de mercadorias, também aumenta a miséria daqueles que a produzem (MARX, 2008). Este é o fundamento do modo de produção, que permanece em todas as suas transformações. Portanto, o consumo da força do trabalho, no processo produtivo, é necessário a manutenção desta sociedade. No entanto, tal consumo se dá sobre diferentes formas no interior da produção, resultando em diferentes formas de organização do trabalho.

De forma sucinta, examinamos as principais transformações ocorridas no interior da produção capitalista, nos detendo, principalmente, no chamado modelo fordista e no modelo toyotista. Em ambos, a mercadoria força de trabalho é consumida, junto de máquinas, matérias-primas e outros produtos para formar as mercadorias que serão vendidas no mercado e realizarão os lucros dos capitalistas. No entanto, é necessário destacar que este consumo acarretará impactos diferentes sobre a saúde da classe trabalhadora, dependendo não apenas da forma como se organiza o processo produtivo, mas também da resistência e lutas dos próprios trabalhadores. Desde as lutas pela redução da jornada de trabalho ainda no século XIX, os trabalhadores e suas organizações buscam reduzir a extensão e intensidade destes impactos, limitando a voracidade dos capitalistas em consumir desenfreadamente a sua força de trabalho.

A pesquisadora Asa Laurell (1982) trouxe a luz estas questões ao desenvolver seus estudos sobre os determinantes sociais da saúde. A partir destes se colocou contrária a visão hegemônica na medicina, incapaz de perceber não apenas as consequências danosas do trabalho na sociedade capitalista, mas também de enxergar como o processo saúde-doença se modifica ao longo do tempo. Deste modo, Laurell (1982) situou o adoecimento dos trabalhadores como consequência da forma como vivem e trabalham nesta sociedade, desnudando como o processo de trabalho os desgasta. Se a história é a história da luta de classes, a autora nos mostra como esta se insere no interior dos processos de adoecimento na sociedade capitalista. Portanto, cabe aos trabalhadores e suas organizações se mobilizarem para poderem proteger sua saúde e vida.

Asa Laurell (1982) se empenhou em demonstrar o quanto este modo de produção é nocivo a saúde física e mental dos trabalhadores e como estes tem potencial de modificar o modo de produção. Destacamos neste trabalho a experiência do Modelo Operário Italiano - MOI, que surgiu a partir do histórico de lutas da classe trabalhadora na Itália, desde o biênio vermelho, passando pela resistência ao fascismo e o outono quente do fim dos anos de 1960. O MOI se destacou e serviu de inspiração para várias pesquisas e formulações teóricas acerca do ambiente de trabalho e a saúde dos trabalhadores, porém, devido às suas contradições internas e ao ataque do capital chegou a um limite. Abre-se com o MOI a possibilidade de repensar a atuação da classe trabalhadora e suas organizações em relação à preservação da saúde dos trabalhadores. Apesar das insuficiências do modelo, este continua sendo uma referência paradigmática para os estudos e práticas neste campo de pesquisa, saúde mental e trabalho.

No mesmo período, na França pós II guerra mundial, o psiquiatra Louis Le Guillant (2006) iniciava seus estudos críticos a psiquiatria de sua época. A partir de uma base teórica marxista desenvolveu uma clínica que incluía como o trabalho repercutia na vida de seus pacientes. Seu método ficou conhecido como *Psicopatologia do Trabalho*. Trata-se de uma clínica focada na história de vida dos pacientes, relatadas por eles próprios. A fala e a subjetividade dos pacientes são essenciais na psicopatologia do trabalho, uma vez que é a partir dos seus relatos que foi possível identificar as principais causas do sofrimento, que em sua grande maioria estava relacionada ao trabalho.

Ressaltamos a importante contribuição deste autor para analisar como o trabalho afeta igualmente a saúde física e mental. Le Guillant (2006) abriu o caminho para os pesquisadores que viam no trabalho capitalista uma fonte de sofrimento mental. Infelizmente este autor é pouco conhecido no Brasil, tendo poucas de suas obras traduzidas para o português. Entre os autores estudados nesta dissertação encontramos em Le Guillant uma análise coerente e profunda sobre a saúde mental na sociedade capitalista fundada em uma forte crítica a este modo de produção.

Entre as vertentes de estudos críticos sobre saúde e sofrimento mental relacionado ao trabalho destaca-se, a *Psicodinâmica do Trabalho*, elaborada pelo psiquiatra francês Christophe Dejours. Embora o autor seja referência neste campo de análise, compreendemos que sua crítica é parcial, limitando-se ao ambiente de trabalho sem levar em devida consideração a relação social de produção capitalista. Dejours (1993; 2006) desenvolve uma profunda observação sobre o local de trabalho e as relações de trabalho estabelecidas. Sua crítica aos métodos organizacionais não rompe

com as relações capitalistas de produção. Seu foco está mais nas consequências da organização da produção na saúde mental dos trabalhadores do que nos fundamentos da exploração dos trabalhadores. O autor deixa margem para uma interpretação de que é possível, no interior do capitalismo, uma organização do trabalho que seja benéfica para os trabalhadores em geral. Deste modo, ignora o que constatamos ao analisar o desenvolvimento do capitalismo, que para manter os lucros do capital é necessário subordinar e explorar os trabalhadores.

Encontramos em Yves Clot, psicólogo e filósofo francês, uma análise que a princípio nos chamou a atenção por resgatar teóricos do campo marxista, como, Vigotski e Bakhtin, a *Psicopatologia do Trabalho* de Louis Le Guillant e o Modelo Operário Italiano através das contribuições de Ivar Oddone. O autor desenvolve a *Clínica da Atividade*, partindo da função psicológica que o trabalho exerce. Entretanto, em sua obra não encontramos uma análise aprofundada sobre o modo de produção capitalista, mesmo tendo como base pensadores marxistas. O autor utiliza as formulações desses pensadores para desenvolver a sua clínica da atividade, que por sua vez, como Dejours, não ultrapassa o limite da crítica à organização do trabalho capitalista, desconsiderando os elementos que a constituem. Portanto, o autor não é coerente com as análises em que ele afirma se basear. Deixa margem para interpretações tanto no campo mais crítico a este modo de produção quanto para os que acreditam ser possível um trabalho sadio no interior do capitalismo.

Yves Clot confunde o trabalho como fundante do ser social com o trabalho em sua forma especificamente capitalista. Apesar de discordarmos de Clot (2003) em sua análise mais geral da saúde e sofrimento mental relacionados ao trabalho, consideramos importante o resgate em sua obra da luta dos trabalhadores na Itália, da psicologia soviética e das contribuições de Le Guillant. É ainda necessário neste campo de estudos desenvolver uma teoria fundamentada em uma análise profunda das contradições do modo capitalista de produção em sua totalidade e não apenas nos aspectos particulares da organização do trabalho. A *Clínica da Atividade* acaba por se distanciar dos elementos no qual afirma se basear.

Este estudo teve a pretensão de trazer à tona o tema saúde e sofrimento mental relacionado ao trabalho, tendo como fundamento a crítica ao modo de produção capitalista. Nossa intenção partiu da constatação de que o capital exerce importante influencia no modo de adoecer nesta sociedade, gerando consequências danosas aos trabalhadores. Essas consequências são cada vez mais patentes, uma vez que temos

assistido a vários eventos de grande magnitude, que demonstram as atrocidades do capital, tais como o rompimento da barragem em Mariana/MG, a explosão do gasômetro em Ipatinga/MG, o rompimento da barragem em Brumadinho/MG, entre outros acidentes que nem chegam ao conhecimento da população.

Assim, não queremos destacar apenas os grandes eventos, mas também os acidentes e as pressões que geram sofrimento ao trabalhador em seu cotidiano. Entretanto, os grandes eventos demonstram a magnitude dos estragos que podem ser causados pelo capital e quão pouco vale a vida dos trabalhadores nessa sociedade. Em Mariana e em Brumadinho, em Minas Gerais, as empresas mineradoras foram responsáveis pela morte de vários trabalhadores e pela destruição de toda uma sociabilidade que ali existia. Uma matéria recente divulgada pela rádio CBN relata que entre a população de Brumadinho houve um aumento considerável do consumo de medicamentos ansiolíticos e antidepressivos, como também um aumento dos suicídios e tentativas de suicídios (COSTA, 2019).

Na cidade de Ipatinga, outro exemplo, uma região mineira conhecida como vale do aço, no dia 10 de agosto de 2018, a população foi surpreendida por uma forte explosão. O acidente aconteceu em um dos três gasômetros da empresa, que ficou parcialmente destruído. A explosão foi sentida em vários pontos da cidade e a planta da empresa precisou ser evacuada. A área ficou coberta de fumaça, que podia ser vista de longe. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região (SINDIPA), apenas dois dias antes outro acidente havia vitimado um trabalhador (MAIS, 2018). No dia 13 do mesmo mês mais um trabalhador sofreu um acidente e teve a perna amputada (HOJE, 2018). A estes acidentes se somam outros, que não são notificados ou são acobertados por medo de represálias, mas que acontecem cotidianamente. A condição de trabalho precária em que vivem os trabalhadores quase nunca vira manchete dos jornais e da mídia em geral, é preciso uma catástrofe para chamar a atenção da sociedade para o descaso das empresas.

O sofrimento mental e os acidentes de trabalho não se limitam aos trabalhadores industriais, como mostram as recentes reportagens sobre mortes e acidentes envolvendo trabalhadores de aplicativos. O jornal *Folha de São Paulo*, de 13 de julho de 2019, divulgou uma reportagem sobre a morte de um entregador do aplicativo *Rappi* na cidade de São Paulo, este teve um acidente vascular cerebral (AVC) enquanto trabalhava. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da região, segundo o jornal, classificou a morte como consequência da precarização das relações de trabalho no Brasil (MAIA, 2019).

A precarização das condições de vida e trabalho afetam os trabalhadores não apenas no Brasil. Para melhor exemplificar nosso argumento, entre 2013 e 2018 os serviços de emergência médica foram acionados ao menos 189 vezes para prevenir tentativas de suicídio e outros quadros relacionados a saúde mental em 46 armazéns da empresa *Amazon* nos Estados Unidos (ZAHN, 2019). Recentemente na França executivos da empresa *France Telecom* estão sendo acusados de assédio moral em um caso que levou ao suicídio de pelo menos 35 funcionários da empresa entre 2008 e 2009 (UCHOA, 2019).

Ressaltamos estes exemplos para demonstrar o quão atual é o tema saúde e sofrimento mental relacionado ao trabalho. Ao longo dessa dissertação nos esforçamos em fundamentar nossa pesquisa através do pensamento marxista. Exploramos as principais referências bibliográficas que se situam em uma vertente crítica ao modo de produção capitalista. Em tempos de retrocessos é mister retornar aos fundamentos do capitalismo para reforçar e formular teorias e lutas contra as atrocidades deste modo de produção.

Para a área de Serviço Social, portanto, é fundamental enriquecer este campo teórico, tendo em vista que a assistente social está inserida no cotidiano dos trabalhadores, ela mesma se constitui como tal. Embora seja constante na atuação da assistente social as consequências do trabalho na saúde física e no sofrimento mental, não há muitas pesquisas que abordam esta problemática entre os pesquisadores dessa área. Para aqueles que queiram desenvolver estudos no campo saúde e sofrimento mental apontamos a necessidade em conhecer os fundamentos do modo de produção capitalista para situar de forma coerente este tema. Assim, a partir dessa produção científica, fica a nossa contribuição para o referido campo de estudos, debates e pesquisas para a área e não exclusivamente.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Á. C. (Org.). El modelo obrero. In: CC.OO. Fundación Sindical de Estudios. **La salud no se vende ni se delega, se defiende**. Madrid: Ediciones GPS, 2007.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

_____; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 123, p. 407 - 427 julho/setembro, 2015.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BELLI, A. **“Delega” e non “Delega”**: la CGIL davanti all’infortunio e alla malattia professionale. [Tesi Di Laurea]. Firenze: Facoltà di Scienze Politiche "Cesare Alfieri"/Università di Firenze, 2001.

BERLINGUER, G. **A saúde na fábrica**. São Paulo. CEBES, HUCITEC, 1983.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRODER, D. **The strike against fear**. Acesso em: <https://jacobinmag.com/2018/03/italy-fascism-fiat-strike-pci>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

COSTA, D. **Brumadinho enfrenta aumento significativo do adoecimento mental da população**. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/268139/familiares-das-vitimas-tentam-superar-dor-da-trage.htm>. Acesso em 10 de julho de 2019.

CODO, W. O resgate de uma dívida. In: LIMA, M. E. A (org). **Escritos de Louis Le Guilant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHRYSOSTOMO, M. I. de J. Um projeto de cidade – indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950 – 1964). **Revista Cronos**, Natal, v. 9, n. 1, jan./jun., 2008.

CLOT, Y. Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 9 n. 2, p. 99-107, 2006.

_____. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. **Fractal**: Revista de Psicologia, Niterói, v. 22, n.1, p. 207-234, janeiro/abril, 2010.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: LIMA, M. E. A (org). **Escritos de Louis Le Guilant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

CORIAT, B. **A revolução dos robôs**: o impacto socioeconômico da automação. São Paulo: Editora Busca Vida, 1988.

_____. **El taller y el cronometro**: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en maza. Espanha: Siglo Veintiuno ed., 1993.

_____. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan, EdUFRJ, 1994.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Oboré, 1987.

_____. O medo e a precarização do Trabalho. **Revista IHU online**. São Leopoldo, 2006a, Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao181.pdf>. Acesso em 13 de março de 2019.

_____. **La banalización de la injusticia social**. Buenos Aires: Topia Editorial, 2006b.

_____. Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal. **Revista Público**. Portugal, 2010. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/02/01/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

DIAS, E. F. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Editora Xamã. 2000.

DONNANGELO, M. **Saúde e sociedade**. São Paulo: Duas cidades, 1976.

DRUCK, M. da G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia. Tese (Doutorado). Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora da Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FRANCO, T; DRUCK, M, SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, 35 (122), p. 229-248, 2010.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 04. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOJE, 13/08/2018, mais um acidente grave na Usiminas. Ipatinga, SINDIPA, 13 ago. 2018. Disponível em: http://www.sindipa.org.br/noticias_ver.php?id=474&cat=13. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAURELL, A. Proceso de trabajo y salud. **Cuadernos Políticos**, n. 17, México, D.F.: Editorial Era, p. 59-79, julio-septiembre, 1978.

_____. A saúde doença como processo social. **Revista Latinoamericana de la Salud**, México, 2, p. 7-25, 1982.

_____; MÁRQUEZ, M. **El desgaste obrero en Mexico**. México: Ed. Era, 1983.

_____. Ciencia e experiencia obrera: la lucha por la salud en Italia. **Cuadernos Políticos**, n. 41, México, D. F.: Editorial Era, p. 63-83, julio-diciembre, 1984.

_____; NORIEGA, M. **Trabajo e salud en Sicartsa**. México: SITUAM, 1987.

_____; NORIEGA, M. **Proceso de produção e saúde**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. La construcción teórico – metodológica de la investigación sobre la salud de los trabajadores. In: LAURELL, A. C. **Para la investigación sobre la salud de los trabajadores**. EUA: Organización Mundial de la Salud, 1993.

LE GUILLANT, L. Introdução a uma psicopatologia social. In: LIMA, M. E. A (Org). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica. In: LIMA, M. E. A (Org). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. O caso de Marie L. In: LIMA, M. E. A (Org). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LE GUILLANT, L. et. al. A neurose das telefonistas. In: LIMA, M. E. A (Org). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. Algumas observações metodológicas a propósito da neurose das telefonistas. In: LIMA, M. E. A (org). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIMA, M. E. A (org). **Escritos de Louis Le Guilant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. A psicopatologia do trabalho: origens e desenvolvimento recentes na França. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, CFP, 18 (2), p. 10-15, 1998.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2º edição. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

MAGRI, L. **O alfaiate de Ulm**: uma possível história do Partido Comunista Italiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAIA, D. **OAB classifica morte de entregador do Rappi de desmonte das relações de trabalho**. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/oab-classifica-morte-de-entregador-do-rappi-de-desmonte-das-relacoes-de-trabalho.shtml>. Acesso em 20 de julho de 2019.

MAIS um atentado contra a vida provocado pela Usiminas. Ipatinga, SINDIPA, 13 ago. 2018. Disponível em: http://www.sindipa.org.br/noticias_ver.php?id=473&cat=13. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

MÁRKUS, G. **Marxismo e antropologia**: o conceito de essência humana na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Coleção os economistas. São Paulo: abril cultural, 1982.

_____. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 01, volume 01, 25º edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 01, volume 02. 22º edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008b.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Ed.UFRJ, 2011.

NASSIF, L. Origens e desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho na França (século XX). **Memorandum - Memória e História em Psicologia**, 8, 79-87, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6764>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ODDONE, I. et. al. **Ambiente de trabalho a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

PAIVA, M. J. **A influência do pensamento de Antônio Gramsci no Modelo Operário Italiano de saúde do trabalhador**. Dissertação (Mestrado em Ciência). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Instituto Oswaldo Cruz, 2012.

_____; VASCONCELLOS, L. C. F. Modelo Operário Italiano: o surgimento do campo de saúde do trabalhador. In: VASCONCELLOS, L. C. F; OLIVEIRA, M. H. B. (Org.). **Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Contraponto, 2001.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2012.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TOGLIATTI, P. **Antônio Gramsci, chefe da classe operária italiana**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/togliatti/ano/mes/gramsci_25.htm. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

UCHOA, P. **Em julgamento histórico, executivos na França respondem por suicídio de 35 funcionários**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48963405?ocid=socialflow_facebook. Acesso em 20 de julho de 2019.

WEIL, S. Carta a Albertine Thevenon. In: BOSI, E. (Org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZAHN, M. **Colony of hell: 911 calls form inside Amazon warehouses**. Disponível em: <https://www.thedailybeast.com/amazon-the-shocking-911-calls-from-inside-its-warehouses>. Acesso em 25 de julho de 2019.